



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

WANDERLÉIA FARIAS SANTOS

**ENTRE LINHAS, BORDADOS E SABORES: memórias e histórias de  
educadoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB (1960-1970)**

João Pessoa – PB

2014

WANDERLÉIA FARIAS SANTOS

**ENTRE LINHAS, BORDADOS E SABORES: memórias e histórias de educadoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB (1960-1970)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa em História da Educação.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia da Silva Nunes

Linha de Pesquisa: História da Educação

João Pessoa – PB

2014

S237e Santos, Wanderléia Farias.

*Entre linhas, bordados e sabores: memórias e histórias de educadoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras-PB (1960-1970) / Wanderléia Farias Santos.-- João Pessoa, 2014.*

155f. : il.

Orientadora: Maria Lúcia da Silva Nunes

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

1. Educação. 2. História da educação. 3. História oral.  
4. Práticas docentes - Curso de Economia Doméstica - Bananeiras-PB.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

WANDERLÉIA FARIAS SANTOS

**ENTRE LINHAS, BORDADOS E SABORES: memórias e histórias de educadoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB (1960-1970)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa em História da Educação.

Aprovado em: 20/08/2014

**BANCA EXAMINADORA**

*Maria Lúcia da Silva Nunes*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia da Silva Nunes – PPGE/UFPB  
**Orientadora**

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza – PPGE/UFPB  
**Examinador interno**

*Patrícia Cristina de Araújo Aragão*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Cristina de Araújo Aragão – PPGSS/UEPB  
**Examinador externo**

*A minha filha Maria Lívia Farias de Carvalho e as educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica que me permitiram adentrar as suas memórias para registrar as suas histórias. Dedico!*

## AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de agradecer, e com lágrimas escorrendo em minha face, lembro-me de cada instante vivido, desde o momento em que saí da minha cidade natal, até o momento que adentrei as portas do PPGE, para dar continuidade à minha vida acadêmica. Uma trajetória marcada por muitas dificuldades, mas também repleta de grandes alegrias.

Alegria que se iniciou desde a graduação em Pedagogia pela UEPB, quando conheci professores maravilhosos (porque se existem anjos, estes apareceram em minha vida), dando-me oportunidade de ingressar no mundo da pesquisa, até a minha aprovação na seleção do mestrado. Quando pensava eu, que uma menina vinda da Zona Rural do município de Lagoa Seca, não teria outra opção de vida, a não ser o mercado de trabalho assalariado.

Então, sai em busca de realizar os meus sonhos, e nessa busca, muitas pessoas me ajudaram, me deram a mão. E é justamente em palavras, e principalmente na fidelidade da minha amizade, que passo a agradecer a cada uma delas. Assim, agradeço:

Ao **Eterno Deus** por ter me proporcionado concluir esse mestrado, inúmeras vezes pensei que eu não iria conseguir, passei momentos de grandes angústias, e quando pensava em desistir, Ele renovava minhas forças e me fazia continuar, e foi essa força maior que me sustentou até aqui, dando-me esperança de dias bem melhores.

Ao meu amigo **Ramon Alcântara de Aleixo**, por ter tido paciência em corrigir o meu projeto, e mesmo muito ocupado, dividiu comigo momentos de conhecimento e discussões teóricas, e principalmente de humildade.

A minha amiga e comadre **Kedna Karla Ferreira da Silva**. Ainda lembro-me do dia em que ficamos quase uma hora por telefone, discutindo sugestões para enriquecer o meu projeto. Amiga que ganhei na graduação e que estreitei os laços fraternais, quando entreguei como sua afilhada a minha pequena Maria Lívia. Obrigada por fazer parte de momentos tão importantes em minha vida.

Ao meu querido amigo **Gildivan Francisco das Neves**, sem ele teria sido muito mais difícil cada etapa da seleção. Amparando um ao outro, com muito choro, oração, muitas risadas... “Na verdade a minha prova tinha um gosto amargo, mas minha vitória hoje tem sabor de mel”. Lembras Gildivan Francisco?

A minha querida Orientadora e amiga (porque é assim que a considero), **Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia da Silva Nunes**. Lembro-me da primeira vez que a vi, nem sabia quem era, pois só tinha ouvido falar dela, não a conhecia. E quando a vi, pensei comigo: “eu queria que fosse ela minha orientadora”. Meu desejo mais uma vez foi realizado. Tive a oportunidade de conhecer uma pessoa muito especial, humilde, humana, inteligente, compreensiva... A minha orientadora, que me fez ver além daquilo que o meu olhar de aprendiz ainda não tinha enxergado. Serei sempre grata.

Aos amigos que fiz no PPGE, a **Turma 32** do Mestrado, entre eles: **Carlos Moura, Sandra Silvestre, Simony Araújo, Ronie Moura**. Sem vocês a turma seria incompleta, como foi gratificante cada momento juntos.

A Professora **Dr<sup>a</sup>. Patrícia Cristina de Araújo Aragão**, a quem não podia faltar o meu carinho. Agradeço todas as aprendizagens da graduação, e agora da Pós-Graduação, tua humildade e humanidade, ficaram e ficarão cravadas em meus pensamentos e ações todos os dias em que eu viver.

Agradeço ao Professor **Dr. Wojciech Andrzej Kulesza**, com quem pude compartilhar grandes momentos de discussões e aprendizagens, contribuições significativas para o trajeto da pesquisa/texto.

Agradeço as educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica: **Inês Matias de Carvalho, Liana Barbosa da Mata e Maria do Livramento Cirne Ramalho**, que através de suas memórias colaboraram para a realização desse trabalho.

Ao **Manoel Luiz Silva**, pessoa que tive o prazer de conhecer e que contribuiu muito para a escrituração da história do CAVN, através dele tive acesso a outras fontes documentais importantes para o enriquecimento desse trabalho.

Ao **Colégio Agrícola Vidal de Negreiros**, por ter aberto as portas da instituição e dos seus arquivos para a presente pesquisa.

A amiga **Luciene Ferreira de Lima**, que me deu indícios de como pesquisar educadoras dentro da instituição Vidal de Negreiros.

A minha mãe **Maria do Socorro Farias Santos**, que mesmo sem ter consciência da importância dessa minha trajetória, acreditou em mim. Mãe, obrigada por todos esses 28 anos comigo.

Ao meu pai **Damião Benedito dos Santos**, que mesmo ausente, contribuiu de alguma forma, só pelo fato da minha existência aqui nesse mundo.

Aos meus irmãos **Clayton José Farias Santos, Cosme Farias Santos e Damião Farias Santos**, foi por vocês também, que lutei, e continuarei lutando, para obter o meu espaço na vida profissional. Amo muito vocês.

A minha filha **Maria Lívia Farias de Carvalho**. Um pequeno ser que chegou em minha vida inesperadamente, mas que só me trouxe alegrias e grandes sorrisos. “Filha, todas as vezes que pensava que não concluiria, olhava para ti, e em você encontrava motivos para continuar. Esse mestrado também é seu, por todos os momentos que chorastes para vir para o meu colo, e eu com lágrimas nos olhos e coração apertado, te tirava do quarto e voltava a ler e escrever. É para/por você todas as minhas vitórias”.

Agradeço a **Clayton de Carvalho Silva**, pela paciência de trilhar o trajeto Lagoa Seca/Bananeiras por inúmeras vezes, sabendo que tudo aquilo era muito importante para mim. Obrigada, porque mesmo depois de tantas divergências, estamos um ao lado do outro.

Aos meus familiares **que me deram forças**, mesmo sem terem consciência do quanto à educação tornou-se importante em minha vida.

A amiga **Cláudia Nascimento Magalhães**, que acompanhou todo esse meu percurso, sem me deixar desanimar, dando-me sua mão a cada cair meu, para levantar-me.

Aos meus **amigos e amigas** de outrora, por vezes tive que me fazer ausente. Mas em nenhum momento deixamos de nos falar e dar forças um ao outro.

Por fim, agradeço a **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter me concedido uma bolsa para a realização desse trabalho.



## RESUMO

A presente dissertação objetivou analisar as práticas docentes de educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN em Bananeiras/PB (1960-1970). O aporte da Nova História Cultural possibilitou o desenvolvimento de estudos como este, uma vez que deu importância a novos objetos de investigação, ao trazer à tona a voz de indivíduos antes renegados pela História Tradicional. Como fundamentos metodológicos, utilizei a história oral e a memória como fontes historiográficas, memória que também foi evidenciada em outras fontes como: diário de classe, plano de trabalho, livros e fotografias. Práticas docentes e relações de gênero são categorias que orientaram a análise, compreendendo que, não há como estudar as práticas das professoras do Curso de Economia Doméstica, sem percorrer os espaços em que se produziram as relações de gênero e suas representações. Analisar suas práticas me fez compreender uma parte da história da educação da cidade de Bananeiras marcada pelos colégios existentes, as práticas escolares, com características de uma cultura escolar da época, impregnada pelas questões de gênero que definiam espaços e atitudes “adequadas” a homens e mulheres daquele contexto. Além do mais, possibilitou conhecer e ressignificar a história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, a partir do recorte temporal utilizado no presente trabalho. Dessa forma, esse estudo, contribui com o Estado da Arte que está sendo desenvolvido em História da Educação, acerca das práticas docentes de educadoras paraibanas, particularmente as que atuaram no referido curso, registrando suas histórias a partir de suas memórias, e colaborando para a escrita da história da educação local.

**Palavras-chave:** História Oral. Memória. Educadoras. Práticas Docentes.

## **ABSTRACT**

This thesis aimed to analyze educators teaching practices of Domestic Rural Economy Course CAVN in Bananeiras/PB (1960-1970). The contribution of the New Cultural History enables the development of studies like this one, since it gave importance to the new inquiry's object, to bring up the individual's voice, that were before renegades by Traditional History. As methodological elements used the oral history and memory as historiographical sources, this memory was also evidenced in other sources as: attendance class, work plan, books and photographs. Teaching practices and gender relations are categories that guided the teacher's practices of the Domestic Rural Economy Course, without go through the spaces in which occurred gender's relations and their representations. Analyze their practices, made me understand one part of the Educational History of Bananeiras city, branded by the existence of schools, school practices, with features by the cultural school's epoch, impregnated by gender issues that defined spaces and "appropriate" attitudes for men and women in such context. Beyond that, it allowed to recognize and reframe the history of the Vidal de Negreiros Agricultural School, from the snippet temporal used in this study. Thus, this study contributes with the State of Art that is being developed in Education's History, concerning the teaching practices of the Educators of Paraíba, particularly for those who worked in that course, recording their stories from their memories, and collaborating for writing the history of the local education.

**KEYWORDS:** Oral History. Memory. Educators. Teaching Practices

## LISTA DE SIGLAS

<b>PPGE</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba
<b>HISTEDBR</b>	Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”
<b>CAVN</b>	Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
<b>NHC</b>	Nova História Cultural

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Plano de Trabalho da professora Inês Matias de Carvalho a ser cumprido no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN

..... 73

Quadro 2: Plano de Trabalho da professora Liana Barbosa da Mata a ser cumprido no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN

..... 105

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Terreno onde foi construído o Patronato Agrícola .....	36
Figura 2: Construção dos pavilhões do Patronato.....	37
Figura 3: Cópia do documento da doação do terreno para a construção do Patronato Agrícola.....	38
Figura 4: Dormitório do Patronato Agrícola .....	40
Figura 5: Refeitório do Patronato Agrícola .....	40
Figura 6: Escoteiros em atividades pré-militares .....	41
Figura 7: Romaria na Capela do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros .....	42
Figura 8: alunos em oficina de costura em couro .....	43
Figura 9: Alunos em posição de entoação do hino Nacional Brasileiro em festa de gala.....	44
Figura 10: Inês Matias de Carvalho, março de 2014. ....	58
Figura 11: Grupo Escolar Xavier Junior, março de 2014. ....	62
Figura 12: Cópia do certificado de Inês Matias de Carvalho quando esta era aluna do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN.....	65
Figura 13: Cópia do certificado de Inês Matias de Carvalho quando esta era aluna do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN.....	65
Figura 14: Objetos produzidos pela educadora Inês Matias de Carvalho. ....	67
Figura 15: Alunas em programação solene para a entrega de certificados do Curso de Economia Rural Doméstica .....	71
Figura 16: Alunas em programação solene para a entrega de certificados do Curso de Economia Rural Doméstica .....	71
Figura 17: Registros do Diário de Classe da educadora Inês Matias de Carvalho ...	76

Figura 18: Registros do Diário de Classe da educadora Inês Matias de Carvalho ...	77
Figura 19: Registros do Diário de Classe da educadora Inês Matias de Carvalho ...	78
Figura 20: Exposição de trabalhos manuais do Curso de Economia Rural Doméstica .....	80
Figura 21: Exposição de trabalhos manuais do Curso de Economia Rural Doméstica. .....	81
Figura 22: Cópia do documento que enquadra Inês Matias de Carvalho em outras funções na Instituição Vidal de Negreiros. ....	83
Figura 23: Cópia do certificado concedido à Inês Matias de Carvalho pela Universidade Rural de Pernambuco.....	84
Figura 24: Cópia do certificado concedido à Inês Matias de Carvalho pelo Centro Artesanal Rural Feminino de João Pessoa. ....	85
Figura 25: Foto atual de Liana Barbosa da Mata.....	87
Figura 26: Casa onde reside Liana Barbosa da Mata.....	88
Figura 27: Foto atual do antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Colégio das “freiras”. ....	92
Figura 28: Foto de Liana Barbosa da Mata e suas alunas nas aulas de Arte Culinária .....	98
Figura 29: Foto de exposição dos trabalhos manuais do Curso de Economia Rural Doméstica.....	100
Figura 30: Capa do Livro utilizado no Curso de Economia Rural Doméstica, 1953	104
Figura 31: Foto mostrando a cozinha como um lugar agradável de lazer.....	105
Figura 32: Foto mostrando a cozinha como um laboratório de preparação para assumir a vida no lar. ....	106
Figura 33: Registros do Diário de Classe da educadora Liana Barbosa da Mata...	109
Figura 34: Registros do Diário de Classe da educadora Liana Barbosa da Mata...	110

Figura 35: Registros do Diário de Classe da educadora Liana Barbosa da Mata...	111
Figura 36: Cópia do documento que enquadra Liana Barbosa da Mata em outra função para fins de aposentadoria .....	114
Figura 37: Foto atual de educadora Maria do Livramento Cirne Ramalho.....	117
Figura 38: Cópia do documento que atribui a Maria do Livramento Cirne Ramalho várias funções no Curso de Economia Doméstica. ....	124
Figura 39: Cópia do pedido de afastamento para frequentar o Curso de Tapeçaria concedido à Maria do Livramento Cirne Ramalho.....	128
Figura 40: Cópia da ficha cadastral de Maria do Livramento Cirne Ramalho. ....	129

## SUMÁRIO

<b>1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: PALAVRAS INICIAIS.....</b>	<b>7</b>
1.1 Aproximação com o objeto de estudo .....	7
1.3. A memória e a história oral como fontes historiográficas .....	15
<b>2 FACETAS DA PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA.....</b>	<b>26</b>
2.1 Gênero e educação: breve discussão acerca da escolarização da mulher e feminização do magistério .....	26
2.2 O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeiras/PB: cenário de uma educação profissionalizante.....	34
2.3. Economia Doméstica: das origens de uma Disciplina à consolidação de um Curso.....	49
<b>CAPÍTULO 3. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE EDUCADORAS DO CURSO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA (1960-1970) .....</b>	<b>56</b>
3.1 Entre tecidos e bordados: memória e história da educadora Inês Matias de Carvalho .....	58
3.2 Entre os livros e as receitas culinárias: memória e história da educadora Liana Barbosa da Mata .....	86
3.3 Entre linhas e agulhas: memória e história da educadora Maria Cirne do Livramento Ramalho.....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>149</b>





## **CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: PALAVRAS INICIAIS**

## 1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: PALAVRAS INICIAIS

### 1.1 Aproximação com o objeto de estudo

Minha trajetória na pesquisa da Pós-graduação inicia quando adentrei no Curso de Mestrado do PPGE/UFPB, após apresentação de um projeto que abordava a inclusão da mulher no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, destacando questões de gênero. Tal proposta surgiu com base em estudos feitos na graduação, em Trabalho de Conclusão de Curso, em que analisei a presença da mulher na Escola Agrícola Assis Chateaubriand em Lagoa Seca durante o período de 1975 a 2008.

Sentindo a necessidade de dar continuidade a essa pesquisa, submeti o projeto que buscava investigar como a mulher foi incluída no processo de educação das escolas técnicas agrícolas da Paraíba, analisando a presença feminina no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeiras de 1920 a 1940.

Porém, no mestrado, ao iniciar as disciplinas e estudos realizados pelo grupo de pesquisa da Professora Maria Lúcia da Silva Nunes, realizei meus primeiros contatos com alguns textos sobre biografia, memórias e histórias de vida. Fiquei interessada pela forma como se trabalhava a história de vida das pessoas, especificamente professoras que, contribuíram com a educação dos locais onde residiam, mas que não tinham suas histórias registradas.

Dialogando com minha orientadora Maria Lúcia, tomei conhecimento da existência do Projeto de pesquisa *Patronesses de escolas públicas: suas memórias e contribuições à educação paraibana (1930-1950)*, do Grupo de Estudos e Pesquisas “História da Educação da Paraíba” – (HISTEDBR-GT/PB), que trabalha com a investigação e escrita de histórias de educadoras que dão nomes às escolas paraibanas, e já está em seu quarto ano de execução, ocorrendo apenas ajustes na temporalidade.

A professora me apresentou o nome da educadora Francisca Rodrigues Moura (1860-1942), da qual já havia sido feito um levantamento de dados acerca da mesma, porém era apenas indícios de uma pesquisa, o que dava margem para aprofundá-la. Foi justamente o que tentei fazer. Sai, então, a investigar fontes sobre a educadora Francisca Moura, e, depois de algumas tentativas, infelizmente não

obtive êxito, tendo em vista que não encontrei fontes o suficiente que me proporcionassem o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado.

Neste momento, senti a necessidade de redirecionar o meu projeto para algo em torno da pesquisa biográfica na educação, envolvendo a prática docente de educadoras e, ao mesmo tempo, não queria perder o vínculo com o meu trabalho inicial. Essa preocupação ganhou ênfase, a partir do momento em que tive a tentativa frustrada de biografar a educadora citada.

Retornei, então, ao primeiro projeto de pesquisa sobre o CAVN<sup>1</sup>. Foi quando uma amiga de nome Luciene Ferreira de Lima, que também pesquisava sobre Escolas Técnicas, só que no Ceará, me deu a ideia de buscar educadoras na instituição agrícola em Bananeiras, me ensinando a buscar indícios nos diários oficiais da época em que o colégio começou a funcionar.

Passei a buscar no site do <http://www.jusbrasil.com.br> o nome do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros e, para minha surpresa, apareceu uma lista de Cursos e possíveis educadoras as quais eu poderia tomar como objeto de estudo. Os meus olhos fixaram logo no Curso de Economia Rural Doméstica que existia no CAVN e, selecionei uma educadora cujo nome me chamou atenção: Clementina Augusta Coutinho de Medeiros. Seu sobrenome era semelhante à de uma família tradicional da região onde moro, por essa razão pensei que esta possuía algum parentesco com a família.

Deste modo, sai em busca do meu objeto, desloquei-me até a cidade da educadora e ao chegar lá conheci o Senhor Lourenço, a quem pedi informações, sendo contemplada com a notícia de que ele trabalhou no Colégio Agrícola por cerca de 20 anos. Ao indagar-lhe sobre a existência da educadora Clementina, respondeu que a chamavam de D. mocinha e que ela já havia falecido há 2 anos.

A história parecia se repetir. Outra vez sem êxito na busca do meu objeto de pesquisa? Resolvi continuar pela cidade e pedi ao Sr. Lourenço para me levar a casa de parentes da falecida, o que foi em vão, pois não fomos bem recepcionados com informações. A única coisa que a irmã da Clementina proferiu foi: “quem pode falar sobre ela é a Inês, sua grande amiga”. Fui até a casa da Inês e fui bem recepcionada com abraços e, após as apresentações, colocado o propósito da

---

<sup>1</sup> Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, criado em 1920 com o objetivo de acolher crianças, principalmente meninos oriundos de famílias pobres, para prepará-los profissionalmente como jovens agricultores. Fonte: [www.cavn.ufpb.br](http://www.cavn.ufpb.br). Acesso em: 08 de novembro de 2012.

intenção que me trazia ali, houve uma longa conversa informal, que deu margem para o encadeamento das entrevistas posteriormente.

Inês, por seu turno, informa que ela, também era educadora do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN. Minha alegria foi notável, os olhos brilharam, me indagava, seria esta a educadora que iria “biografar”? Foi muito mais, pois além dela, me revelou a existência de mais duas educadoras que se encontravam vivas: Liana Barbosa da Mata e Maria do Livramento Cirne Ramalho. Sai ao encontro das duas educadoras citadas por Inês, relatei mais uma vez o que me trazia ali e o que desejava delas, e em um momento emocionante de descrição de cenas do passado, percebia no olhar das mesmas a satisfação em falar de um tempo tão significativo e importante para ambas. Tempo este que parecia esquecido, mas que ressurgia nas palavras de lembranças, pois:

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância (BOSI, 1994, p. 82).

Foi justamente essa alegria que senti e vi nos olhos das educadoras, ao saber que alguém iria ouvi-las contar às experiências que viveram no passado e, que para elas foram tão importantes. Agora eu não tinha apenas uma educadora para “biografar”, mas três, o que permitiu redirecionar a pesquisa biográfica para a pesquisa com história de vida. Além disso, de alguma forma, Clementina Augusta Coutinho de Medeiros, também está presente no referido trabalho, uma vez que ela foi a Orientadora Educacional e Diretora do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN sendo mencionada entre as memórias das educadoras.

Diante dessa situação, resolvi analisar as práticas docentes de educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN em Bananeiras/PB (1960-1970). O recorte temporal apresentado tem início no ano de 1960 e vai até o ano de 1970, por ter sido o apogeu das turmas do Curso de Economia Doméstica no CAVN, e, período em que as educadoras mais se destacaram com suas práticas docentes no local.

Assim, o objetivo que norteou este estudo foi analisar através das memórias e histórias, as práticas docentes de educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN em Bananeiras/PB (1960-1970). Para concretização deste, desmembramos outros objetivos, que foram:

- Investigar o que motivou as educadoras a ingressarem como profissionais no Colégio Agrícola e a forma de ingresso, se por meio de concurso público ou apadrinhamento político;
- Identificar quais as dificuldades encontradas nessa profissão;
- Descrever como eram ministradas as aulas; se havia um currículo exigido, se o cumpriam ou elas mesmas preparavam suas aulas aleatoriamente; se o Curso de Economia Rural Doméstica era reconhecido regionalmente e nacionalmente ou apenas local; se havia uma procura significativa de ingresso no curso;
- Compreender o processo de educação da cidade de Bananeiras/PB, a partir do recorte temporal utilizado na pesquisa e da reconstrução da história do CAVN.

Essas questões nos auxiliaram no registro das histórias das práticas docentes das Educadoras e permitiram que “as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história” (BURKE, 2005, p. 61).

Mediante ao nosso objeto e objetivos, nos aportamos, teoricamente, na Nova História Cultural, campo que possibilitou o desenvolvimento de estudos como este, dando importância a novos objetos de investigação com o auxílio de fontes como a memória e a história oral, contribuindo para o campo da História da Educação, ao trazer à tona a voz de indivíduos antes renegados pela História Tradicional. A partir da fonte de história oral, imprescindível para o presente trabalho, utilizando-me das entrevistas concedidas, as memórias das educadoras foram sendo registradas, e eu fui tendo acesso a outros tipos de fontes, como documentos oficiais, fotografias, livros, diários e objetos que eram utilizados em suas aulas.

Práticas docentes e relações de gênero são categorias que orientaram a análise, compreendendo que não há como estudar as práticas das professoras do Curso de Economia Doméstica, sem percorrer os espaços em que se produziram as

relações de gênero e suas representações e como essas identidades influenciaram nas histórias de vida das educadoras.

Na organização deste estudo, o texto encontra-se sistematizado em três capítulos. No primeiro aborda-se como se deu o processo de aproximação com o objeto de estudo, discutindo o campo teórico utilizado e as fontes que serviram de subsídios para o desenvolvimento desse trabalho. No segundo capítulo faz-se uma breve discussão acerca da entrada da mulher no magistério, reconstruindo a história do CAVN, local onde as educadoras desenvolveram suas práticas docentes, adentrando na origem da Disciplina Economia Doméstica e o surgimento do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras. E, por fim, no terceiro capítulo, registram-se as memórias das Educadoras, enfatizando suas práticas docentes.

Destarte, com esse trabalho, objetivo contribuir com os estudos que estão sendo desenvolvidos em História da Educação, acerca das práticas docentes de educadoras paraibanas, registrando suas histórias a partir de suas memórias e contribuindo ao mesmo tempo para a escrita da história da educação local. Acredito que as educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, deram uma contribuição significativa através do seu trabalho para a educação local, além disso, “contar as histórias das educadoras é insistir no rompimento de um silêncio histórico que perdurou tempo demais” (MACHADO, SILVA, NUNES, 2012, p. 08).

O texto que se segue, aborda brevemente a Nova História Cultural, responsável pelo surgimento de novos objetos e abordagens de estudos, permitindo assim, a construção também das memórias e histórias das educadoras do CAVN.

## **1.2 Situando a pesquisa no campo da Nova História Cultural**

O campo da Nova História Cultural - NHC<sup>2</sup> possibilitou as discussões deste estudo, uma vez que o objeto só foi plausível de investigação devido ao movimento da *Escola dos Annales*, iniciado na França e que posteriormente ficou conhecido como a *nouvelle histoire* francesa na década de 1970, o qual abriu caminhos para se trabalhar com novas abordagens, novos objetos e novos problemas, tendo em vista

---

<sup>2</sup> Utilizaremos a sigla NHC para fazer referência à Nova História Cultural.

que “[...] o historiador dos *Annales* abordou a história com um “novo olhar” (REIS, 2000, p. 15).

Conhecido como a Terceira Geração dos *Annales*, o movimento da *nouvelle histoire* tomou impulso a partir da década de 70 do século XX, o qual passou a valorizar a pesquisa qualitativa em detrimento da quantitativa. Foi nesse período que historiadores como Le Goff conscientizaram-se da relatividade do conhecimento histórico e passaram a questionar-se a epistemologia da Disciplina de História e a repensá-la a partir de uma visão não linear. Assim:

A *nouvelle histoire* não quer elaborar visões globais, sínteses totais da história, mas ampliar o campo da história e multiplicar seus objetos. Objetos que jamais foram considerados tematizáveis pelo historiador entram em seu campo de pesquisa. A história se interessa pela sua própria trajetória e amplia o espaço da “história da história”. O historiador novo se interroga sobre sua profissão, sobre seus antecessores, sobre as obras clássicas e transitórias, sobre as condições teóricas, técnicas, sociais e institucionais dentro das quais ele produz o conhecimento das sociedades passadas. A orientação principal, que domina todas as outras, é “fazer a história que o presente exige” (REIS, 2000, p. 119).

A NHC trouxe consigo novos questionamentos e abordagens que antes nem se cogitavam em fazer, uma história que o presente exige, como afirma o autor supracitado, é uma “[...] história escrita por homens livres para homens livres ou em busca da liberdade, a serviço dos homens em sociedade” (LE GOFF, 1988, p. 30 *apud* REIS, 2000, p. 120).

Segundo Silveira (2010), o termo NHC, começou a ser utilizado no fim da década de 1980, se posicionando contrária à história tradicional, que dava ênfase apenas à escrita cronológica, linear e de indivíduos considerados grandes heróis históricos. Desde então, uma série de temas e abordagens têm se propagado, apresentando protagonistas e objetos que antes nem sequer se cogitava investigar, como é o caso da história das mulheres. A *nouvelle histoire*, se preocupou com a história vista de baixo, a qual “ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar” (SHARPE, 1992, p.62).

Destarte, a NHC dá destaque ao registro da história dos pequenos e daqueles que eram excluídos pela história clássica, por algum motivo. Assim, a partir desta renovação do campo historiográfico, “[...] é possível escrever história disso ou daquilo, ou seja, o desejo de estudar qualquer coisa não é menos relevante que a história dos grandes homens e dos grandes acontecimentos [...]” (PINHEIRO, 2011, p. 250).

A NHC pode ser vista como “[...] uma forma dominante de história cultural” Burke (2008, p. 68). O conceito de cultura aqui entendido refere-se a uma série de artefatos e práticas, que vão além da transmissão, produzindo práticas construídas históricas e socialmente. Nessa perspectiva, a:

Cultura não é apenas um conceito, mas, também, uma dimensão do processo social, uma construção histórica, a cultura são culturas, produto coletivo da história vivida e dos grupos sociais, portanto, são plurais e todos os grupos sociais têm legitimidade para reivindicá-las, histórica e historiograficamente (SILVEIRA, 2010, p. 32).

Deste modo, uma vez que a NHC permitiu a abrangência do conceito de cultura, o objeto de estudo sobre as práticas docentes das educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica tornou-se importante, pois agora a vida cotidiana, as práticas de trabalho, as vestimentas, entre outros, são passíveis de estudos científicos, ou seja, “o historiador pode tematizar tudo sob qualquer perspectiva” (REIS, 2000, p. 114). A NHC fixa sua visão na cultura de homens e mulheres comuns, partindo de acontecimentos particulares, mas com um contexto histórico abrangente. Desta forma:

Os novos historiadores procuram tratar dos temas que interessam a esse grande público: natureza do poder, da autoridade, do carisma, o casamento, a concubinação, o aborto, o trabalho, o lazer, a religião, a magia, o amor, o medo, o desejo, o ódio, a educação, a vida cotidiana, as visões de mundo... (REIS, 2000, p. 136).

Ao analisar as práticas docentes das educadoras em estudo, não estou analisando trajetórias isoladas, mas levo em consideração o contexto anterior a



essas práticas, “o período de formação, a história de vida de cada um dos sujeitos, o que os trouxe, em última instância, a preparação para e ao exercício do magistério” (ESQUISANI & WERLE, 2009, p. 107).

Essas novas abordagens de objetos fortalecem o campo da História da Educação, ao alargar estudos que colocam em cenário os grupos marginalizados socialmente, a partir de suas experiências individuais e coletivas. Assim:

[...] As questões da mulher ou de gênero (normalistas, intelectuais e professoras), [...], Passaram a ser abordados pela grande tese da preeminência da necessidade da inclusão desses diversos segmentos sociais. É como se a constatação acerca daqueles que foram dominados, vencidos e silenciados pela história tradicional tivesse se exaurido, sendo, portanto, necessário identificar mais amiúde quem eram e quais são estes excluídos, silenciados... e pequenos (PINHEIRO, 2011, p. 258).

Assim, na História da Educação uma variedade de pesquisas tem se prontificado a conhecer as práticas docentes de professores, utilizando-se de diferentes métodos de investigação. Para tanto, foi preciso buscar métodos adequados para analisar/identificar as práticas docentes das Educadoras do CAVN. Optei assim, pelo uso da história oral (evidenciada na narrativa da memória), para o desenvolvimento desse trabalho, a qual “[...] novos interesses se impuseram somente tratáveis pela narração: emoções, sentimentos, comportamentos, valores, estados de espírito, desejo sexual, relações familiares e afetivas, indivíduos, ideias, crenças, costumes” (REIS, 2000, p. 135).

Destarte, a história oral em nosso trabalho foi de extrema importância para a concretização do mesmo, pois foi através dela que as educadoras evocaram suas memórias, narrando os acontecimentos da infância à vida adulta, proporcionando registrar suas falas, consolidando a escrita de suas histórias de vidas, dando ênfase a fase em que elas exerceram a prática docente no Curso de Economia Rural Doméstica, na qual ensinava trabalhos manuais.

Sendo assim, a seguir discutirei acerca da memória e história oral como fontes historiográficas necessárias para escrituração da história das práticas docentes das educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN.

### 1.3. A memória e a história oral como fontes historiográficas

Como citado em outro momento, ao estudar a trajetória de vida de indivíduos que tiveram importantes experiências profissionais, é necessário elencar métodos e fontes que permitam sua análise e compreensão a partir de um rigor teórico. À medida que a Disciplina História dava lugar a novos objetos de investigação, influenciada pelo Campo da Nova História Cultural, permitiu-se a utilização de fontes como a memória, como uma nova maneira de construir conhecimento histórico.

Compreendo que, “a fonte oral torna-se mais rica quando confrontada com outras fontes” (GALVÃO, 2011, p. 307). Assim, trabalho, também, com a memória como fonte, memória esta que pode ser evidenciada tanto através dos relatos orais, como em outros documentos e fontes, a exemplo de fotografias, currículo e documentos pessoais das educadoras, que constituíram o *corpus* dessa pesquisa. Dessa forma:

A memória não só dialoga no tempo e no lugar em que se inscreve, mas também acrescenta elementos que a legitima como depoimento de valor e de verdade. A memória individual dialoga com o coletivo e redimensiona a realidade passada. As lembranças apoiam-se em fatos, acontecimentos históricos, e ao mesmo tempo ampliam e informam aspectos da história social brasileira (LACERDA, 2000, p. 90).

Nesse trabalho desenvolvo um estudo baseado na memória coletiva das educadoras. Para Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória* (2012), o campo da memória é marcado por uma série de teorias e conceitos, que a define como:

Propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (p. 405).

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...] (p. 455).

Trabalhar com a memória é refazer uma visita ao tempo passado, lembrar acontecimentos que marcaram determinada época e que na maioria das vezes estão esquecidos. A memória é entendida como uma ressignificação de lembranças do passado, marcada por experiências individuais e coletivas.

Para Ecléa Bosi(1994), autora do livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, a memória coletiva:

Se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação (BOSI, 1994, p. 408-410).

A autora acredita que a memória é tecida a partir das relações vivenciadas no campo do trabalho, construindo a trajetória de vida coletiva, de sujeitos que contribuíram socialmente com suas práticas em um dado momento histórico.

Segundo Éclea Bosi (1994), somos apenas uma testemunha do nosso passado, a qual por vezes apelou para o outro, a fim de que confirme o que outrora vivenciamos, “aí está alguém que não me deixa mentir” (p. 407).

Da mesma forma, Maurice Halbwachs (2004), autor do livro: *A memória coletiva*, defende que o depoimento e narrativa de indivíduos só têm sentido se este fizer relação com o grupo do qual fez ou faz parte, em que vivenciaram momentos comuns a todos, “[...] diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Para o autor, quando uma ou mais pessoas reúnem suas lembranças, elas conseguem descrever com mais clareza os fatos, pois quando uma esquece, a outra lembra o que aconteceu em dado período, o que proporciona uma melhor reconstrução de suas histórias. Nesse sentido:

A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal [...] Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros (HALBWACHS, 2004, p. 58).

Nas entrevistas com as educadoras, a todo o momento elas evocavam *insights* que revelavam cenas vividas por ambas, trazendo no rosto ora sorrisos, ora traços de tristeza e saudade de um tempo que não volta mais, “[...] Que seria desse “eu” se não fizesse parte de uma “comunidade afetiva” de um “meio efervescente [...]” (HALBWACHS, 2004, p. 14).

Por esse motivo escolhi trabalhar com a memória coletiva, para que “haja bastantes pontos de contatos entre uma e as outras para que as lembranças que nos recordam possam ser reconstruídas sobre um fundamento comum” (HALBWACHS, 2004, p. 38). A memória individual se prolonga, até onde a memória coletiva dos grupos o qual pertence, existe, permanecendo o grupo, permanecem também as memórias e, “[...] No entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formamos sua lembrança” (RICOEUR, 2007, p. 26).

Destarte, se a memória individual é apenas um ponto de vista da memória grupal, isso significa que as memórias dos indivíduos estão associadas às experiências do grupo ao qual pertenceram na desenvoltura da coletividade e, inclusos em uma determinada época. Essas memórias são fruto de práticas sociais que o indivíduo realizou em dado grupo, resultando posteriormente nas lembranças de trabalho, as quais tiveram significativa importância para ele.

Porém, trabalhar com memória não é algo fácil. Há momentos em que percebo o esquecimento na voz das educadoras, quando as mesmas por vezes tentam lembrar-se de fatos passados e não conseguem ao certo descrever como realmente aconteceu. Por isso, Paul Ricoeur (2007, p. 455) alerta no sentido de que “assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo”. Sendo a memória uma fonte historiográfica que através de depoimentos e relatos, tenta uma aproximação com a verdade. Nesse sentido:

A memória é sempre dinâmica e mutável, sujeita às vicissitudes das circunstâncias. Sempre mudamos nossa forma de recordar e montamos esquemas narrativos dependentes de fatores externos a nós mesmos. Assim, por exemplo, de acordo com o público ouvinte, com o tempo disponível, com o ambiente físico, ou com nosso estado de saúde, variamos as soluções, que vão desde a escolha das palavras até o peso dos fatos (MEIHY, 2005, p. 77).

Assim, é preciso deixar claro que a memória não revela uma imagem fiel do passado, a mesma sofre, ao longo do tempo, influências que passam por constantes ressignificações. “É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros” (BOSI, 1994, p. 407).

Nunes (2003) defende que a memória é um olhar presente de um tempo passado. E essas memórias perpassam a nossa infância e os mais diversos segmentos sociais, a exemplo da escola, igreja, ambiente de trabalho, entre outras, sendo práticas vivenciadas e construídas histórica e socialmente. Para Nunes (2003, p.132), “[...] as memórias que temos do trabalho ao qual nos dedicamos, das nossas reminiscências da infância [...] têm uma validade relativa, histórica, já que são construídas socialmente”.

Para preservar a memória é preciso registrá-la, por isso a necessidade de registrar as práticas docentes das educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN em Bananeiras, a partir de suas memórias.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13, *apud*, NUNES, 2003, p. 134).

Quando essas memórias ocorrem no espaço escolar, elas se constituem em memória social, pois são justamente nesses espaços que se encontram as representações e relevância de objetos guardados pelo entrevistado, a exemplo de livros, cadernos escolares, vestimentas, e etc. A memória pode ser entendida como a capacidade de lembrar e trazer à tona imagens do passado, marcadas por ressignificações de experiências e diálogo com o tempo. “a memória, onde cresce a

história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 411).

Dessa forma, trabalhar com a memória também como fonte, permite compreender através das narrativas das educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica um contexto histórico coberto de intencionalidades e ressignificações.

É a voz do professor que precisamos ouvir e dela extrair considerações que permitam compreender o entrelaçamento de suas histórias e trajetórias em diferentes espaços e tempos de sua vida pessoal e de sua prática docente. É essa escuta que precisamos considerar antes de qualquer julgamento. Seu relato de vida, ao transpor sua voz, revela suas reais necessidades. Só ele sabe de si, das relações que estabeleceu com o seu processo formativo e com as aprendizagens que construiu ao longo da vida. Só ele pode contar como ele é; só ele sabe das razões que tem para ensinar como ensina (FERREIRA & BIASOLI, 2009, p. 63).

Assim, são necessários cuidados por parte do pesquisador para reconstituir e reinterpretar uma memória já vivida e inserir os diferentes discursos dos sujeitos envolvidos em contextos históricos específicos. Além de levar em consideração o caminho por eles traçados, o contexto social, histórico, as etapas profissionais, toda uma gama de fatores que vão desde a fase da infância até o período em que estes se aposentam, o que permite uma maior relação e compreensão da vida pessoal ratificada na vida profissional.

Todo conhecimento será sempre parcial; a realidade é uma construção [...] Desta forma, a utilização de depoimentos ou relatos de alguém sobre si mesmo tem como objetivo menos a busca da verdade e muito mais a identificação das condições de possibilidade para que determinada narrativa possa emergir enquanto discurso (WEIDUSCHADT & FISCHER, 2009, p. 71).

Portanto, trabalhar com narrativas e memórias vai além de coletar fatos ocorridos com os envolvidos, é preciso ter toda uma visão problemática do estudo, a fim de envolvê-los, como já evidenciei em outro momento, na “dimensão intertextual e intercontextual de análise” (WEIDUSCHADT & FISCHER, 2009, p. 73).

Mas, para trabalhar com a memória foi preciso utilizar a história oral como fonte historiográfica também. Afinal, foi principalmente pela fonte oral, que essas

memórias foram gravadas e depois transcritas, para em fim, tornar-se história. Por esse motivo a fonte oral é indispensável nesse trabalho.

O trabalho com história oral vem sendo muito utilizado pelas ciências humanas, destacando-se uma grande variedade de temas que permitem utilizar a oralidade como documento histórico. Apesar de muito criticada, a história oral destaca-se, por ser, também, uma possibilidade de investigar o passado e de construir e reconstruir a história, principalmente de indivíduos ou grupos que não foram visualizados pela historiografia tradicional. Desta forma:

Atualmente, a história oral já se constitui em parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais. Por isso, a história oral hoje é parte inerente dos debates sobre tendências da historiografia contemporânea ou da história do tempo presente. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como “história viva” (MEIHY, 2005, p. 19).

A história oral busca construir um passado que não está somente nos documentos oficiais, e, sendo uma “história viva”, ela dá continuidade a momentos históricos, constituindo-se em um passado presente na vida dos indivíduos, o que “[...] garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem” (MEIHY, 2005, p. 19).

Dessa forma, a pesquisa configura-se no campo da Nova História Cultural, fazendo opção por trabalhar com a História Oral Temática, entendendo que a mesma se adéqua a esse tipo de pesquisa, uma vez que, documentos escritos oficiais, nem sempre contam a história das pessoas comuns. Dessa forma, a metodologia tem um caráter temático, ao mesmo tempo em que considera a trajetória de vida das entrevistadas, mas restringindo-se ao momento específico de suas práticas docentes no Curso de Economia Rural Doméstica, que é o tema em estudo.

A fonte oral tem sido muito utilizada para dar voz aos grupos minoritários da sociedade, a alguns setores marginalizados, a grupos que tem visto na oralidade uma forma de deixar registradas suas histórias. Nesse sentido:

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias. Logicamente as elites também podem ser objeto de atenção, como, aliás, vêm sendo, mas de um modo geral a história oral tem dado espaços, preferencialmente, a aspectos ocultos das percepções gerais (MEIHY, 2005, p. 44).

Trabalhar com a metodologia da história oral é desafiador, o que requer do pesquisador um suporte teórico-metodológico eficaz. É preciso ter cuidado para não romantizar o indivíduo, transformando-o apenas em herói, como protagonista de uma trajetória sem defeitos, mas, estar atento para “[...] dimensioná-lo no contexto mais amplo. [...] Insistir nas conexões entre os fatos relatados e a situação social, cultural e econômica que os perpassa” (WEIDUSCHADT & FISCHER, 2009, p. 71). O que se torna algo difícil, uma vez que, o pesquisador em sua maioria, se envolve demais com o seu objeto de estudo, e este realmente passa a ser herói ou heroína daquela trajetória. Por este motivo:

[...] É preciso remontar no tempo e estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador que, ao solicitar uma testemunha, procede a uma “invenção” de fontes (VOLDMAN, 1996, p. 250).

Destarte, os depoimentos, quando gerados, constituem-se como documentos, possibilitando repensar um passado recente. Assim:

A História Oral fornece documentação para reconstruir o passado recente [...] legitima a história do presente [...] a crescente revalorização da oralidade [...] indicam a oportunidade de uma revisão das posturas historiográficas que têm, até hoje, olhado com grande desconfiança o testemunho pessoal (FREITAS, 2006, p. 26).

Ao reconstruir o passado, através da História Oral, criam-se alternativas de se fazer história, antes realizada apenas com as fontes escritas. Esses turnos que antes não se faziam ouvir, hoje nos possibilitam conhecer determinadas questões sob diferentes pontos de vistas. Assim, de acordo com Freitas (2006, p. 29), “a maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico”.



Frente ao exposto, penso que a história oral é significativa na rememoração e construção de um tempo passado, tendo em vista que:

A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 1992, p. 25-26).

De acordo com o autor supracitado, a metodologia da história oral possibilita construir um passado através do tempo presente e sob a voz e o olhar de várias pessoas, permitindo conhecer várias versões de uma determinada história, abrindo novos caminhos para investigar o passado.

Nesse sentido, considere os estudos descritos nos manuais de história oral acerca de como proceder metodologicamente, preparando-me para a realização das entrevistas. Após todo um aporte teórico, sai a cumprir as primeiras entrevistas<sup>3</sup> com as educadoras, em torno de nove entrevistas, a maioria com gravação de aproximadamente 50 minutos.

O roteiro de entrevista foi o mesmo para as três educadoras, elaborado partindo das origens de infância, transcorrendo sobre a vida escolar e culminando nas práticas docentes no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN. Durante as fases das entrevistas, tive acesso a documentos como fotografias, livros didáticos, objetos de artesanatos produzidos no Curso, a exemplo de toalhas de rendas, bonecas, almofadas bordadas, entre outros utensílios que até hoje são guardados de lembranças pelas educadoras.

Utilizei as entrevistas de história oral, tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, que me permitiram “[...] Ativar ou de materializar o que existe em estado oral, ou mesmo o que foi abafado por processos políticos se constitui em um desafio [...] que não quer deixar morrer determinadas experiências” (MEIHY, 2005, p. 29).

Porém, o pesquisador deve estar atento ao desencadeamento das entrevistas, embora não haja uma verdade absoluta dos fatos. Por que:

---

<sup>3</sup> As entrevistas realizadas ocorreram nas residências das entrevistadas, e, depois de apreciadas foram aprovadas pelas educadoras para publicação.

Sabe-se que a memória é seletiva, que os depoimentos mudam no decorrer do tempo (a proximidade ou o afastamento temporal e espacial da situação que se investiga sofre mudanças significativas), que muitas vezes os entrevistados falam o que imaginam que devem falar para aquele interlocutor específico, sobre o qual criam certas expectativas e ao qual atribuem determinadas características (GALVÃO, 2011, p. 312-313).

Diante do exposto, observa-se a imprevisibilidade no momento das entrevistas e a importância de dar encaminhamento às mesmas, fazendo a transcrição de imediato, atentando para possíveis falhas e lacunas a serem preenchidas em uma segunda entrevista.

Durante as entrevistas ocorreram muitos imprevistos, nem todas as perguntas do roteiro foram respondidas, por vezes a conversa tomava outro rumo, fazendo-me parar e ouvir o que as educadoras tinham a me dizer, para depois retomar toda a entrevista. A cada entrevista que eu transcrevia, coisas novas me eram reveladas, mas muitas lacunas também ficaram a ser preenchidas.

E por fim, os relatos gravados, transcritos, selecionados e analisados foram tecendo os fios das memórias das educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, construindo as páginas das suas histórias.

Dessa forma, apresento brevemente as educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica, a saber:

- **Inês Matias de Carvalho:** professora da Disciplina Bordados. Nasceu em 27 de outubro de 1928, na cidade de Bananeiras, no Brejo paraibano, sua mãe era conterrânea da mesma cidade, do sítio conhecido como Amarelinha, seu pai era das proximidades da cidade de Guarabira, também localizada no Brejo paraibano, tinha 10 irmãos, quatro homens e seis mulheres, entre elas uma irmã adotiva. Não viveu o matrimônio, pertencia a uma família de classe pobre da cidade, e, é muito religiosa.

- **Liana Barbosa da Mata:** professora da Disciplina Arte Culinária. Nasceu em 27 de março de 1934, na cidade de Bananeiras. Não chegou a conhecer o pai, que faleceu quando ela ainda nem havia nascido, não teve nenhum contato com a mãe, sendo criada por quatro tias, a quem ela muito amava. Uma de suas tias sustentava a casa com um pequeno comércio de vendas de objetos manufaturados que possuía na cidade. Teve o privilégio de estudar no Colégio Sagrado Coração de Jesus (antigo Colégio de Freiras), como bolsista, apadrinhada pelo prefeito da época. Teve

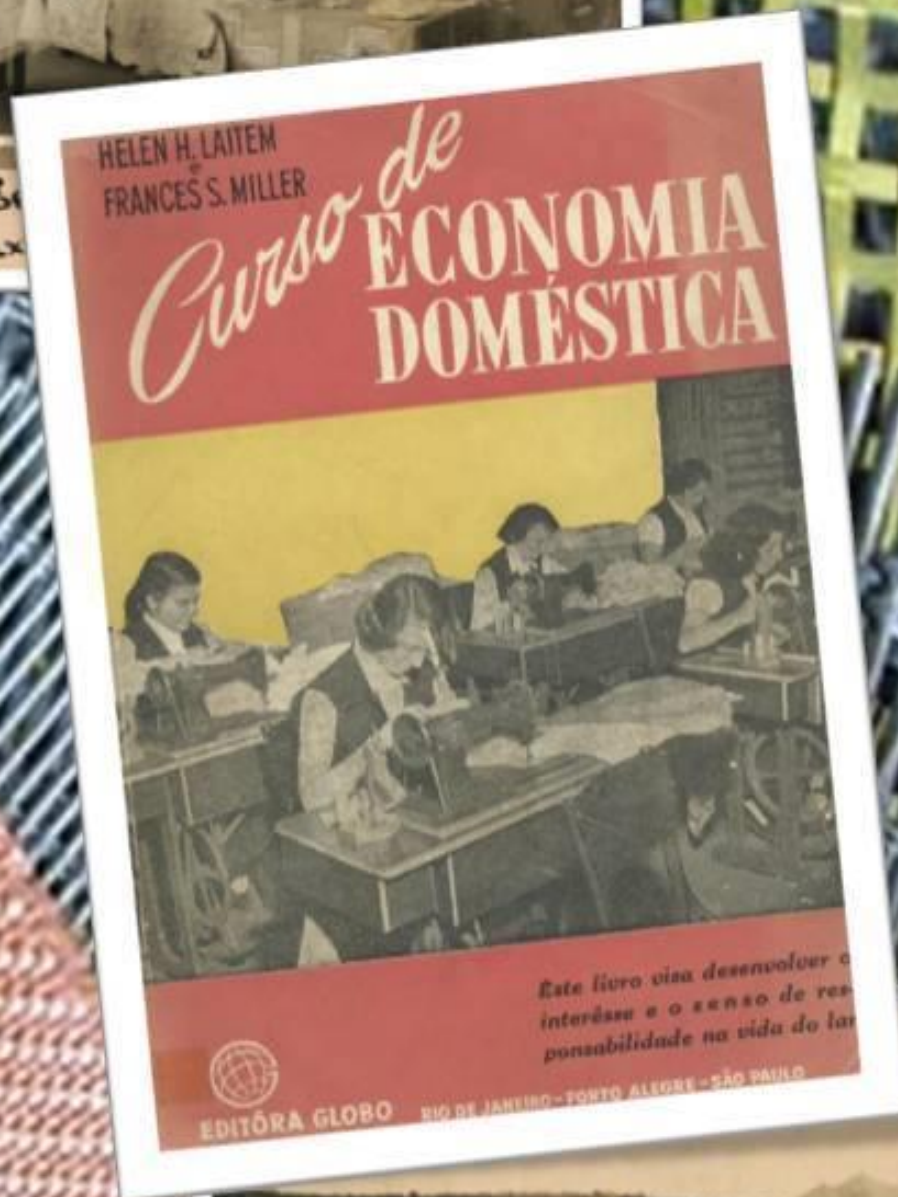
irmãos, porém não teve nenhuma aproximação com eles. Não vivenciou o matrimônio.

- **Maria do Livramento Cirne Ramalho:** professora da Disciplina Corte e Costura. Nasceu em 23 de outubro 1924, no sítio Baixa do Mel em Bananeiras. Seus pais eram naturais de Bananeiras e tinham 4 filhos. Livramento pertencia a uma família de classe rica da cidade, seu pai possuía várias propriedades. Estudou no Colégio Sagrado Coração de Jesus (antigo Colégio das Freiras), existente na época. Herdou da mãe a habilidade do trabalho manual com corte e costura. Vivenciou o matrimônio e teve 4 filhos, dos quais 1 é adotivo. É muito religiosa.

Exposto aqui esse breve perfil das educadoras, o capítulo a seguir aborda as relações de gênero, a escolarização da mulher e a feminização do magistério, em seguida adentra na re-construção da história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), local onde as educadoras exerceram suas práticas docentes, finalizando apresenta a origem da Disciplina Economia Doméstica, e posteriormente, o surgimento do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras.



Curso de Ex. e B  
22 Ex



*Este livro visa desenvolver o  
interêsso e o senso de res-  
ponsabilidade na vida do lar*

EDITORA GLOBO RIO DE JANEIRO - FORTO ALEGRE - SÃO PAULO



## CAPÍTULO 2 - FACETAS DA PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA

## 2 FACETAS DA PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA

### 2.1 Gênero e educação: breve discussão acerca da escolarização da mulher e feminização do magistério

É impossível compreender como as mulheres ocuparam o espaço no mundo do trabalho, através também das salas de aula (primeiro como alunas e posteriormente como professoras), sem observar como se produziram as relações de gênero, as representações masculinas e femininas, os lugares onde ocorreram e o seu contexto histórico. Nesse sentido:

Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a idéia (sic) de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação (LOURO, 1992, p. 57).

Dessa forma, as relações de gênero, segundo a autora, são definidas pelo contexto social, político, econômico e cultural de determinada época. As diferenças entre os homens e as mulheres são construídas através de símbolos, normas, relações de poder e conceitos. Assim:

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 21 Grifo da autora).

Em texto que se tornou referência para pensar gênero, Scott (1989), afirma que as relações de gênero são uma condição social imposta sobre um corpo sexuado, nesse caso as mulheres. A partir do conceito de gênero como posto nas palavras citadas, as desigualdades entre homens e mulheres, não são algo natural, mas símbolos e regras sociais construídas e reproduzidas no grupo social aos quais ambos pertencem. Dessa forma:

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 22).

Corroborando com a autora, compreendo que é no âmbito social que os gêneros vão se construindo, permeados por discursos simbólicos e representativos, o que explica o porquê das mulheres serem consideradas como subalternas e inferiores aos homens por muito tempo. Dessa forma, se faz imprescindível entender que a diferença não está nos sexos, mas “aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (LOURO, 1997, p. 21).

Ratificando o que a autora profere, as desigualdades devem ser argumentadas não pela condição biológica do ser, mas pela condição, social, histórica e representativa que cada sociedade impõe. Ou seja:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe [...] (LOURO, 1997, p. 28).

Nesse sentido, como eram construídas as relações de gênero aqui no Brasil no século XIX e início do século XX? Como a educação para ambos os gêneros era

constituída? Qual era a posição que o homem e a mulher ocupavam em nossa sociedade?

No espaço público da sociedade, homens e mulheres ficavam nas extremidades da escala de valores. O homem era visto como atuante da sociedade, porque a ele era concedido participar das decisões políticas e, isto constituía honra e virtude. A mulher estando na outra extremidade, era considerada mãe, esposa e dona de casa, um ser privado, o qual tinha no lar e no casamento o sinônimo de felicidade.

A mulher foi criada para servir e dedicar-se à família e suas atividades domésticas. Enquanto mãe e dona de casa era um ser benéfico. A ela não podia ser concedido muito, principalmente se tratando de educação, pois muito podia uma mulher trancafiada em seu quarto em volta de livros, livros que poderiam provocar/estimular sua inserção no espaço público, alimentando ideias para a escrita de uma carta, a escrita de um poema, e, a mulher aproximada da leitura, conseqüentemente aproximava-se da escrita. Tendo em vista que:

Uma mulher, na intimidade de seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência (PERROT, 1998, p. 10).

O temor da sociedade parecia concretizar-se. As mulheres do século XIX, principalmente da classe média, começaram a ser grandes leitoras de livros das mais diferentes espécies, e, por isso, através da prática da leitura e escrita puderam de alguma forma se apropriar do mundo e dos seus valores.

Porém, a educação do século XIX, principalmente a educação da mulher, deixava muito a desejar. Só os homens podiam usufruir de uma educação mais ampla que proporcionasse o desenvolvimento de uma carreira, enquanto as mulheres se restringiam apenas aos estudos das primeiras letras e às atividades e afazeres domésticos, não cabendo a ela o direito de participar das decisões da sociedade. Era um cenário de grandes desigualdades, uma sociedade em sua maioria patriarcal. Nos últimos anos do século XIX e início do século XX, já havia a

grande urgência de abrir mão desses preconceitos e aderir a uma educação igualitária para todos.

Acreditava-se que a educação era a mola do desenvolvimento e progresso do país. A sociedade se modernizava rapidamente: a penetração do positivismo, o processo inicial de industrialização, acompanhado do processo de melhorias urbanas, a vinda de imigrantes europeus, o crescimento demográfico, a secularização da sociedade. Todos esses fatores contribuíram para amenizar a condição subordinada a qual sofria a mulher.

Mas, muito se falava e pouco se fazia. As escolas eram raras, havia uma ou outra mantida por entidades religiosas. As meninas e os meninos que tinham a oportunidade de frequentar a escola aprendiam a ler, escrever e contar, diferenciando para os meninos a geometria e, para as meninas o bordado e a costura. Observa-se que a educação das mulheres e dos homens não se deu em processos iguais, únicos. Além do mais, segundo Louro (2008), foram fatores decisivos da qualidade da educação: a classe, a etnia, a religião e a raça à qual pertenciam as crianças.

Como citado acima, as formas de educação eram heterogêneas para ambos os gêneros, e também de acordo com as classes sociais. A moça rica aprendia leitura, escrita, noções básicas de matemática, além de piano, francês e habilidades domésticas como o bordado, a renda e a culinária. Enquanto a moça pobre aprendia apenas o básico de leitura e escrita e algumas artes domésticas, que pudessem inseri-la no mercado de trabalho, e assim, ajudar no sustento da família.

Continuava o discurso da sociedade patriarcal, de que as mulheres deviam ser mais educadas para a formação moral e menos para a instrução e formação intelectual, pois seu destino seria sempre o de ser filha, esposa e mãe, o que exigia moral e bons princípios. As últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX aproximaram a mulher da educação e, conseqüentemente, do trabalho, com o objetivo de vinculá-las à modernização da sociedade. Com a profissionalização do magistério elas foram inserindo-se na vida pública. Nesse sentido, destaco que:



[...] Tal profissionalização significou a oportunidade entrevista pelas jovens de conseguir maior liberdade e autonomia num mundo que se transformava e no qual buscavam ocupar outro espaço que não aquele que lhes reservava a sociedade masculina e androcática, identificado com a vida do lar, inteiramente dedicada à família e às lides domésticas (ALMEIDA, 1998, p. 12).

De acordo com Louro (2006), a mulher foi convocada a participar deste projeto por ser “diligente, honesta, ordeira, asseada, a ela caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras” (p. 447). Segundo a autora, o magistério foi a grande porta de entrada da mulher no mundo do trabalho. De fato:

Vozes surgiram para argumentar que as mulheres tinham “por natureza”, uma inclinação para o trato com crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadores”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar à educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subvertia a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocação” (LOURO, 2006, p. 450).

O magistério como doação e vocação era característico de uma profissão sagrada, marcada fortemente pela ideologia da tradição religiosa católica, que via no ensinar um ato sacerdócio. Dessa forma, para ser professora era preciso ter características de moralidade cristã e espiritual. Dessa forma:

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social (ALMEIDA, 1998, p. 17).

Além do mais, a mulher estava a todo instante sendo comparada com os modelos bíblicos de Eva e Maria. Assim:

Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de

uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora de filhos e filhas (LOURO, 2008, p. 447).

Destarte, aquela que demonstrasse ser uma pessoa honesta, “pura”, prudente, entre outras características, tinha acesso ao ensino do magistério, e, posteriormente era nomeada mestra. Embora a profissão docente naquela época fosse vista como a extensão das atividades do lar, foi através do magistério, como ratificado em outro momento, que a mulher da classe média (inicialmente) e a mulher da classe pobre (posteriormente), viram a oportunidade de se inserir no espaço público e no mercado de trabalho. Desta maneira:

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina revelada já nesse período, possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que "ser professora" se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos esse era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão (ALMEIDA, 1998, p. 28).

Trabalhar fora de casa não seria algo arriscado? Mas no magistério elas não corriam esse risco, pois as escolas tinham o cuidado de não afastá-las do lar, da maternidade, e, sempre que necessário, sacrificavam esse ofício em prol do bem estar da sua família. Além disso, a falta de prédios escolares fazia com que as professoras ensinassem nas suas próprias casas, tornando a tarefa de ser mãe, e, a tarefa de ser professora, práticas muito próximas, ora era a mãe que precisava cuidar de seus filhos; ora era a professora que precisava cuidar de seus alunos. O trabalho também era visto para as mulheres, como lacuna a ser preenchida até o momento em que não se casavam. Uma espécie de ocupação anterior ou posterior ao casamento. “Tornava-se necessário que fossem educadas, porém somente se o lar, o marido e os filhos fossem com isso beneficiados” (ALMEIDA, 1998, p. 33).

Diante desse discurso, a instrução da mulher não prejudicaria o lar, o esposo, os filhos, a sociedade. O trabalho da mulher era pautado em cuidar das crianças e assim colaborava para regenerar o país, que naquele momento, a aceitava como salvadora da pátria, como professora. Desta forma:

O magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir esse equilíbrio. Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. O doar-se com nobreza e resignação, *qualidades inerentes às mulheres*[...] (ALMEIDA, 1998, p. 32. Grifo da autora).

As escolas de formação de professores atendiam o público feminino e o masculino. Mas, paulatinamente, formavam-se mais mulheres do que homens, embora no início fossem os homens que dominassem a profissão do magistério. Gradativamente os homens iam renunciando ao magistério, esse movimento daria origem a uma “feminização do magistério” “[...] fato provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização” (LOURO, 2008, p. 449).

Esse processo não se deu de forma passiva. De um lado afirmavam que as mulheres eram desprovidas de conhecimento para educar e instruir as crianças. Por outro lado, defendiam que assim como na maternidade, a mulher tinha um “dom” natural para cuidar das crianças, sendo o magistério uma atividade de muito amor e dedicação. Assim:

Este discurso justificava a saída dos homens das salas de aula \_ dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas \_ e legitimava a entrada das mulheres nas escolas \_ ansiosas para ampliar seu universo \_, restrito ao lar e à igreja. A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação (LOURO, 2008, p. 450).

Todos esses fatores contribuíram para reforçar a imagem das mulheres/professoras como dóceis, delicadas, em missão de amor pelo que faz. “Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos, [...], que cuidar de crianças e educar era missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência” (ALMEIDA, 1998, 64).

Nessas poucas linhas se evidenciou que à mulher era tratada como um ser pertencente ao âmbito privado, sem direitos, e, quando esta veio a tê-los, foi de maneira restrita e limitada. Assim, a educação das mulheres das classes privilegiadas buscava no magistério uma preparação para o casamento, algumas até terminavam ingressando no magistério, mas não porque precisasse do salário de professora para sobreviver, mas porque ser professora era uma questão de relações de poder, de status.

Em contrapartida, as mulheres das classes médias, buscavam no magistério um emprego para sua independência e ajudar nas despesas da família. Já as mulheres das classes menos favorecidas, tinham no trabalho das fábricas a realidade da luta pela sobrevivência, instrução escolar para elas era relegada a segundo plano, até porque elas tinham pouco acesso ao magistério, às escolas existentes eram pagas, e, as que conseguiam através de bolsas de estudos, viam no magistério o acesso ao trabalho como uma questão de sobrevivência.

Porém, com o crescimento das atividades industriais, as mulheres (da classe trabalhadora), também passaram a se afastar do lar em prol do trabalho na indústria, por isso houve uma preocupação em oferecer a elas uma educação que possibilitasse a mesma continuar vivendo em seu ambiente privado. Foi quando em meados do século XX aqui no Brasil, a educação feminina passou por algumas reformulações e disciplinas com conteúdos específicos passaram a ser inseridas no currículo.

Essas mudanças trouxeram consigo a criação de leis e decretos que habilitavam as mulheres a exercerem “formalmente” suas funções no lar. Esses currículos e programas contemplavam disciplinas como “Economia Doméstica e Culinária, Etiqueta, Desenho Artístico, Puericultura, Trabalhos Manuais, e assim por diante” (ALMEIDA, 1998, p. 35). Assim, esse “novo” currículo continuou com o objetivo de intensificar a preparação da mulher para exercer seu papel de esposa e cuidadora do lar.

Essa formação deveria estar atrelada a instituições técnicas de ensino agrícola, as quais ofereciam os mais diversos cursos de artes manuais, como bordado, costura, culinária, tapeçaria, costura em couro, entre outros. O que

contribuía para reforçar o papel da mulher dona de casa e, ao mesmo tempo, as preparava para assumir um papel profissionalizante no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a seguir é feita uma breve reconstrução da história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, local onde funcionou o Curso de Economia Rural Doméstica, no qual as educadoras do presente trabalho desenvolveram suas práticas docentes.

## **2.2 O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeiras/PB: cenário de uma educação profissionalizante**

Ao adentrar a história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, percebe-se quão importante foi e continua sendo essa instituição para muitos que por ela passaram, e muitos que nela permanecem, pois as lembranças do passado continuam vivas na memória de cada um/a deles/as.

Sua história já foi escrita por alguns autores, entre eles está Manoel Luiz Silva, ex- aluno da instituição, e, que atualmente trabalha no CAVN como voluntário, organizando os arquivos passivos da instituição e cuidando de um Memorial que abriga os objetos e materiais mais antigos do colégio. Em 2004 Manoel publicou seu primeiro trabalho intitulado “Reminiscências de patronato a Colégio Agrícola: 80 anos de história”, em 2009 publicou o livro “CAVN – Sua História em Poemas”, e, em 2012 publicou “CAVN uma história para a posteridade: fatos em fotos”. Seus estudos sobre a instituição, me serviu de base para reconstruir a história do CAVN, conforme passo a descrever adiante.

A história dessa instituição tem seus primeiros indícios quando em 1918 o Dr. Dulphe Pinheiro Machado, na época diretor geral do serviço do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, dá início à criação de instituições agrícolas com características de internato, para acolher com ensino profissionalizante crianças que viviam à margem da sociedade, em sua maioria tida como marginais. O objetivo era oferecer uma educação profissionalizante a essas crianças carentes e transformá-las em agricultores e pecuaristas. Assim, através do Decreto 12.893 de 28 de fevereiro de 1918, o governo brasileiro dava autorização ao Ministério da Agricultura para criar Patronatos Agrícolas em locais favoráveis a tais práticas, agregando o

ensino técnico à solução de tirar os jovens abandonados pela sociedade. Desta maneira:

[...] Organizar um Centro Agrícola para menores, a fim de ministrar instrução primária, práticas agrícolas, formar operários na agropecuária visando livrar os menores da marginalidade. Nesses Centros Agrícolas cuidar-se-ia da prática de educação física, esportes, escotismo, escola pré-militares, instalação de campos de produção de mudas florestais, criação de animais domésticos, campo de experimentação, para atender aos agricultores (SILVA, 2004, p. 28).

Dessa forma, os menores teriam uma instrução voltada para as práticas de agricultura, explorando a terra e com instrumentos agrários específicos para a criação dos animais em geral. Portanto, os Patronatos eram instituições com ensino agropecuário as quais atendiam a população carente da região na qual estava instalada. O currículo era definido de acordo com o Decreto Nº 13.706 de 25 de julho de 1919, acerca do Regulamento dos Patronatos Agrícolas:

**Art. 15.** O curso dos patronatos agricolas será primario e profissional.

**Art. 16** O ensino primario comprehende tres cursos distinctos: elementar, médio e complementar.

**Art. 17.** O programma nos dous primeiros casos comprehenderá:

[...]

**f)** instrucção moral e civica, noções elementares de hygiene [...]

**k)** trabalhos manuaes [...]

**Art. 22.** O ensino profissional versará sobre as seguintes noções:

**1ª,** estudos do solo, sua origem, composição, propriedades, classificação das terras, seus caracteres geraes, com applicação aos terrenos communs á região; terras proprias para agricultura, para horticultura, etc.;

**2ª,** meios de preparar e melhorar o solo; systemas de lavanca: drenagem e irrigação dos terrenos;

**3ª,** instrumentos agrarios, em conjuncto, nas peças que os constituem; trabalhos de montagem e manejo das machinas agricolas; conhecimento de ferramentas, instrumentos e utensilios; execução das lavouras, sua profundidade, fórmula, época e numero;

**4ª,** escolha das sementes, suas preparação, épocas de sementeira, profundidade, quantidade de semente a empregar por unidade de superficie;

**5ª,** preparação e aproveitamento das materias fertilizantes; estrumes vegetaes e animaes; adubos chimicos e correctivos;

**6ª,** jardinocultura, horticultura, pomicultura e utilização dos respectivos productos;

**7ª,** insectos uteis e prejudiciaes á agricultura; doenças que affectam as plantas cultivadas; meios de as prevenir e combater;

**8ª,** prados naturaes e artificiaes; pecuaria, comprehendendo as especies zootechnicas mais apropriadas á região; hygiene, criação e alimentação;

**9ª,** lacticinios e outras industrias animaes;

**10<sup>a</sup>**, apicultura e sericultura;  
**11<sup>a</sup>**, beneficiamento e embalagem dos productos da lavoura;  
**12<sup>a</sup>**, contabilidade agricola; bases para a formação de sindicatos, cooperativas o outras associações uteis á lavoura (BRASIL, 1919).

Dados os encaminhamentos, em janeiro de 1920 iniciou a construção de uns dos primeiros patronatos do Nordeste, o Patronato Agrícola de Bananeiras<sup>4</sup>, “com o objetivo de receber crianças do campo, filhos de agricultores da região, crianças sem o mínimo de sobrevivência” (SILVA, 2004, p. 37). A seguir, uma foto do terreno onde foi construído o Patronato:

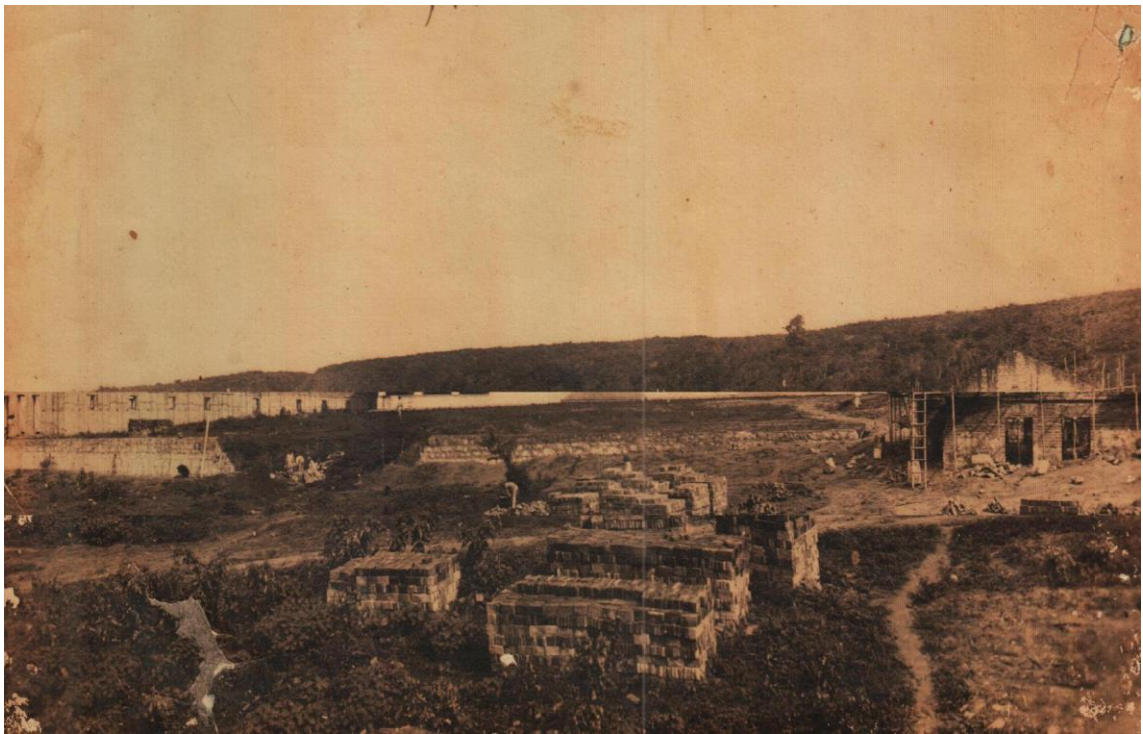


Figura 1: Terreno onde foi construído o Patronato Agrícola  
Fonte: Acervo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

A seguir, uma foto da construção de um dos pavilhões do Patronato de Bananeiras.

---

<sup>4</sup> O município de Bananeiras limita-se ao norte com o município de Dona Inês e Campo de Santana, ao sul com Borborema e Pilões, a leste com Serra da Raiz, Belém e Pirpirituba e a oeste com Solânea. O município está localizado na mesorregião do Agreste Paraibano e na microrregião do Brejo paraibano, inserido no Planalto da Borborema, com um relevo ondulado cortado por Rios perenes e com um clima tropical chuvoso. Fonte: [www.geociencias.ufpb.br](http://www.geociencias.ufpb.br). Acesso em: 04 de outubro de 2012.



Figura 2: Construção dos pavilhões do Patronato  
Fonte: Acervo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Assim, pelo Decreto Nº 14.118 de 27 de março de 1920, ficou estabelecido à criação do Patronato Agrícola no município de Bananeiras. O colégio passou a chamar-se Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, uma homenagem ao militar André Vidal de Negreiros. Não há uma resposta concreta quanto ao fato de quem colocou esse nome na instituição, o que se sabe por hipóteses é que:

Para se ter, precisamente, informações de quem partiu a iniciativa de homenagear a figura de André Vidal de Negreiros, emprestando o seu nome a referida instituição, torna-se para nós um pouco remota, até por falta de provas da veracidade dos fatos. Talvez em função de ter sido ele exemplo de cidadão na vida pública. Acreditamos que Dulphe Pinheiro Machado, acatando ideias do Presidente Epitácio Pessoa, propôs ao Ministério da Agricultura colocar o nome de Vidal de Negreiros, como nosso patrono, considerado o herói da Restauração, ostentando até hoje o seu nome na citada escola (SILVA, 2004, p. 197).

A cidade de Bananeiras foi escolhida para abrigar o Patronato Agrícola devido às suas condições de possuir terras férteis para o plantio, grande quantidade de água, clima frio, uma vegetação favorável com grandes recursos naturais, além de um fator de grande relevância, que foi a aquisição do terreno onde foi construído o Patronato, doado pela Prefeitura Municipal de Bananeiras na gestão do Prefeito



Antônio Barbosa de Farias Coutinho. O terreno adquirido pertencia ao major José Antônio da Rocha, lá havia plantação de café, fumo e frutas. Os mais antigos da instituição, criaram uma lenda de que a cópia original do documento de doação do terreno, está enterrada em algum lugar do Colégio, motivo este de dispor apenas de uma cópia semelhante ao documento original, como se observa na figura a seguir:

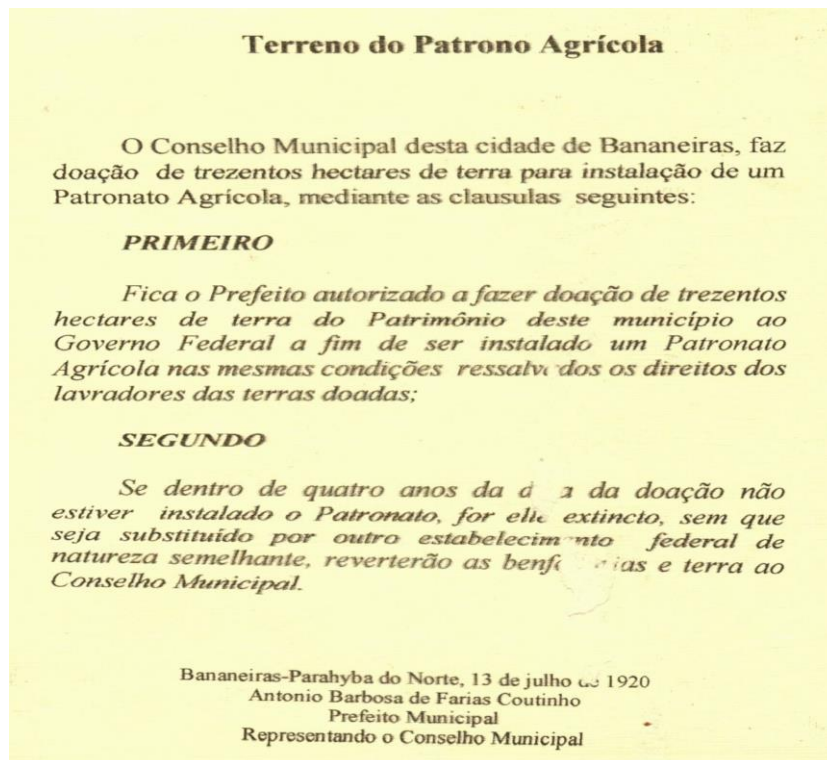


Figura 3: Cópia do documento da doação do terreno para a construção do Patronato Agrícola

Fonte: Acervo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

A construção do Patronato em Bananeiras não foi fácil, além do custeio da mão-de-obra, havia o transporte dos materiais de construção, que antes de chegar até Bananeiras passavam pelo Porto de Cabedelo, sendo transportados posteriormente pelo trem da Great Western, e, só depois era levado para a cidade do brejo paraibano nos lombos dos animais e carros de bois, conforme relato abaixo:

O comboio ferroviário, que partia de Cabedelo levando ferragens, telhar, implementos agrícolas, animais, tratores, materiais escolares, alimentos, e até servidores transferidos de outras repartições, para suprir o Patronato Agrícola [...] Quantas vezes o trem, movido a

lenha, chegava até parar nos lugares mais inclinados, com o peso dos materiais que levava para o Patronato, afora as mercadorias para abastecer o comércio das cidades à margem da ferrovia, produtos agrícolas para as feiras livres e passageiros, pois era a única opção de passageiro na época (SILVA, 2004, p. 43).

Mesmo diante de tantas dificuldades, nada impediu ou parou a obra que havia começado, e, assim, em 07 de setembro de 1924, o Patronato foi inaugurado. O Patronato tentava a cada dia se ajustar ao sistema de ensino exigido pelos órgãos responsáveis. Uma das mudanças foi quando em 1927 o Ministro da Agricultura mudou o Currículo, dividindo o Patronato Agrícola em Rural e Urbano.

Em 1930 o mesmo sofreu mudanças na parte administrativa, passando a pertencer ao Governo do Estado e não mais a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, “o governo da União em 12 de dezembro de 1930, publicou o Decreto Federal transferindo para o Ministério da Agricultura as instituições Agrícolas” (SILVA, 2004, p. 59).

O contexto de 1930 exigia um modelo de homem que se adequasse às novas demandas do campo, uma mão-de-obra mantedora da indústria nacional, e era justamente o que pretendia a política do governo de Getúlio Vargas, atendendo aos interesses capitalistas do país. Dessa forma, os Patronatos Agrícolas foram grandes empreendimentos na visão do governo, pois além de atenderem a exigência da instrução primária, negligenciada desde tempos remotos pelos governos, eles eram grandes centros profissionalizantes. O discurso era de que a educação era uma preparação para a vida, que não bastava apenas aprender a ler e escrever, era necessário ter prazer pelas “atividades produtivas”, melhor proferindo, agrícolas.

Assim, os Patronatos passaram a receber jovens da zona urbana e rural, com idade entre 10 a 15 anos, grande parte enviada pelas autoridades jurídicas. Com características segregacionistas, para lá só eram enviados os pobres, que de alguma forma representavam um problema social para o local onde viviam. O patronato se assemelhava a um verdadeiro quartel, e, “aos poucos iam se acostumando com o convívio em grupo com os colegas, dormindo no mesmo dormitório, usando os mesmos banheiros, trabalhando e estudando juntos” (SILVA, 2004, p. 108). As fotografias que se seguem comprovam as características de uma instituição totalmente pautada em um modelo de educação militar, os dormitórios

enfileirados, indicando ordem e disciplina, no refeitório todos de coluna ereta, uniformizados e sem conversar, prontos para a primeira refeição do dia.



Figura 4: Dormitório do Patronato Agrícola  
Fonte: Colégio Agrícola Vidal de Negreiros



Figura 5: Refeitório do Patronato Agrícola  
Fonte: Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Outra semelhança com o militarismo era a rigidez do horário. Acordavam às 6h00 da manhã, cumpriam suas atividades em sala de aula ou na agricultura e só paravam às 11h00, almoçavam e tinham um curto período para o descanso, interrompido às 13h00 para o retorno das atividades que só teriam pausa às 17h15

minutos, horário do jantar. Após a refeição todos recebiam instrução moral, cívica e religiosa e por fim “eram submetidos à nova revista, que em forma dirigiam-se ao dormitório, em silêncio total, a partir das 22h00” (SILVA, 2004, p. 122). Percebe-se que a instrução militar era constante no currículo do Patronato, total disciplina e comportamento promoviam o aluno que se destacasse para participar do Batalhão Escolar do Patronato. A foto que se segue, mostra os alunos em posição de escoteiros no Batalhão do Patronato, com uniformes iguais e segurando uma bandeira.



Figura 6: Escoteiros em atividades pré-militares

Fonte: Livro: Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – Sua História “EM POEMAS”, 2009

Outro fator importante no cotidiano da instituição era a educação atrelada à religião católica. Os alunos do Patronato eram instruídos a ter uma vida religiosa praticante, existia uma capela dentro da instituição, na qual celebrava missa aos domingos, e onde todos os alunos compareciam. Além das missas, havia também as romarias em dia de festa de padroeira. A fotografia a seguir mostra a chegada não só dos alunos, mas de outras pessoas da cidade de Bananeiras para a celebração de uma missa, depois de ter percorrido em romaria a cidade.



Figura 7: Romaria na Capela do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros  
 Fonte: Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Quanto às vestimentas, estas eram confeccionadas no próprio colégio, e, de acordo com as atividades realizadas.

Os uniformes se classificavam em 4 categorias, na escala decrescente: o da 4ª e 3ª categorias eram uniformes usados em trabalhos das oficinas e nas salas de aulas. O uniforme da 2ª categoria era usado aos domingos e feriados. E o da 1ª, usado em desfiles cívicos e em dias festivos [...] De tecidos grossos, cor de caqui, blusão com mangas compridas com bolsos, calças compridas da mesma padronagem e boné de igual tecido. Calçados (botina) feitos na selaria da escola, para utilização dos internos em todas as atividades. O tamanco de madeira e couro confeccionado na selaria de algumas escolas e com madeira propicia à arte (SILVA, 2004, p. 125).

Quando o aluno saía da instituição, tudo que pertencia ao colégio deveria ser devolvido, a exemplo de vestimentas, sapatos e objetos utilizados nos trabalhos agrícolas. As atividades dividiam-se em dois turnos, ou se estudava pela manhã e trabalhava-se nas atividades agrícolas e pecuárias à tarde, ou o contrário, como descrito nas palavras a seguir:

Além do interno estudar as disciplinas teóricas em gerais, participava dos trabalhos de oficinas, práticas de agricultura, aração e gradagem, jardinagem, horticultura, limpeza interna, serviços de cozinha e copa, de acordo com a escala semanal, de modo que pudesse aprender as mais diversas atividades – artes em madeira,

ferro e couro, afora o serviço de beneficiamento do fumo em corda, despoldamento de arroz, nas culturas de subsistência, reflorestamento, fabricação de doces. No setor pecuário aprendia a lidar com os animais domésticos (suínos, bovinos, equinos, coelhos, aves, abelhas), trabalhava na fabricação dos produtos derivados do leite, carne, cuidava da implantação de campos de forragens, manejo de pastagens, entre outras atividades (SILVA, 2004, p. 118).

Além de todas essas atividades, os alunos ainda aprendiam ofícios de carpinteiros, seleiros e ferreiros, e a produção de materiais eram vendidas aos agricultores da região. Ter todas essas habilidades proporcionavam aos alunos posteriormente ingressar como servidores do Patronato Agrícola. Abaixo, uma fotografia de aluno realizando atividades de costuras em couro:



Figura 8: alunos em oficina de costura em couro

Fonte: Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Para saber se o aluno realmente aprendeu, durante o final de semana eles participavam de uma prova oral com questões relacionadas à aprendizagem da semana. A recompensa para os que se destacavam era passar 15 dias de férias com seus familiares (essas férias seriam as do mês de junho e do mês de dezembro), mas os que não tinham um bom desempenho recebiam como castigo estudar todo o conteúdo outra vez, e, abster-se de sair nos finais de semanas e feriados. Esses, e outros fatores, revelam o regime autoritário da instituição e a

forma de tratamento com os alunos, com um modelo de educação totalmente tradicional e posteriormente tecnicista.

A avaliação era classificatória, numa escala de zero a dez, o aluno que não conseguisse atingir a escala de 4 a 6, considerada regular, era punido. Os castigos iam desde a privação de lazer, a ficar isolado em uma sala estudando e sem recreio, além de recolher-se primeiro para o dormitório, e, dependendo do grau de desobediência, seria suspenso e até mesmo expulso do colégio.

O currículo cívico era muito rigoroso, deviam ter total respeito pelas festividades históricas:

Todos eram obrigados a saber a história da humanidade, da Proclamação da República, Independência e descobrimento do Brasil [...] Saber cantar os hinos cívicos [...] Havia a obrigatoriedade na participação de formaturas cívicas nos dias previstos, desfiles no pátio e na cidade todos os anos, no dia 07 de setembro, onde os alunos desfilavam garbosamente com seus trajes de gala pela cidade ao som da banda marcial da própria escola, hasteamento da Bandeira Nacional, da escola e do Estado, com entoação do Hino Nacional (SILVA, 2004, p. 120).

A seguir, uma fotografia dos alunos em traje de gala em época de festividades cívicas:



Figura 9: Alunos em posição de entoação do hino Nacional Brasileiro em festa de gala s/d  
Fonte: Acervo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

O Patronato Agrícola em Bananeiras era uma instituição referência no Brejo Paraibano, os pais apelavam aos responsáveis pelo estabelecimento para que seus filhos fossem um dos escolhidos daquela instituição, o motivo era de que o Colégio fazia daqueles (menores tidos como rebeldes) cidadãos de bem.

Um fato muito curioso era a respeito dos nomes de alguns internos, que não tinham o nome completo por não ter nenhuma origem familiar. Nesse caso, entravam em acordo com o juiz da comarca e colocavam um sobrenome ou nome completo no interno, o sobrenome seria sempre o de Vidal de Negreiros, em homenagem ao patrono do Colégio. “Outros nomes surgiam como: **Edwardo Vidal de Negreiros, Manoel Vidal de Negreiros**, com idênticas justificativas, de não possuir o nome completo no ato do internato” (SILVA, 2004, p. 126).

E como toda instituição é regida por normas e regras, no Patronato Agrícola não era diferente, estava permeada de práticas de educação moral, cívica, intelectual e principalmente qualificação profissional. Essa Cultura Escolar tinha um caráter disciplinador, visando qualificar o público pobre do meio rural para atender as necessidades da elite do país. Dessa forma a cultura e práticas escolares estavam permeadas de:

[...] Itens com respeito aos direitos e deveres do aluno, aos horários a serem cumpridos desde a alvorada, ao silêncio geral após o recolhimento, higiene, as roupas de cama, o asseio corporal, assistência médica, os uniformes diários e de acordo com os momentos de trabalho e lazer, o regime de ensino com o programa a ser seguido na sala de aula, os materiais didáticos a serem utilizados, as notas de aproveitamento, o ensino profissional, as penas impostas e as recompensas para os alunos [...] (SILVA, 1994, p. 202).

Essa obediência na maioria das vezes era mantida por meio da força, e assim, os valores de uma política agrícola eram inculcados nas mentes dos alunos daquele lugar. E, a medida que as políticas educacionais mudavam, as normas do colégio também acompanhava essa mudança, a começar pelos diversos nomes que o patronato recebeu, a exemplo de Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros, passando depois a chamar-se Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, posteriormente transformando-se também em Campus Universitário, passando a pertencer a uma das unidades da Universidade Federal da Paraíba.



Uma instituição não se faz sem a presença de funcionários dedicados para levar à frente as atividades, e no CAVN em Bananeiras não foi diferente. A instituição era composta tanto de profissionais especializados, quanto de profissionais leigos, que ao longo dos anos foram se profissionalizando. E era através da prática em atividades específicas desenvolvidas, os quais muitos se destacavam, que gradativamente formavam o quadro de funcionários do colégio, admitindo-os da seguinte maneira:

Todos que ingressassem no Patronato, dedicavam sua atuação na condição de diaristas, posteriormente passavam para mensalistas, dependendo da desenvoltura seriam admitidos como funcionários da instituição interinamente, o que era uma condição imposta pelo Ministério da Agricultura, como uma forma de qualificação e última etapa para poder ser enquadrado no quadro permanente (SILVA, 2004, p. 130).

Mas, essa admissão não era tão rápida assim, muitas vezes demoravam anos para ocorrer, como foi o caso da educadora Inês Matias de Carvalho, que aguardou dois anos consecutivos sem receber seus vencimentos, e, quando veio a ser admitida oficialmente, aqueles dois anos foram anulados, sem ela ser ressarcida.

O Colégio Agrícola em Bananeiras crescia, e, continuava a exigência em atrelar suas atividades com o crescimento industrial brasileiro, necessário para o desenvolvimento de uma educação pautada no novo modelo de modernização e de ordem econômica. A educação era vista como a mola de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que moldava e controlava a população, “fazendo” homens e mulheres para atender ao novo modelo de produção industrial e agrícola.

Assim, em 20 de agosto de 1946 é publicada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (destaco os artigos e parágrafos que se referem ao objeto de estudo desse trabalho), a qual decretava que:

[...] **Art. 7º** Os cursos de ensino agrícola serão das seguintes categorias :

- a) Cursos de formação;
- b) Cursos de continuação;**
- c) cursos de aperfeiçoamento.

**§ 2º** Os cursos agrícolas pedagógicos destinam-se à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola. São os

seguintes, o primeiro com a duração de dois anos e os outros com a duração de um ano:

**1. Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica.**

2. Curso de Didática de Ensino Agrícola.

3. Curso de Administração de Ensino Agrícola

[...]

**Art. 16.** As disciplinas constitutivas do Curso de iniciação Agrícola, do Curso de Mestría Agrícola, dos cursos agrícolas técnicos e do **Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica** serão de duas ordens:

a) Disciplinas de cultura geral;

**b) Disciplinas de cultura técnicas.**

[...]

**Art. 52.** No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que os cursos do ensino agrícola para **mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina.**

2. As **mulheres não se permitirá**, nos estabelecimentos do ensino agrícola, **trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.**

3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira **a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.**

4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o **ensino de economia rural doméstica.**

5. Além dos cursos de continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, **ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalharem nas lides do lar Cursos de continuação de Economia Rural Doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural.**

[...]

**Art. 62.** O corpo docente, nos estabelecimentos de ensino agrícola, compor-se-á de **professores e de orientadores.**

**Art. 63.** A **constituição do corpo docente** far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e os das práticas educativas e bem assim os orientadores **receber conveniente formação em cursos apropriados.**

2. O provimento em caráter **efetivo dos professores e dos orientadores** dos estabelecimentos de ensino agrícola federal ou equiparados dependerá **da prestação de concurso [...]** (BRASIL, 1946).

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, foi implantada na gestão de Eurico Gaspar Dutra, que deu continuidade a uma política de industrialização, e, ao mesmo tempo prosseguiu em resolver o problema de “amparar” as crianças abandonadas, e impedir a migração do público do campo para as cidades, apoiando-se no discurso de valorização do trabalho no campo. O objetivo era que a indústria brasileira

estivesse estruturada em um modelo econômico-agrário, e, essa consolidação tinha que está atrelada a uma educação profissional agrícola.

A Lei de 1946, menciona em seus artigos o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, como um dos cursos agrícolas pedagógicos ofertados pelas instituições de ensino agrícola. Nesse sentido, o CAVN formava profissionais na área da agropecuária e agroindústria e oferecia cursos profissionalizantes e preparatórios (nesse caso não é um Curso de Magistério), á exemplo do Curso de Economia Rural Doméstica. E foi justamente no Curso de Economia Rural Doméstica, que as educadoras Inês Matias de Carvalho, Liana Barbosa da Mata e Maria do Livramento Cirne Ramalho desenvolveram suas práticas docentes contribuindo com a educação local da cidade de Bananeiras e conseqüentemente com a história da Educação Paraibana.

Destarte, se antes a educação da mulher já continha em seu conteúdo programático aprendizado de prendas domésticas, agora ela teria uma disciplina específica, e posteriormente um Curso, voltados para tais fins. Os trabalhos manuais ensinados nas escolas de primeiras letras a princípio, seriam denominados de Disciplina Economia Doméstica, e, com a Lei do Ensino Agrícola, as instituições agrícolas passaram a abrigar em suas extensões territoriais o Curso de Economia Rural Doméstica, dando continuidade à educação moral e de boa conduta da mulher. E ao mesmo tempo em que reafirmava seu papel de mãe, esposa e dona de casa, tinha um discurso camuflado de inserção do espaço público a partir de um trabalho remunerado. A intenção era uma só: reforçar o papel da instituição família na moderna sociedade industrial.

Portanto, exposto esse breve histórico das origens do CAVN, e, antes de adentrar as memórias das educadoras do Curso de Economia Doméstica, irei brevemente abordar como foi que surgiu a Disciplina Economia Doméstica, e, como foi que surgiu o Curso de Economia Doméstica do CAVN, qual a relação deste com a memória das educadoras Inês Matias de Carvalho, Liana Barbosa da Mata e Maria do Livramento Cirne Ramalho.

### **2.3. Economia Doméstica: das origens de uma Disciplina à consolidação de um Curso**

Já ratifiquei até aqui, que a educação diferenciada para homens e mulheres era uma característica acentuada do século XIX. Ao homem era dada uma educação que lhe ajustasse poder de produção e espaço público; à mulher apenas algum aprendizado das primeiras letras e mais preparação para o lar e à vida doméstica. O discurso de que a mulher tinha como principal missão ser mãe, esposa e uma ótima dona de casa, veio se intensificar nas disciplinas voltadas para as atividades domésticas, com conteúdos específicos para esse fim.

De origem grega, a palavra Economia Doméstica significa (Oikonomia), que quer dizer aquela que administra o lar. A disciplina surgiu com o intuito de trazer qualidade e melhorias nas vidas das famílias. Se o homem sempre foi tido como provedor de recursos para o sustento da família, a justificativa era de que a mulher tinha o papel de administrar esses recursos. Esse discurso sustentava e justificava a vida da mulher para o lar e a conservação da família.

Aqui no Brasil, a educação diferenciada entre homens e mulheres surge através do Decreto de Nº 1.331 A – de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como a Reforma Couto Ferraz, a qual decretava que “nas escolas para o sexo feminino, além dos objectos da primeira parte do Art. 47, se ensinarão bordados e trabalhos de agulha mais necessários”.

Essa educação diferenciada, com noções de economia doméstica, preparava a mulher para assumir suas funções no lar. Uma instrução com base em concepções de educação feminina técnica e racional pautada em um novo modelo de mãe e dona de casa, cabendo não mais à família essa “preparação”, mas a escola. Assim:

Deveria compreender desde conhecimentos elementares de trabalhos de agulha até os de economia doméstica - cozinha, manutenção da roupa, cuidados com a limpeza da casa, do jardim e do galinheiro, são temas recomendados. O ensino desses conteúdos deveria contribuir para uma reforma moral, propagando o gosto pela ordem, pela higiene, considerada uma manifestação do sentimento de dignidade. Assim sendo, a disciplina deveria ser de interesse de todos, mas, principalmente, destinada à educação das classes populares. Os trabalhos manuais comportam uma dimensão moral:

inspiram as meninas/moças ao amor à ordem, permitem adquirir as qualidades sérias de uma dona-de-casa e criam mecanismos para colocá-la em guarda contra os gostos frívolos e perigosos (BASTOS e GARCIA, 1999, p. 83).

Com essa finalidade, continuava a diferenciar os papéis dos homens e mulheres, ao mesmo tempo em que as auxiliava em suas funções do lar, como esposa, mãe e agora “administradora” do mesmo. Para além de desenvolver na aluna o gosto pelo trabalho doméstico, capacitando-as, outro fator que as envolvia era aprender o ensino de costuras e bordados para a confecção do seu próprio enxoval de casamento, “[...] barrados em figuras geométricas coloridas para toalhas de mesa e bandejas de café, lencinhos, guardanapos e panos de prato” (CAMARGO, 2000, p. 135).

Em 1909, surge a disciplina de Economia Doméstica, regulamentada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, resultado de uma série de mudanças ocorridas no país, a exemplo da Revolução Industrial, que acarretou para as mulheres das camadas pobres uma expectativa de trabalho assalariado. De um lado havia a preocupação de inserir a mulher no mercado de trabalho, e, do outro, continuava enfatizando o seu papel doméstico e de “cuidadora do lar”. Dessa forma, a disciplina de Economia aperfeiçoava as práticas cotidianas do lar para uma melhor qualidade de vida das famílias, além de qualificá-las para atender as demandas do mercado de trabalho. Embora, o pensamento vigente continuasse a ser que a mulher tinha o dever de dedicar-se as atividades domésticas, aprendendo a costurar, bordar, cozinhar, ter higiene com a casa e cuidar dos filhos. Destarte:

O ‘fazer’ doméstico, transformado em disciplinas escolares é altamente complexo. Passa por um processo de racionalização e tecnificação de tarefas como o ‘lavar’, o ‘cozinhar’, o ‘passar’ e o ‘limpar’, minuciosamente desdobradas em passos e sequências, de forma a atender dois requisitos básicos: eficiência e economia na administração do serviço doméstico (LOURO e MEYER, 1993, p. 52).

A educação doméstica sofreu várias reformulações ao longo dos anos. Em 1933, através do Código de Educação, passou a fazer parte das escolas profissionais secundárias, com o objetivo de formar cientificamente as futuras donas de casa. Destarte, “[...] de acordo com o decreto, a então “escola doméstica”, à

época, tinha por fim, atrair à mulher para os trabalhos manuais e ocupações domésticas [...]” (CAMARGO, 2000, p. 125).

Na gestão do governo de Getúlio Vargas, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em abril de 1942, introduziu a Reforma Capanema, promulgando a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a qual decretou para o ensino feminino:

Art. 25. Serão observadas, no Ensino Secundário Feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário freqüentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar (BRASIL, 1942).

O objetivo da Lei orgânica de 1942 era enfatizar o papel da mulher no lar, consolidando ainda mais a Disciplina Economia Doméstica dentro da educação feminina.

No Brasil a Economia Doméstica, como foi evidenciada acima, a priori foi instituída como disciplina escolar, fazendo parte dos currículos das escolas, depois passou a constituir-se em Curso de Economia Doméstica, o qual também era denominado de Curso Preparatório ou de Educação para o Lar em diferentes níveis de ensino, como profissionalizante, secundário, agrícola, magistério, e, posteriormente como um curso superior.

De acordo com Louro e Meyer (1993), o universo doméstico é responsável por articular todo o processo educativo, pois foi através dele que começou a se pensar uma educação feminina, mesmo que com trabalhos manuais, por isso quando se fala em Curso de Economia Doméstica, há uma estreita relação deste com a educação/formação para o lar.

A Economia Doméstica durante anos foi monitorada e administrada pelas instituições de Ensino Agrícola, havendo uma grande relação entre a disciplina e o ensino técnico-agrícola; uma definida pela produção e outra pela administração dos recursos domésticos. Nesse trabalho, a Economia Doméstica é abordada como um Curso Preparatório técnico profissionalizante, que tinha suas atividades realizadas no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeiras/PB. Seu público era constituído em sua maioria por mulheres de classe pobre, filhas de trabalhadores rurais.

Este por sua vez, surgiu na gestão do diretor Astolfo Ribeiro Pinto Bandeira, o qual teve seu mandato de 1947 a 1955, trazendo vários benefícios para o colégio, como a construção do Posto de Puericultura e do Centro de Economia Rural Doméstica, “tendo à frente as professoras Emília Matias, Inês Matias, Clementina Augusta de Medeiros, Severina da Costa Palma, Liana Barbosa, entre outras” (SILVA, 2004, p. 85). Nesse contexto:

A Escola Agrotécnica de Bananeiras foi o primeiro estabelecimento de ensino da superintendência do ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura a manter em funcionamento esse tipo de curso [...] Previsto na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com o fim de prover a educação da mulher da zona rural, nos diversos misteres do lar, uma vez que ela representa um dos alicerces, como primeira educadora do ser humano, na nobre missão de mãe (BANDEIRA, 1989, p. 24-25).

Como o autor acima evidencia, para promover a educação do meio rural, não era suficiente educar apenas o homem, mas atingir nessa educação também o ser feminino. As atividades no Curso de Economia Rural Doméstica se intensificaram na gestão do Diretor Roberto Djalma Guedes Pereira, entre 1955 e 1959, dando continuidade à ideologia de uma educação pautada na moral e boa conduta, e, foi em sua gestão que iniciou o aceitamento de pessoas do sexo feminino para estudar no CAVN.

O Curso de Economia Rural Doméstica tinha à frente, a princípio, a Orientadora Angelina Coutinho de Medeiros. O mesmo funcionava nas proximidades da sede do CAVN, em uma “Vivenda Rural”. O curso era tão requisitado pelas moças da cidade de Bananeiras e cidades circunvizinhas, que chegaram a diplomar de uma só vez 566 alunas. O Curso foi pensado para atender mulheres da classe

trabalhadora, com o discurso de que a mulher deveria ser habilidosa profissionalmente, além de uma excelente dona de casa, sendo: “[...] as habilitações apresentadas, de certo modo, num contexto doméstico” (LOURO, MEYER, 1993, p. 132).

Assim, de acordo com as autoras acima citadas, essas atividades abriam possibilidades de trabalhar tanto em seu próprio lar, quanto em um local sem a presença da figura masculina. Argumentavam o caráter profissional e técnico do curso para a classe pobre e o caráter habilidoso de uma dona de casa prendada, pertencente à classe rica.

O Curso de Economia Doméstica no CAVN atendia o público feminino, instruía e preparava as mulheres para serem boas donas de casas, ensinando-lhes noções de comportamentos e boas maneiras, cuidados com alimentação, higiene e organização do lar, trabalhos manuais de corte e costura, bordado, entre outros. Além de formar administradoras do lar, exemplos de mães e esposas dedicadas, o curso ao mesmo tempo também as preparava profissionalmente. Pautava-se o discurso de que “[...] para que se desenvolvam perfeitamente as suas faculdades morais, intelectuais e físicas, é necessário que o indivíduo encontre no lar a base solidamente assentada” (SERRANO, 1954, p. 20).

O discurso de valorização do lar era justificado pelos ideais higienistas do Brasil do início do século XX, com padrões de uma educação pautada na higiene do lar, “ [...] é nesse contexto que vem justificar a crença na escolarização como fundamental para o avanço e modernização do país” (LOURO, MEYER, 1993, p. 142). A escola foi vista como a instituição por excelência que divulgava a política higienizadora para o progresso da sociedade brasileira. Nesse sentido:

De fato, foi no contexto de uma sociedade vitimada pelos males sociais (miséria, desemprego, insalubridade, analfabetismo, epidemias e mortalidades), mas inebriada pelos ideais de civilidade e de progresso, que a higiene, com seu corpo doutrinário eminentemente utilitário e sua promessa de regeneração da saúde e da moral, ganhou espaço e notoriedade no seio da sociedade (BARRETO, 2010, p. 69).



As disciplinas apresentavam ações de higiene em várias faces da vida cotidiana, entre elas o lar, e a escola como já mencionei em outro momento, foi vista como instituição por excelência que divulgava a política higienizadora para o progresso do país.

Ter um lar organizado era sinônimo de uma boa dona de casa, de uma mulher que cumpria os seus deveres diante da sociedade. Propagavam a alocação de uma emancipação educacional, mas camuflada em características de “moral e bons costumes” que deveria acompanhar a boa moça de família a continuar exercendo seu papel de esposa, mãe e dona de casa. Assim:

Elogiavam sua habilidade como se fosse uma aptidão natural. As famosas “qualidades inatas” das mulheres recobrem, na realidade, qualificações adquiridas, resultados de aprendizagens pacientes e pouco formalizadas [...] Das mulheres, diz-se que nasceram ‘com uma agulha entre os dedos’ (PERROT, 2012, p.123-124).

Porém, para além do que a autora descreve, as mulheres eram preparadas mesmo que “indiretamente” para o mercado de trabalho, uma vez que, ao fazerem trabalhos de cortes, costuras e bordados, os mesmos eram levados para exposição e vendidos em diferentes Estados do Brasil, a exemplo da cidade João Pessoa, Recife e Rio de Janeiro, como relatou uma das educadoras em entrevista concedida.

Dessa forma:

[...] A administração e o cuidado do lar tinham se tornado mais complexo na moderna sociedade: novas máquinas e tecnologias haviam sido introduzidas; ser mãe era uma tarefa também diferente na medida em que a mulher também trabalhava fora; outros conhecimentos passavam a ser considerados imprescindíveis para a educação da criança (como a Psicologia e a Puericultura), além de a organização do orçamento doméstico, a importância da poupança, enfim, as consequências econômicas da administração do lar, passaram a ter um significado nunca visto (LOURO, MEYER, 1993, p. 49).

Assim, o lar não seria mais o lugar por excelência no qual a mulher aprenderia as lides domésticas, esses “saberes domésticos” seriam agora responsabilidade da escola, “um processo que nós denominamos de *Escolarização do Doméstico*” (LOURO, MEYER, 1993, p. 50).

Era preciso que esses saberes se tornassem oficiais através de currículos e programas de ensino, e, a escola seria o local apropriado para a transmissão desses conhecimentos, além do mais, a economia doméstica como curso, enfatizava o caráter profissional e técnico das atividades do lar até então tidas como um dom natural.

[...] a dona de casa amadora teria de dar lugar à dona de casa moderna, capaz de desempenhar suas funções com racionalidade, eficiência e economia, e, para preparar ou formar essa nova mulher, seria necessária a contribuição de especialistas e professores (LOURO, MEYER, 1993. p. 50).

Assim, para cuidar do lar era preciso a mulher se profissionalizar, pois não era qualquer mulher que era hábil para zelar e administrar uma casa (o que torna contraditório o discurso de que a mulher tinha um dom natural para assumir as atividades domésticas). A formação profissionalizante tinha como objetivo principal conduzir o/a aluno/aluna “[...] à qualificação para o trabalho” (ZOTTI, 2004, p.180). Percebe-se que interessava formar essas profissionais para atender a demanda do mercado de trabalho, e ao mesmo tempo elas continuavam exercendo sua função pacífica na sociedade, a de “dona do lar”.

É neste contexto que se insere o Curso de Economia Rural Doméstica no CAVN em Bananeiras, para além de reforçar o papel da mulher como cuidadora do lar, reforça também o de auxiliadora na economia das despesas domésticas e financeiras, com trabalhos manuais leves, que gerassem alguma renda. Para uma das Educadoras do CAVN, “a mulher é quem dirige o lar, considerado local sagrado, cabendo-lhe a administração da casa” (MARIA DO LIVRAMENTO CIRNE RAMALHO, 10/04/2013). E o Curso de Economia Rural Doméstica orientava também as alunas para que estas viessem a ser prendadas, com uma educação pautada para preparação e instrução da moça de boa família.

Para maior conhecimento do que foi o Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, o próximo capítulo apresentará as memórias das educadoras e suas práticas docentes no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeiras.



**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE EDUCADORAS  
DO CURSO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA (1960-1970)**



### **CAPÍTULO 3. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE EDUCADORAS DO CURSO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA (1960-1970)**

O capítulo que se segue descreve a história de vida de três professoras que atuaram no Curso de Economia Rural Doméstica do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeiras. O texto relata a história dos primórdios da sua infância, dando continuidade aos acontecimentos desde a vida escolar das educadoras, até suas experiências como professoras do referido curso. As educadoras têm entre 80 a 90 anos de idade, e, atuaram no Curso de Economia Doméstica do CAVN dos anos 50 aos anos 80 do século XX. Ao registrar suas práticas docentes, leva-se em consideração a experiência grupal vivenciada por ambas, formando uma história coletiva.

Para Halbwachs (2004), a memória individual e a memória coletiva se entrecruzam sendo necessário que os depoimentos de cada sujeito estejam ancorados também em uma base comum ao lembrar sobre o seu passado. Dessa forma, a escrita da história não é uma tarefa fácil, visto que não se está apenas narrando uma memória individual, mas também uma memória coletiva, e, registrar essas memórias coletivas é dar voz a grupos que historicamente foram silenciados, “lembrar seus nomes, registrar suas práticas, estratégias e resistências são tarefas fundamentais para a história” (FREITAS, 2009, p. 7).

Nesse sentido, registrar a história de vida das educadoras do CAVN, enfatizando suas práticas docentes, só foi possível através da fonte oral (principal fonte do nosso trabalho), que se utilizou da memória para narrar os acontecimentos passados. Esses acontecimentos embora, às vezes fragmentados, chegaram como representação do passado que as educadoras viveram, cada qual em sua individualidade, mas entrelaçados na totalidade do grupo ao qual pertenceram.

Dessa forma, por que registrar as práticas docentes das educadoras a partir de suas memórias? Para compreendermos uma vida, ou, parte dela, os processos históricos vivenciados por cada uma delas, permeados de significados construídos culturalmente.

Destarte, este capítulo apresenta as memórias das educadoras, registrando-as na História da Educação Paraibana.

### **3.1 Entre tecidos e bordados: memória e história da educadora Inês Matias de Carvalho**

*“Nosso objetivo é procurar desenvolver nas leitoras o interesse pela vida do lar, fazendo-as compreenderem, ao mesmo tempo, todas as responsabilidades que a vida doméstica impõe” (LAITEM & MILLER, 1953).*

É assim que se inicia o prefácio de um dos livros do Curso de Economia Doméstica, utilizado nas aulas das educadoras do CAVN, cujo espaço aqui, é destinado para Inês Matias de Carvalho, educadora da Disciplina de Bordados. Nascida em 27 de outubro de 1928, na cidade de Bananeiras, no Brejo paraibano, Inês Matias de Carvalho, filha de José Matias de Carvalho e Emília Matias de Carvalho. Abaixo apresento uma foto atual da educadora:



Figura 10: Inês Matias de Carvalho, março de 2014.  
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Sua mãe era conterrânea da mesma cidade, do sítio conhecido como Amarelinha. Seu pai era das proximidades da cidade de Guarabira, também localizada no Brejo paraibano. A educadora tinha dez irmãos, quatro homens e seis mulheres, entre elas uma irmã adotiva. Assim, ela relata:

Eu nasci no dia 27 de outubro de 1928. Minha mãe era de um sítio chamado Amarelinha aqui em Bananeiras, meu pai era de um lugar depois de Guarabira, Sertãozinho, por ali. A família do meu pai, eu não sei dizer os nomes porque naquela época o pai não se sentava num canto pra dialogar com um filho nem nada, era tudo... (silêncio) Nós não sabíamos como era que se fazia menino, era tudo mudo, aí pronto, nós não sabíamos de nada, a gente só veio aprender depois, depois de grande (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

Como se observa no depoimento acima, era comum naquela época os pais não transmitirem para os filhos ensinamentos a respeito de assuntos sexuais, essas questões “eram mantidas na mais extrema ignorância” (ALMEIDA, 2009, p. 97).

O pai da educadora, José Matias de Carvalho, auxiliava nas atividades do Patronato Agrícola como vigia, uma espécie de contrato. Sua mãe, Emília Matias de Carvalho, era funcionária da instituição, exercendo o cargo denominado, a época, de fiscal das lavadeiras. Dessa forma:

Meu pai era funcionário de lá. Na época não era a pessoa ser funcionário, é por isso que a gente não recebe nada do meu pai. Era como se fosse um contrato, trabalhava como vigia, ele recebia por um recibo, ele ficou muitos anos e morreu, por isso que a gente não recebe nada dele. Agora minha mãe não, minha mãe era a chefe das lavadeiras do Colégio Agrícola. Minha mãe se aposentou com todos os direitos. Meus pais não tinham uma boa condição financeira. No tempo não tinha concurso, tinha indicação do diretor. Antigamente não era curso, era internato, só frequentava homens, mas tinham que lavar os lençóis de cama, aí tinha umas cinco mulheres que faziam isso, lavava, engomava, e minha mãe ficava fiscalizando o trabalho delas (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

As palavras da educadora remetem ao tempo em que o Colégio Agrícola era Patronato, momento em que, como evidenciado anteriormente, admitir funcionário era muito burocrático e ao mesmo tempo acessível. Acessível, porque eram

indicados pelo Diretor vigente, e, burocrático, porque ficavam aguardando anos para que os trâmites do contrato fossem efetivados.

Os pais da educadora não possuíam uma boa condição financeira, por esta razão passaram a morar com seus filhos em uma casa cedida pelo Patronato Agrícola (na época ainda era patronato), nos arredores da instituição durante muitos anos. Nesse sentido:

A casa que a gente morava era uma casinha de palha, mas muito limpinha, ajeitada, bonita. Era uma casa de “quatro água” como diz o matuto, mas era uma casa ajeitadinha com banheiro dentro de casa e tudo. Depois a gente veio morar dentro da escola mesmo, nessa época já era aprendizado. Quem cedeu a casa foi o Colégio Agrícola, a gente morava na parte de cima da escola (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

Depois de um longo tempo, um fato de grande dor fez com que Inês, sua mãe e todos os seus irmãos passassem a morar na cidade. Seu pai havia falecido: “[...] Quando meu pai morreu, moramos em uma casa alugada e depois compramos essa que a gente mora agora. Pra mim foi tudo mais fácil, pois ficava perto de tudo, de farmácia, de hospital” (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/ 2012).

Sua infância foi relatada com grande alento ao relembrar momentos vividos com seus pais e alguns irmãos (*in memoriam*), momentos esses marcados pelas brincadeiras, idas e vindas à cidade, lembranças que nunca foram esquecidas. Portanto:

A minha infância foi muito boa, porque a gente foi criado cheio de carinho, de amor. Quando estava chovendo, meu pai ia lá e cobria todo mundo, pra não respingar chuva em ninguém. A gente brincava com sabugo de milho fazendo boneca, porque a gente não tinha como comprar. Às vezes meu pai quando ia pra feira trazia no bolso aquela bonequinha de pano pra gente brincar. A gente não tinha amigos porque era longe da cidade, a gente brincava só entres irmãos. Todo domingo nós brincávamos de boneca e de cozinhar em panela de barro, ele trazia também pra gente. Quando era pra fazer roupa comprava tudo de um pano só, porque era mais barato, ai fazia pra todo mundo. Mandava fazer e, às vezes fazia tudo na mão, se a gente engatasse o vestido em algum mato desmanchava todo,

porque era feito na mão, tinha que ter o maior cuidado. Eu tenho uma lembrança muito boa da minha infância foi minha primeira comunhão, vestida toda de branco, com um veuzinho, eu não esqueço... (semblante de saudade) (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

Pela fala da entrevistada, percebe-se em quão precárias condições ela viveu. Ao falar de sua infância, trazia no rosto um semblante de saudades, emanava vários sorrisos, como se estivesse lá, no passado outra vez. Observa-se também, a importância que ela atribui à religião, quando rememora sua primeira comunhão como um dia inesquecível. Lembranças essas que “[...] Aparecem e nos surpreendem pela sua riqueza” (BOSI, 1994, p. 83).

Ao indagar sobre a adolescência da educadora, a mesma se coloca pouco, relatando apenas que se apaixonou, namorou, mas não chegou a vivenciar o matrimônio: “Na minha adolescência eu namorei, mas ele casou com outra, eu sofri muito”... (semblante triste) (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

Para Ecléa Bosi, “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (1994, p. 47). Essa memória traz para o presente vestígio e fragmentos de um passado, passado este que, ora elucida lembranças que afagam, ora enunciam outras que ferem.

A família da educadora era muito religiosa, todos católicos. Costumavam ir à missa todos os domingos. Devotos de Frei Damião, acordavam às 6h30 da manhã para apreciar suas missões na cidade.

Filha de pais analfabetos, sua experiência com as primeiras letras teve início aos sete anos de idade com uma professora chamada Maroca, que ensinava em sua própria casa. Aos oito anos de idade, sua escolarização foi dada continuidade no Grupo Escolar Xavier Junior. A respeito desse contexto, a educadora ressalta que:



Nós estudávamos no grupo. Eu tenho até o Sexto Ano complementar que corresponde ao Segundo Ginásio. Agora não tem mais, agora é Sexto Ano, Nono Ano né? É de lá que eu tenho o que tenho hoje. Nós não fomos criados trabalhando na agricultura, porque meu pai não queria que a gente vivesse como ele viveu, cortando lenha. A gente não podia estudar em colégio de freira, só no grupo público, pela manhã, mas eu aprendi do mesmo jeito (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

O Grupo Escolar Xavier Junior, foi à primeira escola a ser criada no município de Bananeiras, existente desde 1934.



Figura 11: Grupo Escolar Xavier Junior, março de 2014.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

A vivência educacional no Grupo Escolar citado, foi reavivada com grande apreço pela entrevistada. Nesse sentido:

Na época em que eu estudei era muito bom, a gente aprendia trabalhos manuais, aprendia bordado, pintura, a gente tinha caligrafia. Eu só estudava de manhã. As aulas eram todas as matérias juntas, História e Geografia. A gente tinha trabalhos manuais e Geometria à parte. A gente entrava as 07h00 e saía as 11h00, naquela época a gente fazia redação, composição. No meu tempo tinha análise sintética, verbo, advérbio. Eu sempre gostei de Português, História e Geografia, não gostava de Matemática. (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

A fala da educadora revela um currículo com disciplinas e conteúdos específicos que reforçava o papel da mulher dentro do espaço privado. Além do mais, a própria entrevistada faz questão de mostrar a satisfação que ela tinha em aprender trabalhos manuais, a inclinação dela para a área de humanas, quando destaca as disciplinas que mais gostava.

Ela lembra com lucidez a estrutura física da escola: “Eram quatro salas de aula, uma secretaria e uma diretoria, o pavilhão de recreio, foi muito gratificante estudar ali, eram meninos e meninas, turmas mistas” (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012). Ao indagar qual era o método utilizado pelas suas professoras para ministrar aula e se havia castigos no Grupo Xavier Junior, a entrevistada relata que:

Era soletrando, era um espetáculo. Dona Ester era minha professora do 2º Ano, Dona Alice Ramalho do 3º Ano e Dona Maria do Carmo era do 4º e 5º Ano. Lembro-me de Dona Alice Ramalho, nós tínhamos uma colega que era do sítio: Maria Olivina. A professora pediu pra ela mostrar no mapa que estava no quadro onde estava localizada a Paraíba, aí ela chegou e mostrou só o mapa. A professora ficou bruta com ela, colocou ela no canto do quadro negro, aí ela se sentiu mal. Eu fiquei apavorada com o tratamento dela com minha colega. O castigo era ficar em pé em frente à parede. Eu nunca fui, porque se eu fosse eu não ficava. Tinha um colega da gente que era muito brincalhão, a gente começava a rir quando ele mexia com a gente e por isso a professora nos dava carão (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

O método de ensino tradicional era comum nas escolas da época, as aulas deviam ser tomadas pelo silêncio absoluto dos alunos, e o professor como protagonista daquela cena, tinha o poder de falar/decidir entre o certo e o errado. A respeito ainda dos castigos, Inês Matias lembra muito de uma professora de matemática que tinha sempre ao lado uma palmatória, mas que nunca a usava, por falta de motivos. Outras professoras que permanecem vivas na memória da

educadora são Alice Ramalho e Maria do Carmo, a quem tinha grande estima. Outra conhecida como Emília Neves, que era também sua madrinha, ficou marcada em sua vida pela forma como se comunicava com ela. Destarte:

Alice Ramalho e D. Maria do Carmo, eu gostava muito delas. Tinha uma professora minha e madrinha que era muito rígida, muito, muito, muito. Gritava muito, era Emília Neves, quando começava a aula tinha que cantar o Hino Nacional. Quando chegava na classe elas rezavam com a gente, ela me mandava cantar, gritava me mandando cantar, e eu cantando bem baixinho, todos os dias tinham que cantar o hino nacional e rezar. É muito gratificante a gente rezar antes de uma refeição, antes de uma aula né (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 09/11/2012).

O currículo naquele contexto era marcado por essas duas polaridades: ensinamentos religiosos e patriotas. A escola tinha o dever de transmitir esses valores, e inculcar nos alunos um modelo educacional de ordem e disciplina. Inês não deu continuidade aos seus estudos, pois ou estudava no Colégio das Dorotéias, conhecido também como Carmelo, Colégio Sagrado Coração de Jesus, e, Colégio das Freiras, ou estudava em outras cidades dos arredores de Bananeiras, o que era inviável devido às suas condições financeiras.

Aos 16 anos de idade ingressou como aluna no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN. A educadora relata que era uma aluna muito habilidosa: “Como aluna eu aprendi bordado, tricô, labirinto, muitas coisas” (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 20/02/2013). Artefato importante que mais tarde consolidava-a como uma das educadoras pertencentes ao quadro de funcionários do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, ministrando aulas no Curso de Economia Rural Doméstica. Abaixo duas cópias dos certificados conferidos à Inês Matias de Carvalho, enquanto aluna do Curso de Economia Rural Doméstica, emitidos pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais<sup>5</sup>:

---

<sup>5</sup> O Ministério da Agricultura vinculou-se a política educacional Norte-Americana, originando a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais. O objetivo era criar programas que oferecessem cursos de curta duração com caráter profissionalizante. Fonte: [www.educadores.diaadia.pr.gov.br](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br). Acesso em: 18 de julho de 2014.

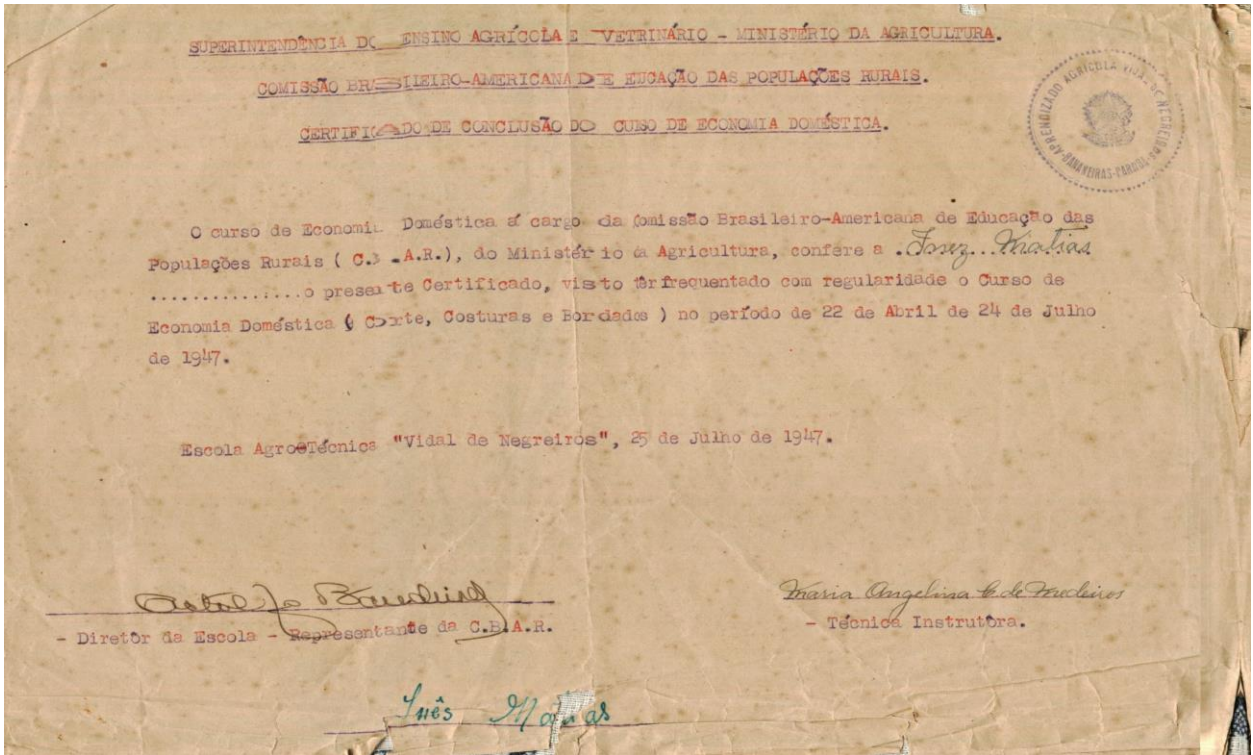


Figura 12: Cópia do certificado de Inês Matias de Carvalho quando esta era aluna do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, julho de 1947.

Fonte: Acervo particular de Inês Matias de Carvalho

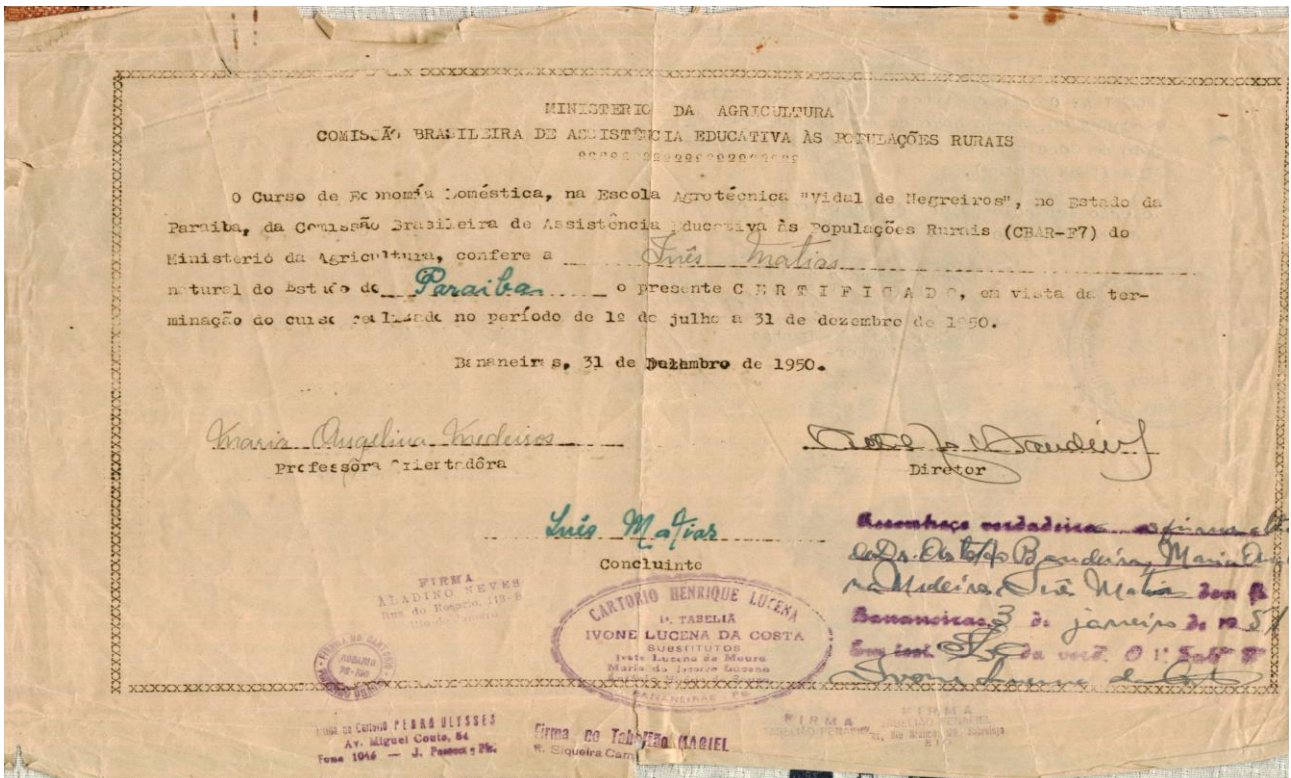


Figura 13: Cópia do certificado de Inês Matias de Carvalho quando esta era aluna do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, dezembro de 1950.

Fonte: Acervo particular de Inês Matias de Carvalho

A entrevistada não cursou o magistério na escola normal, e, ao indagar sobre como começou seu ofício de educadora no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, ela responde que foi a oportunidade que se apresentou na época. Assim:

Eu comecei a trabalhar com vinte anos de idade em um posto de Puericultura, passei um ano me levantando cinco horas da manhã, fazendo mingau, leite, pra entregar as crianças carentes. Depois é que eu fui trabalhar no Colégio Agrícola, no Curso de Economia Doméstica. Ao Dr. Roberto Pereira é que eu devo tudo até hoje, ele que colocou a gente lá. Ele conhecia o trabalho da gente, mas tinha que passar pela mão de mocinha, que na época era cunhada do prefeito. Na época mocinha queria assinar primeiro pra Liana, ela dizia: ela precisa mais do que você, não tem pai, não tem mãe, foi criada pelas tias, depois eu assino pra você. Ai Dr. Roberto disse: se a senhora não assinar pra Inês eu não assino pra Liana. Ai foi que ela assinou os dois contratos. Eu só fiz até o sexto ano primário, e fui ensinar no Curso de Economia Doméstica porque já trabalhava no Posto de Puericultura e esse Posto acabou. O diretor viu que eu tinha muita habilidade, eu fiz o Curso de Economia Doméstica e depois fui ser professora. Eram muitas alunas, mas eles escolhiam as que mais se destacavam (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 20/02/2013).

Percebemos mais uma vez o passado se repetir, quando ao contratarem sua mãe e seu pai por meio de indicação do Diretor, a entrevistada também é admitida da mesma forma, por indicação, e não através de Concurso Público, na época, condição imposta pela Lei do ensino Agrícola em seu artigo 63, e atualmente condição indispensável para pertencer ao quadro de funcionários efetivos das instituições públicas de ensino. Essas formas de apadrinhamento eram muito comuns na época, principalmente em cidades de interior a exemplo de Bananeiras, que viam nesses apadrinhamentos, também, uma forma de oligarquia e relações políticas.

Inês tem profunda gratidão ao ex-diretor Roberto Guedes Pereira, afinal, foi por intermédio dele que ela adentrou as portas do magistério no CAVN. Porém, indicação por si só não era o único fator a levar em consideração, era preciso ter habilidade para ensinar, habilidade para pôr em prática, e isso, a educadora afirma que possuía.

Dessa forma, em 1955, conforme nos relata à educadora, ela foi contratada para ministrar aulas no Curso de Economia Rural Doméstica. Outra pessoa importante na admissão de Inês foi Mocinha, cujo nome era Clementina Augusta de Medeiros Coutinho, ela era a Orientadora e diretora do Curso de Economia Rural Doméstica. Nesse sentido, a educadora relata que:

Ela era muito boa, eu gostava muito dela, apesar dos seus defeitos, às vezes tinha um jeito muito superior de pedir as coisas. Ela era diretora, e muito prendada, de corte, costura, pintura, cozinha, sabia fazer de tudo. Ela viajava para as reuniões do Curso de Economia Doméstica, ia até pra fora do Brasil. Eu ia com ela fazer compras de tecidos e outros materiais em Campina Grande, pra poder dar aula. Essas coisas eram custeadas pelo Curso, o que a gente fazia era vendido, aí aquele dinheiro era pra comprar materiais depois. A gente ia pra o Clube em João Pessoa e vendia tudo, passava o dia todo lá, mas vendia tudo. Teve uma época que eu fui com Liana fazer um Curso em Sergipe, depois fui com Mocinha pra Universidade Federal de Pernambuco fazer um Curso lá de colcha de retalhos (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 20/02/2013).

A entrevistada em suas aulas ensinava a bordar (ANEXO A), fazer tapetes, bonecas de estopas, bolsas, entre outras utilidades. Como educadora da Disciplina Bordados, produzia pequenos objetos, os quais ainda guarda com ela de recordação. Abaixo uma fotografia de uma almofada bordada feita pela educadora e uma boneca, construção também dela.



Figura 14: Objetos produzidos pela educadora Inês Matias de Carvalho.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Para adentrar no Curso de Economia Rural Doméstica era preciso apenas se matricular, sendo desnecessário o processo de provas e pagamento de mensalidades, já que o Curso era totalmente gratuito. As alunas que frequentavam o Curso eram da própria cidade de Bananeiras e também das cidades circunvizinhas como Solânea, Guarabira, Serraria, Arara, dentre outras. Em sua maioria eram da Zona Rural, filhas de agricultores, como nos relata Inês:

As moças em sua maioria eram da agricultura, da Zona Rural. Às vezes elas não vinham porque tinha que plantar feijão, colher milho... Muitas quando terminavam o Curso faziam as coisas para vender. Eu tinha uma que foi pra o Rio de Janeiro, fez tanta coisa lá, ensinava fazer bonecas de pano (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 20/02/2013).

Ainda sobre as alunas ela relata que:

Tinha umas 15 alunas por turma. A aluna escolhia a Disciplina que queria estudar, cada uma tinha sua habilidade. As disciplinas eram Bordado, Crochê, Corte e Costura, Arte Culinária. Era o dia todo só na disciplina, dez, doze alunas só na cozinha, só no bordado. Mas quando chovia vinham poucas alunas. Elas gostavam de fazer o curso (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 20/02/2013).

A entrevistada nos descreve como funcionava o Curso, em qual horário, quantas vezes por semana, e quais os materiais eram utilizados nas aulas:

O horário era de 7h00 as 11h00 e de 13:00 as 16h00. Eu ensinava o dia todo, tinha turma de manhã e a tarde. À tarde a gente liberava mais cedo, porque tinha alunas de Solânea, do sítio, tinha que liberar mais cedo. As aulas eram de segunda a sexta. O material era de lá, era linha, agulha... (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 05/03/2013).

O material utilizado nas aulas era custeado pela instituição, mas muitas vezes deixava a desejar, não suprimo com o básico que o Curso precisava para funcionar,

fator este, que mais tarde, seria um dos motivos que levaria a extinção do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN. Portanto:

A comida vinha pra gente fazer lá mesmo, o material vinha do patronato, o diretor mandava o material e a gente fazia e às vezes mandava as meninas levar, pra se encontrar com os meninos, e elas iam levar (risos)... Quando tinha festa na escola, por exemplo, a Páscoa dos meninos, antigamente, porque hoje não tem mais isso (tom de tristeza), aí eram liberadas as aulas do curso pra gente fazer os bolos. A gente fazia vinte, trinta bolos, e a gente escolhia aquelas meninas que pudessem vir ajudar (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 05/03/2013).

Essa segregação entre homens e mulheres era visível, a começar pelas repartições em que funcionava o Curso de Economia Doméstica, bem distante das salas de aula onde funcionava o Curso Técnico Agrícola. Nesse contexto:

A gente era uma coisa a parte. Eles eram pra lá e a gente pra cá. Na sala de aula só tinha mulher, elas só se encontravam com os meninos quando iam levar alguma coisa, era bom demais (olhar de recordação)... (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 05/03/2013).

As relações de gênero no contexto escolar denota o reflexo da própria estrutura da sociedade da época. Dessa forma:

Para viabilizar esse poder na educação escolar, elaboraram leis e decretos, criaram escolas e liceus femininos, compuseram seus currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e manuais escolares, habilitaram-se para a cátedra das disciplinas consideradas *mais nobres* e segregaram as professoras a “*guetos femininos*” como Economia doméstica e Culinária, Etiqueta, Desenho Artístico, Puericultura, Trabalhos Manuais, e assim por diante (ALMEIDA, 1998, p. 35. Grifo da autora).

Nesse sentido, as mulheres do CAVN eram dadas instruções de como melhorar suas lides domésticas; aos homens era dada a instrução de como se tornar um profissional nas questões técnico-agrícolas.



Na rotina das aulas do Curso de Economia Rural Doméstica existiam as festividades, e ao final do Curso, as alunas recebiam certificados em programação solene. Assim:

Até hoje eu me encontro com minhas ex-alunas: “professora faz tanto tempo que eu não vejo a senhora, ainda tenho aquele álbum que o colégio me deu”... Tinha presente e tudo na época, 1º lugar e tudo, eu mesmo ganhei um álbum de ponto cruz quando era aluna (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 05/03/2013).

A memória da educadora se apoia na memória da aluna, ao passo que, enquanto sobreviver esse “grupo”, sobreviverá o passado dele também: Nesse contexto:

*O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. Quando o grupo é efêmero e logo se dispersa, como uma classe para o professor, é difícil reter o caráter e a fisionomia de cada aluno. Para os alunos as lembranças são mais sólidas, pois tais fisionomias e caracteres são sua convivência de anos a fio (BOSI, 1994, p. 414. Grifo da autora).*

A educadora e a aluna possui um passado comum, e enquanto sobreviver uma testemunha, essa lembrança será sempre reavivada, com gestos e palavras de afeto, de alento. Assim, as fotos que se seguem, estão em trabalho de restauração, e devido ao tempo muitas fotografias se perderam ou estão deterioradas, mas são alunas em programação solene ao término do Curso de Economia Rural Doméstica:



Figura 15: Alunas em programação solene para a entrega de certificados do Curso de Economia Rural Doméstica s/d

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros



Figura 16: Alunas em programação solene para a entrega de certificados do Curso de Economia Rural Doméstica

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Indagada a respeito de como elas agiam com as alunas caso estas viessem a se comportar mal, quebrando as regras disciplinares do Curso, a entrevistada não relata muita coisa, talvez por receio de dizer quais eram os castigos reais, ou para preservar a imagem de alguém (tornando neste momento sua “memória seletiva”). Nesse sentido:

Quando entrasse lá não sai pra canto nenhum e nem Mocinha deixava, Mocinha era muito rígida. Não podia ficar do lado de fora conversando com os estudantes. Dentro da sala podia conversar, trocar palavras, pedir opinião de um trabalho. Mas não podia namorar. Mocinha repreendia: “não senhora, isso aqui não pode ser assim”. Tinha intervalo pra lanchar. Elas ficavam conversando no terraço, mas não tinham o direito de sair pra ir lá pra cima (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 05, 03, 2013).

Percebe-se que a Orientadora Educacional tinha uma conduta de ordem e disciplinamento com as alunas que frequentavam o Curso de Economia Rural Doméstica, e isso era uma das regras que não podiam ser quebradas, pois analisando os seus depoimentos e suas entrelinhas, observa-se que de alguma forma eram punidas.

A respeito da metodologia de trabalho da educadora, acontecia da seguinte maneira:

Era aula prática, não precisava preparar aula. Se a gente começasse um trabalho de ponto cruz, no outro dia colocava continuação do trabalho de ponto cruz. Eu colocava o nome da aluna e o que ela ia fazer, agora aquilo passava um mês fazendo, porque demora. A gente chegava lá, e, quem fosse chegando, ia começando os seus trabalhos que estavam em cima da mesa, nos armários, pegando sua linha, agulha. Quando era uns 15 minutos pra 11h00 a gente tinha que liberar, porque tinha que subir pra assinar o ponto. Todos os dias tinha frequência (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 10, 04, 2013).

Quando a entrevistada coloca em questão que não precisava preparar aula, entra em confronto com os documentos que encontrei: os planos de aulas. Elaborado pela Orientadora Educacional Clementina Augusta de Medeiros Coutinho,

esses planos traziam em suas páginas conceitos que encontramos nos livros do Curso de Economia Doméstica, de como cuidar do lar, fazer orçamento familiar, entre outros, comprovados no quadro a seguir, com a transcrição do Plano de Trabalho dado às educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN.

<b>CURSO DE PREPARAÇÃO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA, ANEXO Ao Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” de Bananeiras _ PB.</b>
<b>Plano de Trabalho</b>
Plano de Trabalho da Professôra de ensino Pré-Primário e Primário Nv. 11, INÊS MATIAS DE CARVALHO, a ser cumprido no Curso de Preparação de Economia Rural Doméstica anexo ao Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”, em regime de Tempo Integral com 30 horas semanais e em turmas de 6 (seis) semanas consecutivas durante o ano de 1968.
<b>PRIMEIRA SEMANA</b>
<b>2ª feira</b>
7 – 8) Organização e apresentação do material 8 _ 9) Aula - O que é Economia Doméstica, seus objetivos e finalidades 9 _ 11) Prática – confecção de trabalhos em lã para decoração do lar. 1 _ 3) Organização de novos trabalhos para o dia seguinte.
<b>3ª feira</b>

<p>7 – 8 Organização e apresentação do material</p> <p>8 _ 9 Exposição – Direção do Lar</p> <p>9 _ 11 Prática – como aproveitar pequenos retalhos de fazenda, em objetos de utilidades para o lar</p> <p>1 _ 3 Aulas sobre Organização da Escola, objetivos e finalidades da Economia Doméstica.</p>
<p><b>4ª feira</b></p>
<p>7 – 8 Organização e apresentação do material</p> <p>8 _ 9 Exposição – Compreender suas responsabilidades no seu nível de idade quanto ao lar e aos cuidados da casa.</p> <p>9 _ 11 Prática – confecção de flores de fazenda para a decoração do Lar.</p> <p>Tarde</p> <p>1 _ 3 Mesa redonda sobre a eficiência de um bom plano de aula.</p>
<p><b>5ª feira</b></p>
<p>7 – 8 Organização e apresentação do material.</p> <p>8 _ 9 Exposição – Noções de Administração</p> <p>9 _ 11 Prática – Decoração para quarto de criança, feito com aproveitamento de retalhos</p> <p>1 _ 3 Orientação metodológica sobre auxiliar áudio-visuais.</p>
<p><b>6ª feira</b></p>

7 – 8 Organização e apresentação do material

8 \_ 9 Exposição – A importância da vida em família e o nobre papel que nela compete a mulher.

9 \_ 11 Prática – Tapetes de retalhos de fazenda

1 \_ 3 Reunião de professoras para avaliação dos trabalhos da semana.

Quadro 1: Plano de Trabalho da professora Inês Matias de Carvalho a ser cumprido no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, 1968.

O Plano de Trabalho proposto pela Orientadora Clementina Augusta segue uma proposta baseada no livro: Curso de Economia Doméstica<sup>6</sup>, o qual enfatiza a importância da família e da vida dentro de um Lar, valorizando o papel da mulher dentro do mesmo, e atribuindo a ela a responsabilidade de organizar esse lar dentro de uma economia doméstica ajustável. Dessa forma, caberia a ela aprender a ser coparticipante dessa economia. Mas de que forma? Ela própria fazia a confecção de objetos para decorar o seu lar, aprendia a administrar o mesmo com eficácia e zelo. Assim a ideologia do livro tinha o discurso de que:

Tôda (sic) menina inteligente sabe que um lar aprazível só pode ser criado quando ela própria e os membros da família têm bom gênio, são atenciosos e cooperadores [...] Mas, hoje em dia, os deveres de uma verdadeira dona de casa que trate do lar e seja uma boa mãe, continuam a ser uma tarefa tão difícil quanto antigamente. É ainda o mais importante trabalho do mundo pois quase tudo depende do lar. Quase todas (sic) as meninas, mais tarde, torna-se-ão donas de casa. Por isso, cada uma deveria receber uma educação prática e bem definida com respeito aos cuidados domésticos da mesma forma que se especializam em estenografia, ensino, biblioteconomia, etc. Há maneiras certas e erradas, por exemplo, de comprar e preparar a comida, de cuidar das crianças, de fazer cortinas e executar habilmente qualquer trabalho material (LAITEM E MILLER, 1953, p. 16-17).

<sup>6</sup> O livro Curso de Economia Doméstica é de autoria de Helen H. Laitem e Frances S. Miller, e tem como título original norte-americano: Experiences In Homemaking, 1953. O livro tinha o objetivo de desenvolver o interesse e responsabilidade na vida do lar.

Dessa forma, o livro trazia a preparação dessa jovem para uma boa administração do lar, para aquilo que um dia seria a sua “vocação”. As perguntas giravam em torno de: o que seria mais importante e indispensável para a formação de um lar ideal? O que as moças mais gostariam de fazer, ou de ajudar a fazer? Qual o valor de uma vida familiar feliz? Essas e outras questões semelhantes tentavam inculcar na mente da jovem que ela era a principal pessoa que iria fazer do seu lar um local agradável e feliz.

E era justamente com essa intenção que a Orientadora Educacional do Curso de Economia Rural Doméstica preparava os planos de trabalhos para serem cumpridos pelas educadoras. Veremos a seguir algumas cópias do Diário de Classe de Inês Matias de Carvalho, para observarmos se seus registros estavam de acordo com o plano de trabalho da Orientadora.

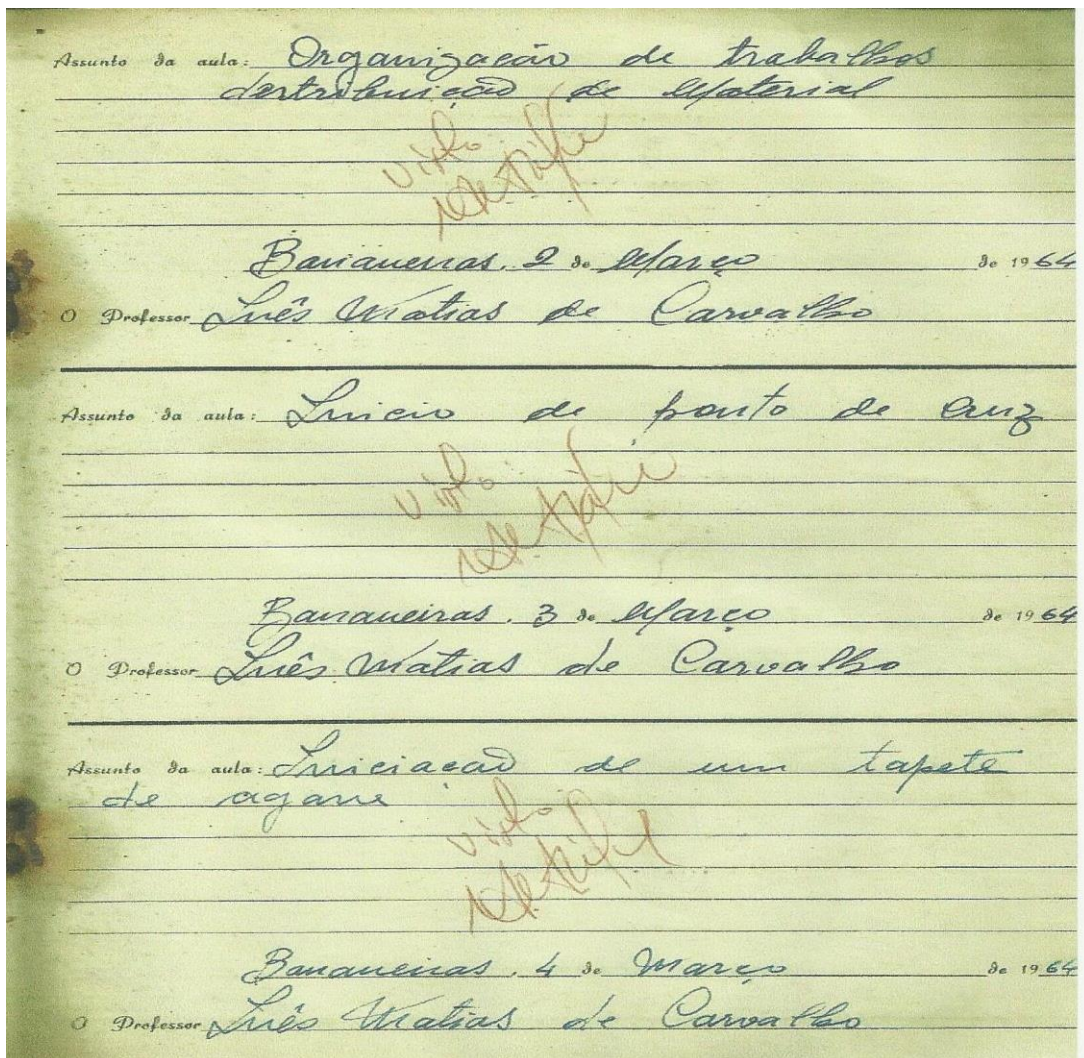


Figura 17: Registros do Diário de Classe da educadora Inês Matias de Carvalho  
Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

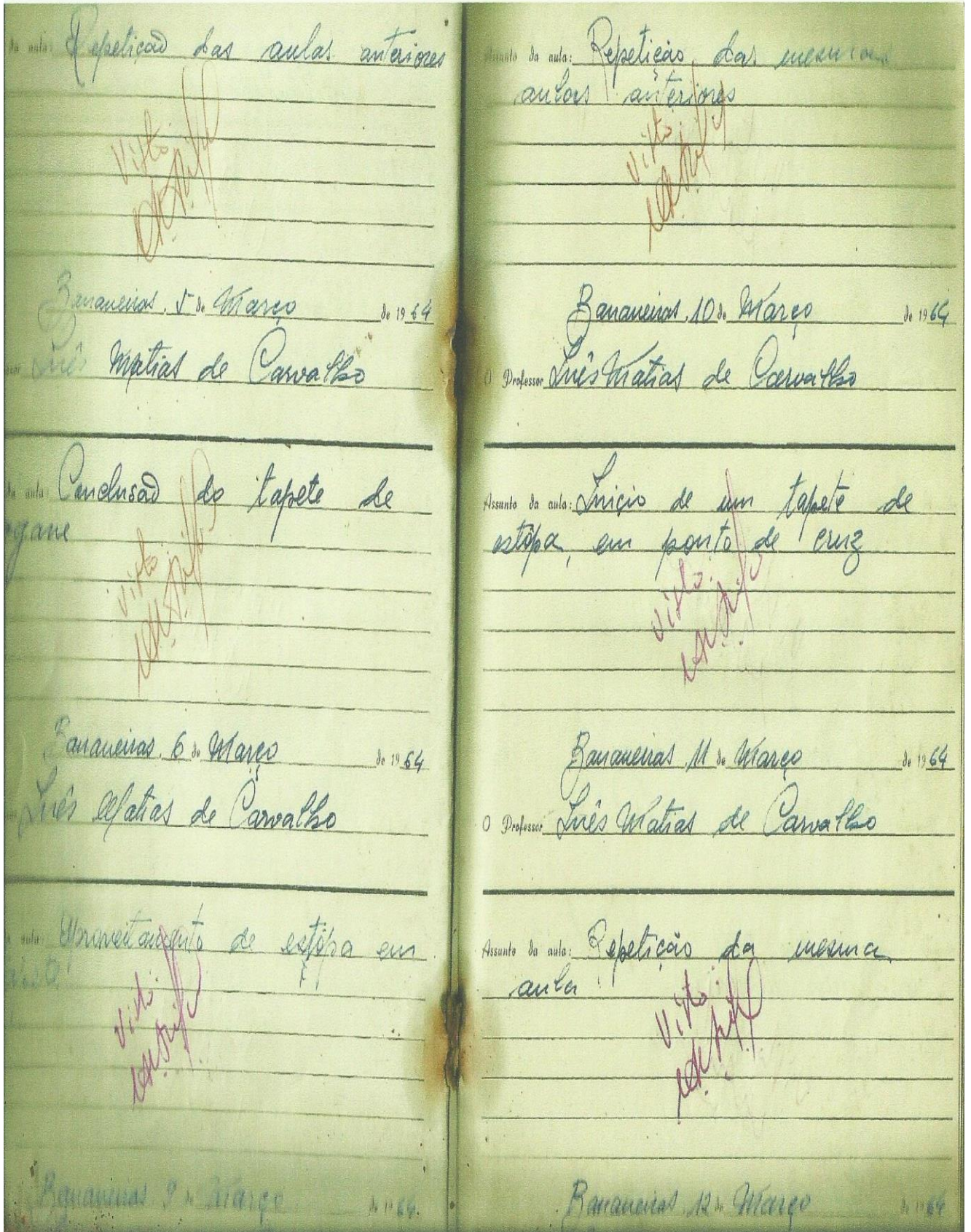


Figura 18: Registos do Diário de Classe da educadora Inês Matias de Carvalho  
 Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros



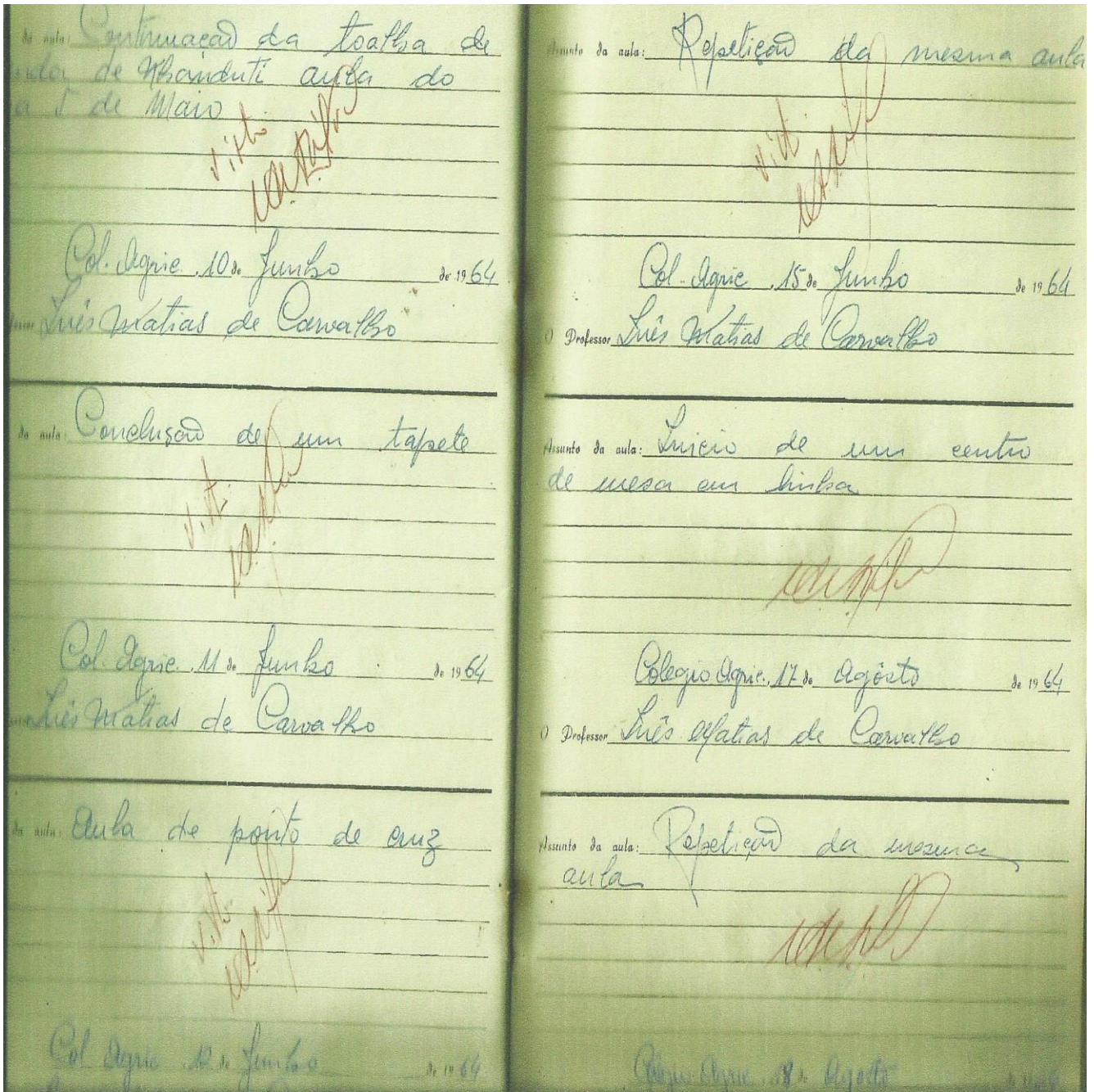


Figura 19: Registros do Diário de Classe da educadora Inês Matias de Carvalho  
 Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

O Diário de Classe da educadora Inês Matias (o único encontrado nos arquivos do CAVN) continha registros de aulas práticas, o qual descrevia as atividades que seriam desenvolvidas na sala de aula. Em sua maioria as aulas trabalhavam a confecção de tapetes de agave na máquina de tear, confecção de tapetes com ponto de cruz, toalhas de mesa com pontos de cruz, trabalhos de lã, trabalhos com estopa, entre outros. A maioria dessas aulas durava dois a três dias,

o que justificava Inês registrar por diversas vezes "continuação da aula anterior", "a mesma aula". Um dado curioso é a assiduidade da educadora, durante todos os registros, apenas duas ausências dela foram constatadas, o que comprova a sua responsabilidade e compromisso com o trabalho que realizava, tal como evidencia em seus relatos.

Percebe-se a partir da fala da educadora que ela não tinha o conceito de preparar aulas, de registrar os detalhes de como essa aula prática acontecia, ato justificável por ter cursado apenas o sexto ano ginásial e não ter tido a oportunidade de fazer um curso na Escola Normal, sendo preparada "cientificamente" para o magistério. O fato é que, ao ensinar as alunas passo a passo como se produziam os trabalhos feitos com lã, estopas, agave, entre outras produções, ela estava instruindo antes de iniciar sua produção. Porém, nos registros apenas apresenta o tipo de produção, sem detalhamento de como o fazia.

Na História da Educação, por muito tempo o ensino dos menos favorecidos esteve relegado a segundo plano, o que fez com que não houvesse um investimento e preocupação com os profissionais da área, incumbindo a professores leigos a tarefa de instruir os alunos. É o caso da educadora aqui mencionada, que não passou por nenhuma formação docente inicial, mas que contribuiu com suas práticas durante anos, fazendo parte da História da Educação da cidade de Bananeiras. Dessa forma:

Se uma pessoa ensina durante trinta anos, ela não faz simplesmente alguma coisa, ela faz também alguma coisa de si mesma: sua identidade carrega as marcas da sua própria atividade, e uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional (TARDIF, 2002, p. 56-57).

A vida pessoal da educadora se mistura com a vida profissional, afinal foram anos se dedicando ao fazer docente no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, e essas marcas carrega consigo, quando com muita nitidez narra fatos do que aconteceu nos anos vividos de sua profissão, acontecimentos esses saudosos e com anseio de "tempo bons" e nunca esquecidos. Foi nesse momento, que as lembranças das exposições feitas tanto na cidade de Bananeiras, como na cidade de João Pessoa, começam a fluir em sua fala. Assim:

O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocado o fato: tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação, que, por sua vez, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita (MEIHY, 2005, p. 61).

Nas palavras do autor, a história oral é um laço com a memória, e esta, é um suporte daquela. Dessa forma, continuo tecendo os fios escritos do Curso de Economia Rural Doméstica, visto com “bons olhos” na época, pois, além de gerar uma renda para o comércio local, ainda conseguia manter em um espaço privado, as mulheres daquela região e cidades circunvizinhas. Segundo a educadora, as alunas: “Gostavam quando tinha exposição, ia todo mundo da cidade olhar, comprar. No centenário da cidade se vendeu tudo, só de boneca nós vendemos 500 bonecas de pano” (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 10/04/2013).

A seguir uma fotografia que mostra uma das exposições de trabalhos manuais organizada pelo Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN.



Figura 20: Exposição de trabalhos manuais do Curso de Economia Rural Doméstica, s/d.

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.



Figura 21: Exposição de trabalhos manuais do Curso de Economia Rural Doméstica, 1974.  
 Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Os trabalhos feitos pelas educadoras e alunas do curso eram supervisionados por profissionais vindos de outros locais, por exemplo da cidade de João Pessoa, como nos relata Inês:

Tinha uma chefe que era da Universidade de João Pessoa, ela vinha todo mês fazer uma vistoria nos trabalhos, a reunião era em Campina Grande, a gente ia pra elas fazer uma avaliação dos trabalhos, se estavam bem feito ou não. Se não tivesse bem feito ela devolvia o trabalho e pedia pra gente refazer (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 10/04/013).

Nesse sentido, observa-se que além do Curso ser composto de Orientadora e professoras, em seu corpo docente havia também o papel do supervisor. Dessa forma, a entrevistada relata a respeito de outro cargo que assumiu, além do de Educadora do Curso de Economia Doméstica. Destarte:

Tinha a Orientadora que era Mocinha. Um tempo ela foi fazer um curso fora e eu fiquei como orientadora. Quando Mocinha viajou para os Estados Unidos, eu fiquei na direção por quatro meses. Ela foi fazer um curso e eu fiquei como orientadora. Ela trazia coisas novas pra gente fazer. Uma vez eu desmanchei uma boneca p fazer de novo, ela disse: mas você desmanchou minha boneca... Eu tive que desmanchar né, (risos) pra poder aprender a fazer de novo. Ai ela trazia novas ideias né (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 10/04/2013).

Esses cursos aos quais Inês se refere, eram oferecidos nos Estados Unidos, e por vezes, a própria Clementina Coutinho (Mocinha) custeava toda a sua viagem, claro que isso só era possível por ela ser de uma família de classe rica da cidade de Bananeiras. Aliás, sua família era uma das oligarquias do Brejo Paraibano. Percebe-se que a Orientadora tinha um comprometimento com o seu trabalho, sempre em busca de novas ideias para inovar o Curso de Economia Rural Doméstica, e atrair o público de alunas.

A Orientadora citada passou a ausentar-se por motivos superiores de doenças, tendo que cuidar de sua própria saúde e também de seus familiares (pais e irmãos). Não havendo quem tomasse a direção, os trabalhos tomaram um rumo lento, as matrículas diminuíram, e as educadoras foram desviadas de funções até o momento de suas aposentadorias.

Além de ter substituído Clementina Coutinho no cargo de Orientadora, Inês Matias exerceu outros cargos, ao menos no papel, digo isto porque pelos documentos, e principalmente pelos depoimentos da mesma, era preciso colocá-la em um vínculo profissional que favorecesse uma melhor aposentadoria, sendo alocada funcionalmente como: Professora de Confecções e Adornos do Lar Doméstico, Professora de Ensino Pré-Primário e Primário, Agente Social e etc. A função que prevaleceu para fins de aposentadoria foi a de Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, comprovada em documento de aposentadoria anexado nesse trabalho (Anexo B). Abaixo uma cópia do documento que evidencia as outras funções designadas à educadora:

Reitoria - Divisão de Pessoal  
Seção de Classificação de Cargos

CADASTRO DE PROVIMENTO

NOME DO SERVIDOR Inês Matias de Carvalho LOTAÇÃO C.A.V.Negreiros

CARGO ATUAL: Agente Social nv. 10-A FORMA DE ADMISSÃO: Enquadramento

DATA E ATO: Decreto de 16/12/69 EXERCÍCIO 30/12/69

ESTÁVEL? sim POR QUAL LEI? 4.069/62

CARGOS ANTERIORES: (Histórico.) Admissão: em 1/9/57, como Professora de Confecção e Adornos do Lar Domestico, contra recibo. Enquadrada provisoriamente pela Lei 3.967/61 como Professor de Ensino Pré-Primário e Primário nv. 11, a partir de 6/11/61 e definitivamente pela Lei 4.069/62, como Agente Social nv. 10-A

ATO DE ENQUADRAMENTO: Decreto 65.878 de 16/12/69 PUBLICAÇÃO D.O.de 30/12/69

POR QUAL LEI? 4.069/62

ATO DE READAPTAÇÃO - PUBLICAÇÃO -

OBS. -

Figura 22: Cópia do documento que enquadra Inês Matias de Carvalho em outras funções na Instituição Vidal de Negreiros.

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

A respeito das práticas docentes de Inês Matias, ela relata alguns fatos que ocorreram:

Só nunca gostei de ir pra cozinha, uma vez eu fui no lugar de Liana dar uma aula, quase que eu não dava, porque eu tinha pavor a fígado. Uma vez eu fui dar uma aula lá na Universidade Rural de Pernambuco, e eu fui escolhida pra fazer bife, eu tentei fazer tudo direitinho, mas... Aí a diretora disse: mas Inês esse bife não virou, olhe num tá valendo nada. Eu disse: experimente pra você ver, porque tá muito gostoso, pode não ter virado, mas tá gostoso. Oxe, não sobrou um pedaço. Cada um dava uma aula na sua especialidade, mas não era minha área Arte Culinária. Eu também fazia colchas de retalho. A gente foi pra Sergipe e uma das aulas que eu dei lá foi de colcha de retalhos (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 10/04/2013).

Abaixo uma cópia do certificado que recebeu ao participar de um treinamento para professoras de Economia Rural Doméstica na Universidade Federal de Pernambuco.



Figura 23: Cópia do certificado concedido à Inês Matias de Carvalho pela Universidade Rural de Pernambuco.

Fonte: Acervo particular de Inês Matias de Carvalho

Os treinamentos na cidade de João Pessoa eram mais frequentes, devido à localização geográfica ser mais próxima da cidade de Bananeiras. A cópia seguinte é do certificado de um dos cursos de treinamento feito pela educadora na capital:



Figura 24: Cópia do certificado concedido à Inês Matias de Carvalho pelo Centro Artesanal Rural Feminino de João Pessoa.

Fonte: Acervo particular de Inês Matias de Carvalho

A respeito das lembranças marcantes de sua trajetória de educadora ela ainda relata que:

Outra lembrança que tenho foi da primeira vez que eu recebi salário, porque eu passei dois anos pra receber, eu passei dois anos trabalhando sem receber. O meu enquadramento demorou a sair. E eu tinha precisão de ficar esperando. Fiquei tão contente, ajudava muito em casa, a gente dava o abono de fim de ano pra papai e dizia que eram as festas dele, ele achava graça... (INÊS MATIAS DE CARVALHO, 10, 04, 2013).



Inês deu entrada em sua aposentadoria em 1979, mas só se aposentou em 1980, após uma série de processos em busca de definir em qual categoria profissional seria enquadrada.

A educadora trabalhou por trinta e dois anos, contando com o tempo em que exerceu atividades no Posto de Puericultura pertencente ao Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. As pessoas que viveram na época do curso de Economia Rural Doméstica ainda a chamam de professora. Após a aposentadoria, Inês Matias de Carvalho não exerceu nenhuma outra atividade.

Grande parte dos documentos da educadora ficou no CAVN, e por falta de organização de um arquivo, muita coisa se perdeu ou foi jogado no lixo, o que restou com ela, foi cedido para a realização dessa pesquisa. Muitas perguntas ficaram sem respostas, mas através da memória e recordação dessa educadora, marcadas por esquecimentos e lembranças, foi rompido o silêncio de sua trajetória profissional para colaborar com os registros da História da Educação paraibana.

A seguir é apresentado o relato da Educadora Liana Barbosa da Mata, professora da Disciplina Arte Culinária, com fragmentos de sua vida enfatizando sua trajetória profissional.

### **3.2 Entre os livros e as receitas culinárias: memória e história da educadora Liana Barbosa da Mata**

*“Para cozinhar bem e com rapidez, há um plano inteligente que consiste em estudar primeiro a receita a ser executada”.*

(Laitem e Miller, 1953)

O Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN oferecia também a Disciplina Arte Culinária. O objetivo era aguçar nas alunas o desejo em estar na cozinha e despertar a importância de adquirir técnicas de Arte Culinária. Essa Disciplina era ministrada pela educadora Liana Barbosa da Mata.

Natural da cidade de Bananeiras, Liana da Mata nasceu no dia 27 de março de 1934. A seguir apresento uma foto atual da educadora:



Figura 25: Foto atual de Liana Barbosa da Mata, março de 2014.  
Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Filha de Francisco Francelino da Mata e Emília Barbosa da Mata, naturais de Bananeiras, mas residentes das proximidades de João Pessoa em Mamanguape, Liana não chegou a conhecer o seu pai e muito menos a morar com a sua mãe. Seu pai morreu vítima de um ataque cardíaco, quando ela ainda se encontrava no ventre materno. Sua mãe, então, veio dar à luz na cidade de Bananeiras, acolhida por quatro tias que lá residiam. Dado todo o processo de parto, Liana ficou sob os cuidados das quatro tias que acolheram sua mãe, esta, devido a situação financeira precária não tinha condição de criá-la, o que fez com que Liana tivesse raros contatos com ela, como nos relata a educadora:

Eu nasci no dia 27 de março de 1934, nasci aqui mesmo nessa casa, eu fui criada pelas minhas tias, eram quatro tias e essa casa era delas, ai elas foram morrendo e eu fiquei aqui. Minha mãe eu conheci, mas meu pai não, pôr que quando ele morreu minha mãe estava grávida de mim. Ele morreu de um ataque cardíaco. Minha mãe morreu eu acho que faz uns três a quatro anos, mas eu não

tive quase contato com ela não. Minhas tias que me criaram (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012).

A entrevistada lembra com afago das tias que a criara e da casa onde morava e afirma que: “Essa casa era muito grande, daquelas que tinha uma porta na frente e duas janelas, aí eu reformei ela todinha, modifiquei toda, ela vai de uma rua a outra” (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012). A foto abaixo mostra a casa da educadora depois da reforma, localizada no Centro da cidade de Bananeiras, e onde Liana ainda reside.



Figura 26: Casa onde reside Liana Barbosa da Mata, março de 2014.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

A convivência com as suas tias a faz lembrar momentos que hoje ela sente saudades, principalmente por viver sozinha. Assim:

Todas eram boas pra mim. Elas faziam as coisas que sabiam que eu gostava, quando eu voltava do colégio fazia carinho em mim, quando eu estava deitada elas faziam lanche pra quando eu acordar lanche, era desse jeito, tudo com muito amor, muito amor (olhar de saudade). A primeira quando morreu eu tinha dez anos, e as outras quando morreram eu era praticamente já velha. Mas a que eu era mais apegada foi à última: Semíramis. Ela era muito

apegada a mim também, foi quem mais demorou ficar comigo, ela era a mais nova. Todas elas eram daqui mesmo de Bananeiras, três trabalhavam aqui mesmo em casa, eram domésticas, só tinha uma que trabalhava fora, a tia Beatriz, ela era comerciante, ela que mantinha a casa (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012).

Percebe-se pela fala da educadora que suas tias tinham uma condição financeira acessível. Ser comerciante naquela época era um *status*, principalmente em uma cidade de interior. Beatriz tinha um pequeno comércio de miudezas na cidade, vendia de tudo, além disso, possuía um vínculo empregatício pela Prefeitura Municipal de Bananeiras, fatores esses que faziam com que ela arcasse com todas as despesas da casa, contando até com alguém que a ajudasse nos afazeres domésticos, como relata a entrevistada: “A gente sempre teve alguém pra ajudar nas atividades da casa” (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012). Assim:

O comércio da minha tia era de miudezas, acessórios, por exemplo, um bico, uma renda, tinha de tudo, era um empóriozinho comercial. Eu tinha muito amor pelas minhas tias, eram quatro mães pra mim, e essa última que morreu, eu era apegada demais com ela. A primeira que morreu foi quem me criou, mais era como uma mãe que ficava em casa tomando conta dos filhos sabe, me dava banho e tudo, eu tinha dez anos quando ela faleceu, a que mantinha a casa era a mais velha das três e eu tinha muito amor por ela também (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012).

Visto que a entrevistada foi criada pelas tias, nenhuma aproximação ela teve com a sua mãe e os seus irmãos, sua mãe morava em Mamanguape, mas ela não a visitava. Dessa forma:

Eu tinha dois irmãos, mas também não tive nenhuma aproximação com eles não, só conheci um, ele ainda estudou aqui no Aprendizado Agrícola Vidal de Negreiros, ele estudou aqui, eu via ele por aqui, quando passava o período das aulas ele voltava pra casa da minha mãe em Mamanguape, mas não tinha contato com eles não, nem aproximação (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012)

As lembranças da sua infância são proferidas com lucidez pela educadora, ela relata que tinha sim convívio com outras crianças, que gostava muito de brincar de boneca, toca-toca, academia, ioiô, de jogar pedrinhas, costurar roupas de bonecas, e, de cozinhar. Liana da Mata brincava com crianças de classe social alta, um exemplo disso é que ela era muito amiga da irmã de Clementina Augusta Coutinho de Medeiros, pertencente a uma das famílias de alto status de Bananeiras. Sua amiga se chamava Fátima, como ela nos relata:

Eu tinha convívio com outras crianças, gostava de brincar de boneca de pano, brincava aqui mesmo nessa casa que hoje eu moro, a casa ao lado que hoje é um hotel, era de uma família da gente e eu brincava com a menina de lá, irmã de Mocinha, porque a avó das minhas tias era irmã da avó da mãe de mocinha. Eu sempre brincava com Fátima, que é a caçula, hoje ela é casada, mora em Goiás, mas a gente mantém contato. Quando é no Natal, aniversário, ela liga pra mim e eu ligo pra ela. Outra amiguinha de infância com quem eu gostava de brincar era a Érica, a gente estudava junto, nesse tempo a gente brincava de fazer roupinha de boneca, eu tinha muitas bonecas [...] (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012).

Pelas palavras da educadora observa-se que as brincadeiras vivenciadas por ela, eram típicas de brincadeiras de meninas, e não é de se estranhar, pois a cidade de Bananeiras também via na mulher um ser pertencente ao âmbito privado. Nesse caso, brincadeiras teriam que envolver o ambiente doméstico e familiar, reproduzir os papéis de uma sociedade na qual vê no homem a figura principal da família e, em contrapartida, vê na mulher um ser que não deve se afastar das lides domésticas. Nesse sentido, essas representações:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo (LOURO, 1997, p. 28).

De fato, essas representações foram sendo construída na vida da educadora, desde as brincadeiras até a formação religiosa, e, esta última, embora não gostasse muito, era incentivada por uma das tias a ir todos os domingos às missas da cidade. Além do mais, ela estudava em um colégio religioso, o que reforçava essa obrigação, como nos afirma à educadora:

Só tinha uma que frequentava a igreja, as outras não iam muito não, mas eram todas da religião católica. Eu ia pra missa porque eu era obrigada a ir, todos os domingos eu tinha que ir, porque eu estudava na época no Colégio Sagrado Coração de Jesus das Irmãs Dorotéias. Muitas vezes eu estava dormindo, aí minhas tias vinham e me acordavam me chamando pra ir pra missa, e eu dizia: já vou tia, já vou, me deixa dormir mais [...] (LIANA BARBODA DA MATA, 09/11/2012).

Como menciona a educadora, ela estudou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, um dos colégios da elite paraibana, situado em Bananeiras, lá não só estudavam moças bananeirenses, como vinham moças de outras cidades circunvizinhas. Colégio este, dirigido por freiras, e que prezava pela educação da mulher em uma conduta de moral e bons costumes. A educadora estudou na referida instituição, porém seus estudos não foram custeados pelas suas tias.

Ela teve acesso ao Colégio Sagrado Coração de Jesus através da mãe de uma amiga de infância, filha do prefeito da cidade. Seus estudos foram apadrinhados pela primeira Dama do município, que conseguiu uma bolsa para ela estudar, de acordo com a entrevistada: “[...] Eu era muito amiga da filha de um prefeito que teve aqui, aí a esposa dele conseguiu uma vaga lá pra mim, eu terminei o Ginásio lá, eu nunca paguei nada não” (LIANA BARBOSA DA MATA, 09/11/2012). Abaixo uma fotografia atual do Colégio Sagrado Coração de Jesus. O prédio atualmente é alugado à prefeitura, funcionando a Escola Municipal Emília de Oliveira Neves:



Figura 27: Foto atual do antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Colégio das “freiras”, março de 2014.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

O colégio das freiras, como é pronunciado até hoje por todos da cidade, inclusive pela educadora, era um colégio referência em educação feminina. Foi lá que a entrevistada iniciou seu processo de aprendizagem das primeiras letras. Com aproximadamente cinco anos de idade, Liana iniciou o Jardim da Infância.

A estrutura física do colégio era semelhante a um convento, típico dos colégios de freiras existentes na época. Com um espaço amplo, o prédio abrigava vários quartos, banheiros, refeitórios, várias salas de aula e uma capela. Quanto às vestimentas, a educadora relata que:

[...] tinha farda, do jeito que era a blusa era a saia, com umas pregas de lado, blusa branca de mangas compridas e com uma gravatinha. O sapatinho era preto, usava meia, quando era criança a meia era curtinha, depois no Curso Ginásial, usava meias compridas, o cabelo era a vontade (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013).

A rotina do Colégio Sagrado Coração de Jesus era muito rígida, a educação atrelada à religião era muito presente, os hábitos religiosos permeavam os saberes escolares, e buscavam inculcar em suas alunas modelos disciplinares de comportamento. Essa disciplina da instituição, por vezes, fez com que a educadora aqui apresentada, passasse por momentos constrangedores ao desobedecer às normas da instituição. Assim, ela relata que:

Tinha horário certo de entrar, e quando a gente entrava, ficávamos no pátio todas sentadinhas lá, caladinhas, proibidas de conversar. Eu ainda levei carão por isso, eu era inquieta e um dia a madre viu, eu estava conversando com minha amiga Lili, quando ela chegou perto de mim ficou me olhando, e ela tinha um olhar de gente braba, ela olhou pra mim, fitou e eu também a fitei, ai ela me deu um carão e disse: “Liana quando a Mestra olha pra uma aluna, a aluna baixa a vista”. Eu fazia muita palhaçada e as meninas ficavam rindo, um dia uma freira me chamou de doida, quando cheguei em casa eu contei a minha tia e ela foi no colégio falar com a Madre Superiora, que chamou a atenção da freira (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013).

O cotidiano do Colégio tinha características semelhantes com atividades de um internato, embora fosse um externato. Havia horário para rezar, horário para estudar, horário para os ensinamentos de músicas e trabalhos manuais, horário de ir para casa almoçar e horário de retomar todas as atividades no turno da tarde. A cada toque do sino uma atividade era anunciada. Nesse sentido:

Quando dava o toque, a gente ia pra classe, depois na hora do recreio a gente saía pra merendar e brincar e depois do recreio a gente ia pra uma capela rezar e depois voltava pra sala de aula. De 11h00 horas terminava o período de aula da manhã, ai vinha pra casa, almoçava e, a tarde voltava novamente (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013).

E assim passavam os dias de aulas no Colégio Sagrado coração de Jesus, o qual utilizava o seu espaço físico não só para educar e instruir as alunas, mas também para formar nelas um espírito religioso.



A respeito das Disciplinas, estas eram compostas de Português, Matemática, História, Geografia, aula de piano, aula de música, trabalhos manuais, Religião, Civilidade, entre outras disciplinas, que ensinavam como uma moça de boa família deveria se comportar em sociedade. Assim, de acordo com a educadora: “a maneira de se comportar, de enfrentar a vida, saber ir e entrar num certo ambiente, saber sentar numa mesa pra fazer refeições, o tratamento que se dava as pessoas, tudo isso era ensinado” (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013). Nesse sentido:

Tinha aula de música, a gente cantava, e eu tinha um abuso de ir para aquelas aulas. Eu não gostava, eu nunca me interessei por estas coisas não, mas tinha os trabalhos manuais, aprender a fazer ponto e cruz, fazer um bordado, tricô, fazer essas coisinhas, aí eu gostava, quando dava quatro horas mais ou menos, a gente vinha embora (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013).

Observa-se pelo seu relato, que desde cedo ela já tinha também, assim como a educadora Inês Matias, uma inclinação para os trabalhos manuais. A entrevistada lembra claramente da sua primeira professora, que se chamava Sor Guedes, esse era o sobrenome dela de freira. Era uma professora para cada disciplina, com o modelo de ensino tradicional da época. As salas de aulas eram organizadas com carteiras enfileiradas, professora no alto sentada em seu birô, observando toda a turma, e as alunas prestando atenção às aulas, o que segundo a entrevistada, era algo “enfadonho”. Nesse contexto:

[...] elas ensinavam bem por que a pessoa que estudava ali tinha que sair sabendo, a gente escrevia no quadro, fazia prova escrita e oral, as atividades eram todas individuais. [...] a gente tinha que ficar sentada ouvindo coisas que não estava interessada. Mas mesmo assim eu terminei, porque tia queria que eu estudasse, terminasse o curso, mas eu não vou dizer que eu gostava, por que eu não gostava não (risos) (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013).

A fala da educadora denota o tempo em que na educação o professor era o protagonista, detentor do poder, pautado no modelo tradicional de ensino. O mestre deveria manter distância do aluno. E, atrelado a esse modelo tradicional de ensino, estavam os castigos. No Colégio havia punições para quem não se adequasse às exigências e condições do mesmo. Dessa forma:

Quem não se comportasse ia parar no gabinete da madre superiora, mas não tinha palmatória não. Um dia eu fui chamada pela Madre Superiora, ai fiquei lá sozinha, ela demorou, demorou, então eu sai de lá e fui embora (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013).

Cada profissional do colégio tinha uma responsabilidade, e cabia a madre superiora não só orientar e aconselhar as alunas, mas também fazer uso da repreensão e dos castigos quando necessário. E assim, Liana Barbosa termina os seus estudos no Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde cursou até o quarto ano Ginásial. Liana não teve uma formação de magistério na Escola Normal, pois tinha que ir estudar fora da cidade de Bananeiras, e ela não queria se separar das tias. Assim, a educadora relata que:

Pra o magistério mesmo, pra ensinar, eu nunca tive preparação não, porque o curso Ginásial não ensinava pra isso, tinha que continuar depois, mas não dei continuidade, porque tinha que estudar em outro lugar, aqui não tinha escola Normal na época. Antigamente a pessoa só se diplomava mesmo no Curso Normal (LIANA BARBOSA DA MATA, 20/02/2013).

Observa-se que o motivo de não cursar o magistério era unicamente afetivo e não econômico. E, por falar em afeto, a respeito da vida pessoal da educadora, esta narra pouco, revelando apenas que não quis casar, mas que teve um namorado, com ele noivou, mas não chegou a casar-se. Sua memória neste momento também se tornou seletiva, sua narrativa passou a dar ênfase a outros fatos, usando-se conscientemente estratégias de esquecimento. Dessa forma:

A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. [...] As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (RICOEUR 2007, p. 455).

E foi justamente o que a educadora fez, tornou sua memória seletiva nesse momento, não quis deixar registrado aquele que um dia foi o protagonista de uma parte da sua história. Nesse momento, desliguei o gravador a pedido da entrevistada, e passei apenas a ouvir o desabafo de uma história emocionante de amor.

Ainda a respeito dos estudos da educadora, esta concluiu seus estudos no “Colégio das Freiras”. Um tempo depois, iniciou o Curso Profissionalizante de Economia Rural Doméstica no CAVN. Concluído o Curso como aluna, ela foi “convidada” pela Orientadora Educacional Clementina Augusta Coutinho para ministrar aulas no Curso de Economia Rural Doméstica, mas sem vínculo empregatício nenhum, mesmo assim ela aceitou. Nesse sentido, ela relata que:

[...] quando fiz um Curso de Economia Doméstica na Universidade, eu tinha aproximadamente dezessete pra dezoito anos. Ai quando eu terminei eu tinha muito jeito pra fazer comida, salgadinho, eu tinha jeito, ai mocinha me levou pra lá, eu trabalhei sem nenhum vínculo com a Universidade. Tinha uma verba que vinha no final do ano para a Universidade, ai me davam algum dinheiro, pouco, e às vezes nem vinha nada, perdia tudo, fiquei assim por muito tempo até ser admitida lá como funcionária. Era muito difícil a entrada ali, eu só consegui porque a coordenadora era mocinha na época, e como eu tinha esse vínculo, assim de muita amizade, e era família e tudo, ela viu que eu precisava e que eu tinha jeito pra parte de culinária, ai me levou pra lá [...] (LIANA BARBOSA DA MATA, 05/03/2013).

A história aqui se repete, assim como Inês Matias, Liana Barbosa também entrou no CAVN por meio de indicação e apadrinhamento. A princípio sem vínculo nenhum, mas posteriormente foi admitida como educadora da Disciplina Arte e

Culinária, substituindo a esposa do Diretor vigente, Roberto Guedes Pereira, que na época era professora de Arte Culinária. As vagas para trabalhar no curso de Economia Doméstica iam surgindo de acordo com a saída de algumas educadoras. Umas casavam, outras se mudavam para cidades distantes, e, de acordo com os vínculos de amizades iam sendo convidadas para trabalhar, mas sem portaria.

A entrevistada tece os fios do cotidiano daquele curso no CAVN e relata que qualquer pessoa podia se matricular nas aulas de Economia Doméstica, mas a maioria do público era da Zona Rural e as moças procuravam aquele curso para obter um meio de renda financeira. Nesse sentido:

“[...] tinha gente que fazia pra vender, ia quem quisesse, umas eram habilidosas, outras bem menos, elas faziam o curso porque tinham interesse em aprender alguma técnica” (LIANA BARBOSA DA MATA, 05/03/2013).

Observa-se que a ideologia de fazer com que a mulher se profissionalize em um curso de “Arranjos do Lar” era um disfarce para que a mesma continuasse no âmbito da esfera privada. O Curso de Economia Rural Doméstica, oferecia a disciplina Arte Culinária, objetivando a mulher ter uma formação mais ampla a respeito da preparação dos alimentos.

A fotografia a seguir, apresenta alunas da Disciplina Arte culinária em aula com a educadora Liana Barbosa da Mata no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN:



Figura 28: Foto de Liana Barbosa da Mata e suas alunas nas aulas de Arte Culinária  
 Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros s/d

O curso como já havia relatado a educadora Inês, funcionava de segunda a sexta, mas o horário das aulas da Disciplina de Arte Culinária era só pela manhã, e, atendia a um público numeroso como nos relata à entrevistada. Todo o material para a prática das aulas era disponibilizado pelo Colégio Agrícola, advindo de verbas federais. Assim, sobre o funcionamento das aulas e sobre o material relata que:

Eu tinha muitas alunas, elas eram mais de Solânea, era tudo mulher. O material era de lá, vinha do almoxarifado, a diretora da nossa escola fazia uma nota, a gente dava a nota do que ia precisar pra dar aula, entregava a ela e ela mandava pegar no almoxarifado. De tudo tinha lá, não precisava levar material de casa não, a universidade, que na época era só Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, mandava todo material pra dar aula e as meninas não tinham obrigação de levar material de casa não (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

Liana lembra com muito afago de suas alunas, da relação que tinha com elas e com todas as colegas de trabalho. Ela relata que:

Eu tinha uma relação muito amigável com as alunas, a diretora não gostava. As minhas turmas eram cheias, porque elas gostavam de aprender a cozinhar, eram moças ricas e pobres, elas vinham da Zona Rural, da cidade. Aquelas de um certo padrão de vida, que tinha mais um pouco de condição financeira, essas daí moravam sempre na cidade, agora tinha da Zona Rural também, elas iam pra todas as técnicas, e alunas também gostavam muito de Inês, ela com aquele jeitão dela assim brincalhona, alegre. A gente dava aula, conversava com elas (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

Observa-se que a diretora mencionada acima, não tinha uma postura satisfatória em relação à aproximação das professoras com as alunas. A própria entrevistada comenta que ela era um pouco exigente e chegava a dar punição às alunas que desobedecessem as regras do Curso de Economia Doméstica.

Ela era um pouco exigente sabe. Uma pessoa quase que afastada das alunas, ela era do tempo de colocar as alunas de castigo, a aluna ficava de castigo, ela ficava sentada no banco lá naquela parte de fora que tinha numa areazinha, a gente não podia fazer nada, eu não era de acordo, eu era muito amiga das minhas alunas, elas me adoravam, no dia do meu aniversário elas levavam presente pra mim e tudo (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

Além dessas formas de punições, havia também a segregação, relatada em comum pelas entrevistadas, afirmando Liana que: “[...] rapazinho não tinha acesso ao nosso prédio não, ficava distante lá de cima. As meninas não podiam ter contatos com os meninos, nem do lado de fora ela deixava” (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

Segregação que também era vivida entre as educadoras do Curso de Economia Doméstica, e, os outros funcionários do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, como relata a educadora: “[...] a gente não convivia com o pessoal do Colégio Agrícola não, eles não iam pra lá, não chegavam nem perto, porque a Diretora não queria” (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

A entrevistada relata que nem todas as alunas terminavam o Curso, e as que concluíam recebiam seus certificados em uma pequena cerimônia (o que para a educadora Inês era dia de festa, solenidade, como ela mesma relata em seus

depoimentos), além de uma exposição de trabalhos manuais, como descrito nas palavras abaixo:

Tinha formatura das meninas, mas era coisa simples, todo ano tinha, recebia o diploma quem terminasse o curso, porque tinha umas que deixava. Tinha também uma exposição de trabalhos manuais, elas se arrumavam, mas era uma coisa bem simples, festa grande mesmo não tinha não (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

A foto que se segue também faz parte das exposições dos trabalhos manuais produzidos pelas alunas, e que ao final do curso eram expostos para comercialização também:



Figura 29: Foto de exposição dos trabalhos manuais do Curso de Economia Rural Doméstica

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros s/d

A respeito do planejamento, se ela fazia ou não, a mesma relata que planejava sim suas aulas, com as técnicas oferecidas à sua prática na época, como o Plano de Trabalho feito pela Orientadora Clementina Coutinho e o livro Curso de

Economia Doméstica, que davam suporte as aulas de Arte e Culinária. Assim a respeito do planejamento e do procedimento das aulas, relata que:

Eu fazia planejamento. Dava uma receita, passava para a aluna, copiava e depois fazia a demonstração. A gente usava o livro ou qualquer receita boa que a gente arranjava, que já conhecia, eu preferia fazer as que eu já conhecia, porque a gente não tinha acesso a toda qualidade de material, não tinha, só tinha o que já tivesse no almoxarifado, manteiga, ovos, farinha de trigo, coisas mais comuns. Todas faziam as receitas, todas deixavam a cozinha limpa, não deixava nada sujo. Tinha também uma frequência, fazia um caderninho e colocava a frequência delas (LIANA, 10/04/2013).

Nas palavras de Liana se observa que, embora o planejamento não tivesse um caráter teórico, ela o via como algo necessário, e buscava apoiar-se no livro Curso de Economia Doméstica e no Plano de Trabalho que lhe era dado. Além do mais, havia limitações para se cumprir tanto com o que o livro sugeria, quanto o que o plano de trabalho exigia, uma vez que, nem todas as receitas podiam ser executadas, visto que não havia a disponibilização de todos os ingredientes.

Transcrevo abaixo o Plano de Trabalho elaborado pela Orientadora Educacional Clementina Augusta Coutinho de Medeiros. O conteúdo a seguir é apenas a visualização da primeira semana de aula, só para se ter uma ideia de como o Plano de Trabalho estava estruturado:



<b>CURSO DE PREPARAÇÃO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA, ANEXO Ao Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” de Bananeiras _ PB.</b>	
<b>Plano de Trabalho</b>	
Plano de Trabalho a ser desenvolvido no período de seis semanas consecutivas durante o ano de 1968 da Professora de Ensino Prè-Primário e Primário Nv.11 _ Liana Barbosa da Mata a ser cumprido no Curso de Preparação de Economia Rural Doméstica anexo ao “Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” em regime de Tempo Integral com trinta (30) horas semanais.	
<b>PRIMEIRA SEMANA</b>	
<b>2ª feira</b>	
7 – 8 Distribuição do material Receita a ser apresentada – Macarronada ao forno 8 _ 10 Aula prática 10 _ 11 Recolhimento do material e arranjo da sala Tarde 1 _ 3 Preparação da merenda escolar. Organização de trabalhos do Curso.	
<b>3ª feira</b>	
7 – 8 Distribuição do material Receita a ser apresentada – Bacalhau em Camadas 8 _ 10 Aula prática 10 _ 11 Que se entende por Nutrição Recolhimento do material e arranjo da sala Tarde 1 _ 3 Preparação da merenda escolar. Orientação metodológica de trabalhos.	
<b>4ª feira</b>	

7 – 8 distribuição do material

.....

8 \_ 10 aula prática

10 \_ 11 funções dos alimentos no organismo

Recolhimento e arranjo da sala

Tarde

1 \_ 3 Preparação da merenda escolar. Organização de trabalhos do Curso.

### **5ª feira**

7 – 8 distribuição do material

Receita a ser apresentada – Pudim de Carne

8 \_ 10 aula prática

10 \_ 11 Principais elementos da Nutrição

Recolhimento do material e arranjo da sala

Tarde

1 \_ 3 Preparação da merenda escolar. Organização de trabalhos do Curso.

### **6ª feira**

7 – 8 distribuição do material

Receita a ser apresentada – Pão Recheado com Carne

8 \_ 10 aula prática

10 \_ 11 Hidratos de Carbono \_ (Fontes e Funções)

Recolhimento do material e arranjo da sala

Tarde

1 \_ 3 Preparação da merenda escolar. Organização de trabalhos do Curso.

Reunião de professoras e avaliação dos trabalhos apresentados durante a semana.

Quadro 2: Plano de Trabalho da professora Liana Barbosa da Mata a ser cumprido no Curso de Economia Rural doméstica do CAVN

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, 1968.

O Plano de Trabalho elaborado pela Orientadora Educacional, seguia pressupostos estabelecidos pelo livro denominado Curso de Economia Doméstica (1953), o qual estabelecia também instrução para a Disciplina Arte Culinária. A seguir uma cópia da capa do livro mencionado:

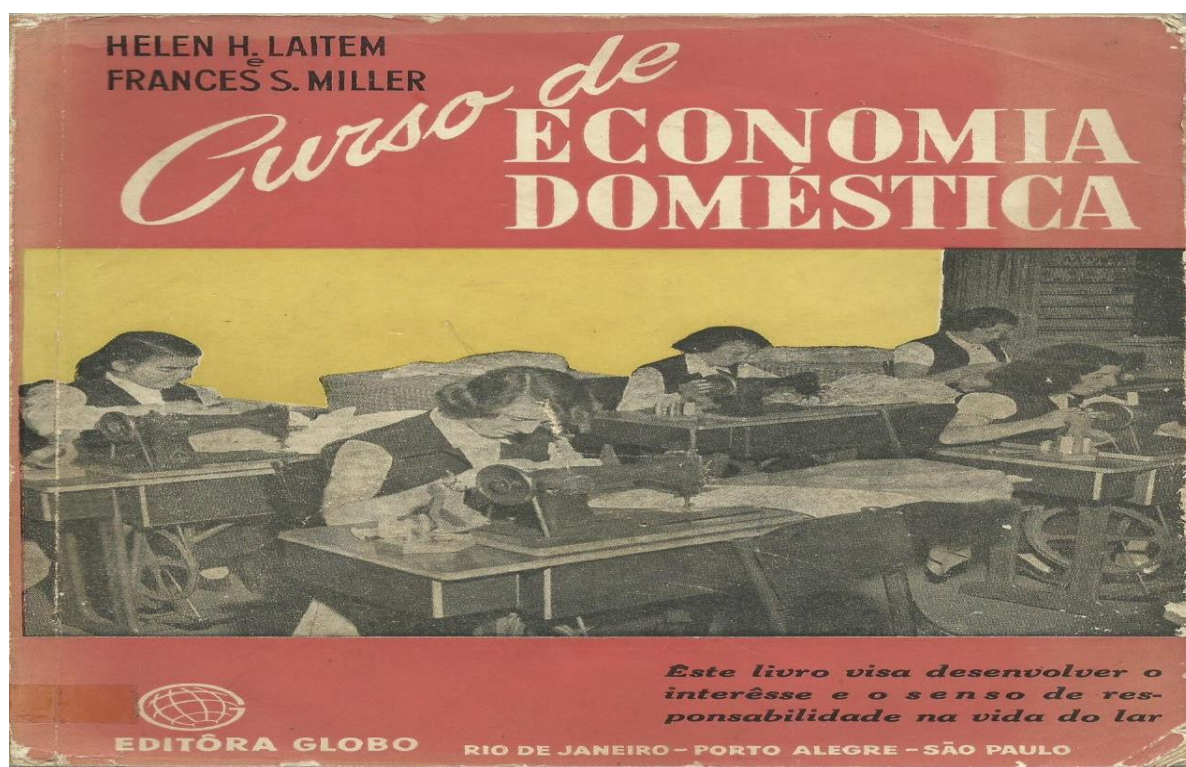


Figura 30: Capa do Livro utilizado no Curso de Economia Rural Doméstica, 1953

Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

As instruções contidas no livro para a técnica de culinária eram pautadas numa educação saudável, com hábitos e princípios de nutrição que fizessem com que as alunas valorizassem e compreendessem a importância dos alimentos. Dessa forma, era imprescindível saber preparar uma boa alimentação.

Por isso o livro além de ensinar esse preparo, apresentava receitas culinárias das mais simples as mais sofisticadas para as alunas principiantes na arte de cozinhar, trazia orientações quanto à maneira correta de se alimentar, a qualidade desses alimentos, entre outros.

Além disso, as diversas imagens contidas no livro reforçavam o papel da mulher dentro do lar, como o principal e mais importante de todos os trabalhos, como a imagem que se segue, por exemplo, que retrata a mulher em uma cozinha, atenta a um livro de receitas culinárias, e ainda traz consigo uma legenda ideologizando a cozinha como um dos passatempos favoritos da mulher.

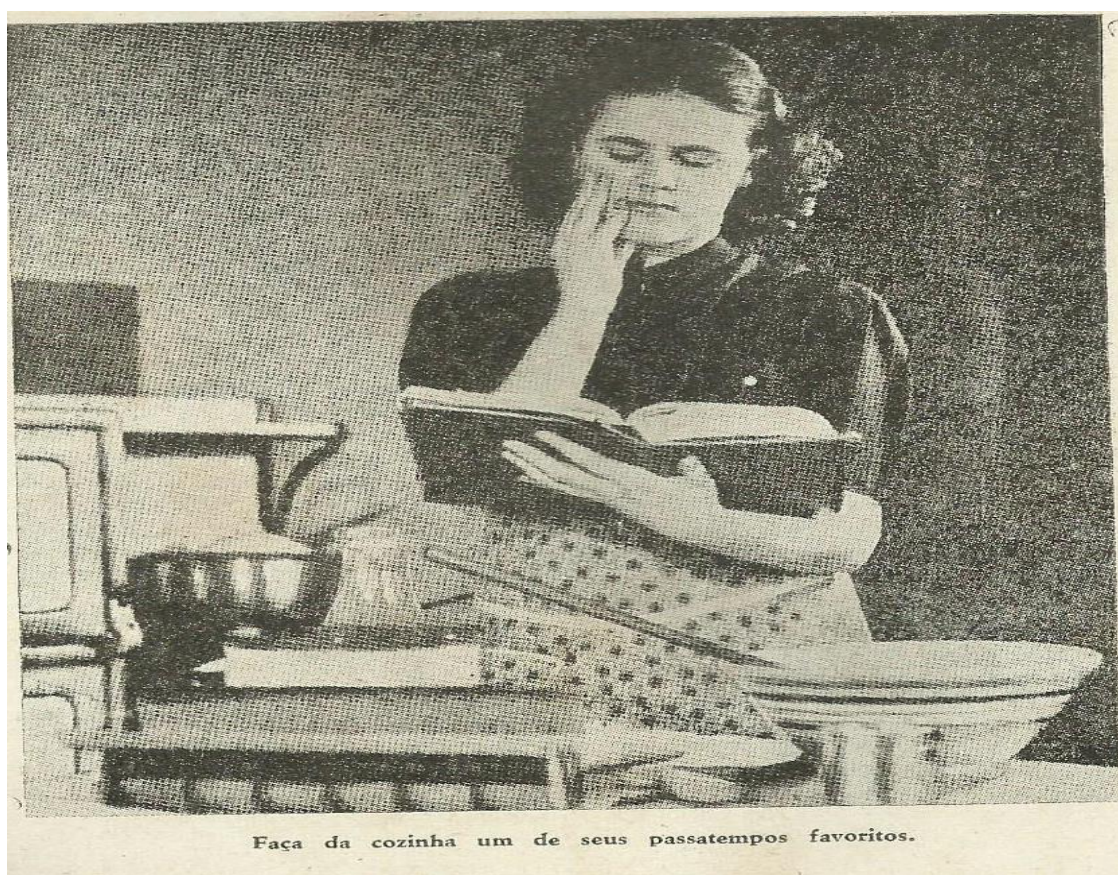


Figura 31: Foto mostrando a cozinha como um lugar agradável de lazer.

Fonte: Livro de Economia Doméstica, 1953.

O capítulo do livro destinado a tratar da temática alimentação, abordava também assuntos como: quais os nutrientes que compõe os alimentos, porque esses nutrientes são importantes para a saúde do corpo, como organizar essas refeições, a necessidade de preparar um prato que todos os membros da família se satisfizessem, o custo dessa alimentação deveria ser de acordo com a renda de cada grupo familiar, entre outros.

Fazendo uma argumentação da importância e valorização dos alimentos, os autores enfatizavam posteriormente a necessidade de adquirir a técnica culinária, fazendo da cozinha um verdadeiro “laboratório”. A imagem a seguir, foi retirada do livro Curso de Economia Doméstica, e retrata a imagem de uma cozinha moderna, toda estruturada, com duas mulheres completamente arrumadas, sorridentes, e fazendo daquele lugar um “laboratório científico” na arte de cozinhar.

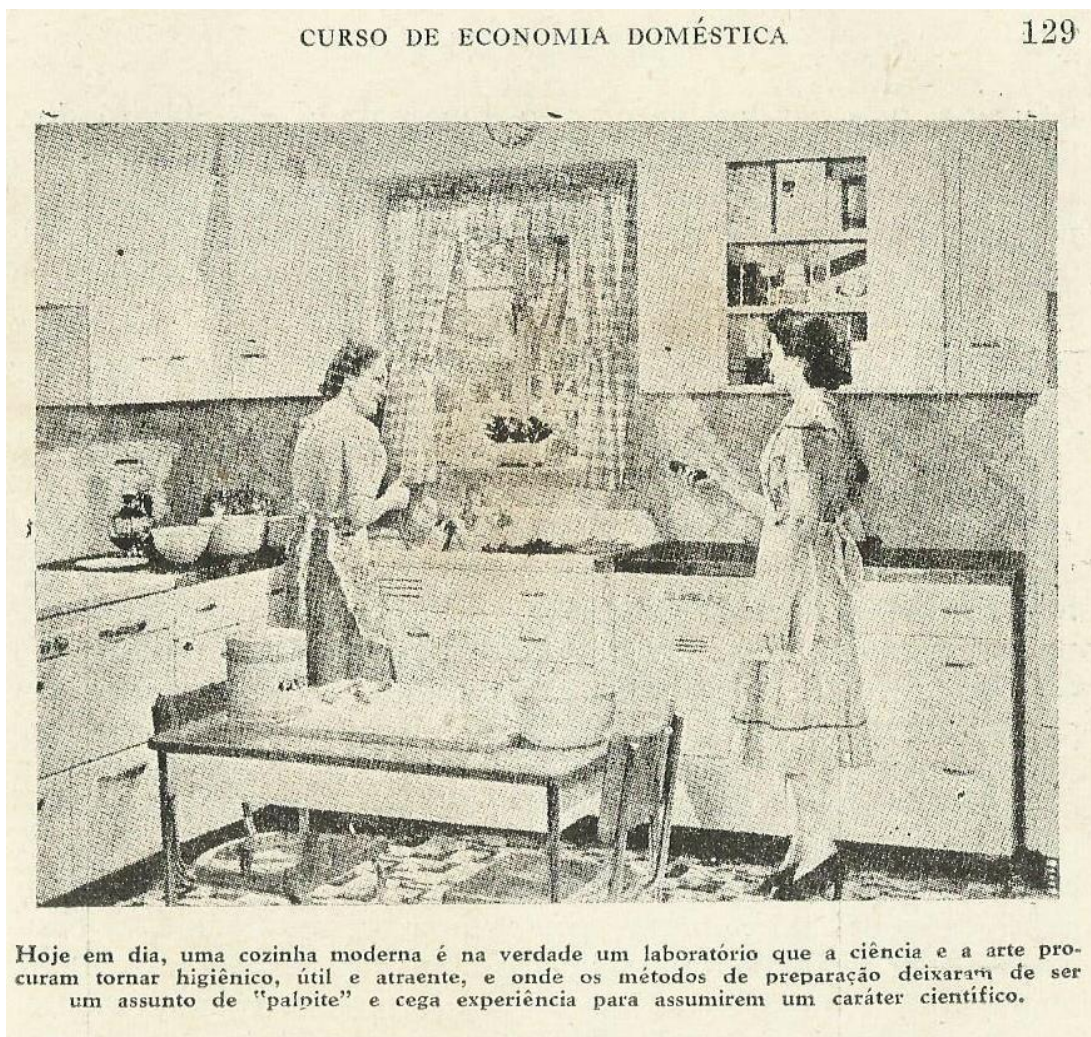


Figura 32: Foto mostrando a cozinha como um laboratório de preparação para assumir a vida no lar.

Fonte: Livro de Economia Doméstica, 1953.

As imagens do livro em nada se assemelhavam as moças que estudam no Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, elas não tinham condições financeiras para seguir a risca o que o livro requisitava, uma cozinha nesse padrão só era realidade de uma família de classe rica.

O livro o qual Clementina preparava os planos de trabalho da Disciplina Arte Culinária tinha uma organização quanto à técnica de cozinhar. Dividido em temas, o décimo segundo tema na oitava lição trazia consigo toda a técnica culinária.

Iniciando pelo ensino dos aparelhos necessários para desenvolver tal técnica, elaborava um discurso para conscientização da higiene e limpeza dentro de uma cozinha, além de utensílios necessários antes de iniciar qualquer preparo de alimento, e a organização destes. Assim, para ministrar aulas de Arte Culinária eram necessários os seguintes pressupostos:

Quanto à aparelhagem:

Sempre que se discutem regimes alimentares, são levados em consideração os utensílios usados no preparo dos alimentos e a maneira pela qual esses (sic) alimentos são preparados [...] Antes de pensarmos em preparar os alimentos para as nossas três refeições diárias, há certas coisas que devemos considerar com referência à aparelhagem de uma cozinha e ao uso dos diferentes utensílios (LAITEM E MILLER, 1953, p. 128).

Quanto à limpeza:

Visto que a comida pode ser um meio de transmissão de bactérias e como os alimentos sujos são extremamente prejudiciais à saúde, todas as pessoas e todos os objetos, que entram em contato com os alimentos, precisam estar escrupulosamente limpos [...] As suas roupas devem ser protegidas por um avental [...] Os seus cabelos devem ser protegidos por um gorro, uma rêde ou fita. As mãos e unhas precisam ser cuidadosamente lavadas, escovadas até, caso seja preciso, antes de começar a trabalhar (LAITEM E MILLER, 1953, p. 128-129).

Quanto aos utensílios:

Antes de começar a cozinhar, será necessário conhecer os nomes dos diversos utensílios da bateria, o uso a que se destinam, e o lugar onde são guardados [...] quando conhecemos exatamente o lugar dos objetos de que precisamos, poupamos tempo e trabalho (LAITEM E MILLER, 1953, p. 129-130).

Quanto aos mantimentos:

Antes de começarmos a preparar os alimentos, devemos saber onde se acham os víveres. Os alimentos fáceis de se decomporem são geralmente guardados no refrigerador ou em algum lugar fresco. Os produtos que não são afetados pelo calor são geralmente conservados em guarda-comidas (LAITEM E MILLER, 1953, p. 130).

Quanto às receitas:

Para cozinhar bem e com rapidez, há um plano inteligente que consiste em estudar primeiro a receita a ser executada, procurando visualizar o mais nitidamente possível todo o seu processo. Depois, alinhe todos os utensílios de que irá precisar, reúna todos os ingredientes necessários e siga as instruções, quanto à maneira de misturá-los (LAITEM E MILLER, 1953, p. 130-131).

A Orientadora do Curso de Economia Rural Doméstica se baseava nas instruções do livro para preparar os Planos de Trabalhos das educadoras. Mas será que esse plano era cumprido por elas? Havia uma relação entre o que estava escrito com a prática das suas aulas? As imagens que se seguem são fragmentos de cópias do Diário de Classe da Disciplina Arte Culinária, ministrada por Liana Barbosa da Mata, durante o ano letivo de 1964. É importante deixar claro que o único diário de classe da disciplina Arte Culinária encontrado nos arquivos do CAVN foi este, e em péssimas condições. Mas dá para compreender, a partir dele, como a educadora registrava suas aulas, e como era cumprida a rotina da Disciplina Arte Culinária no Curso de Economia Doméstica.

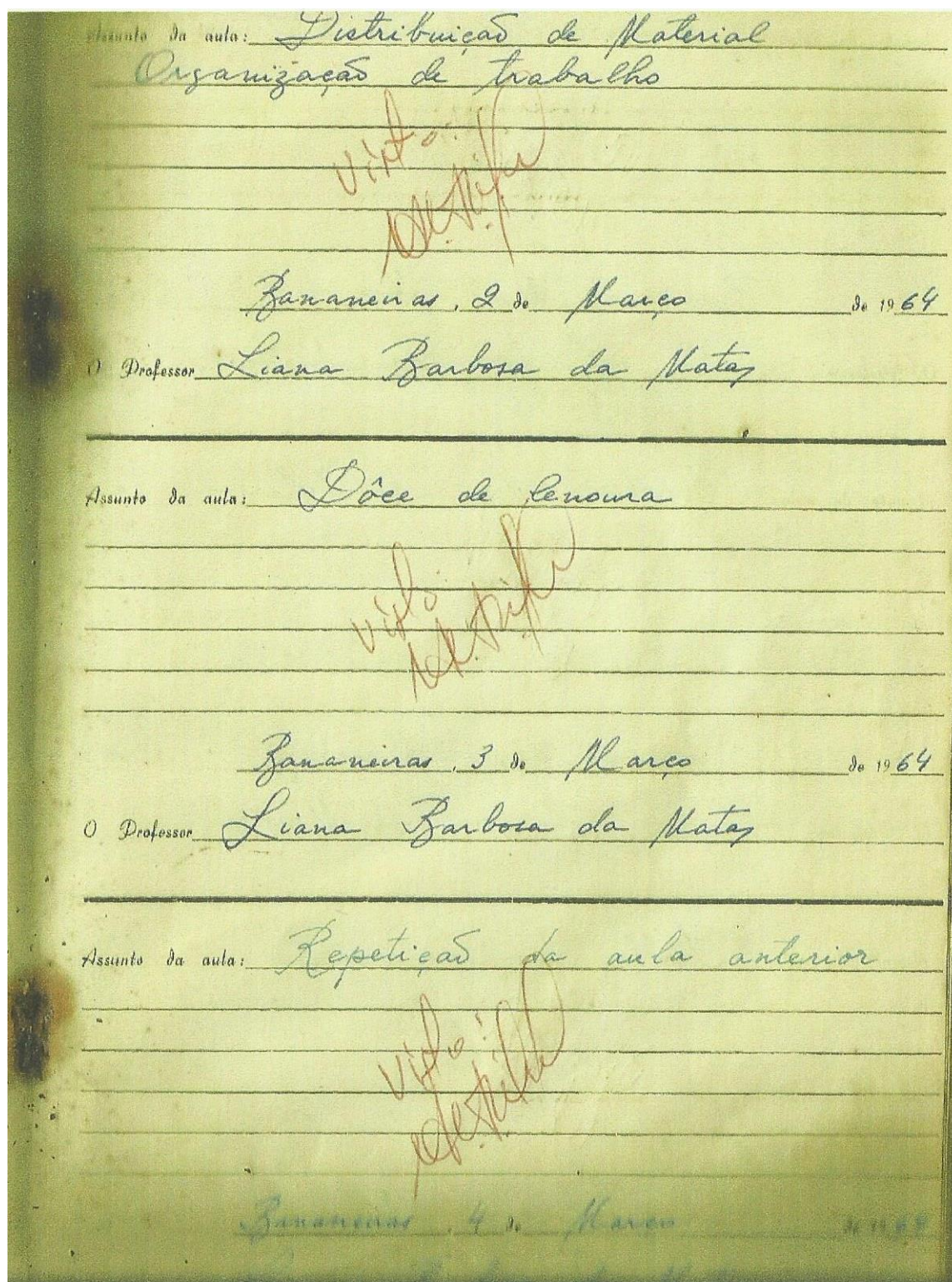


Figura 33: Registros do Diário de Classe da educadora Liana Barbosa da Mata, 1964.  
Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros



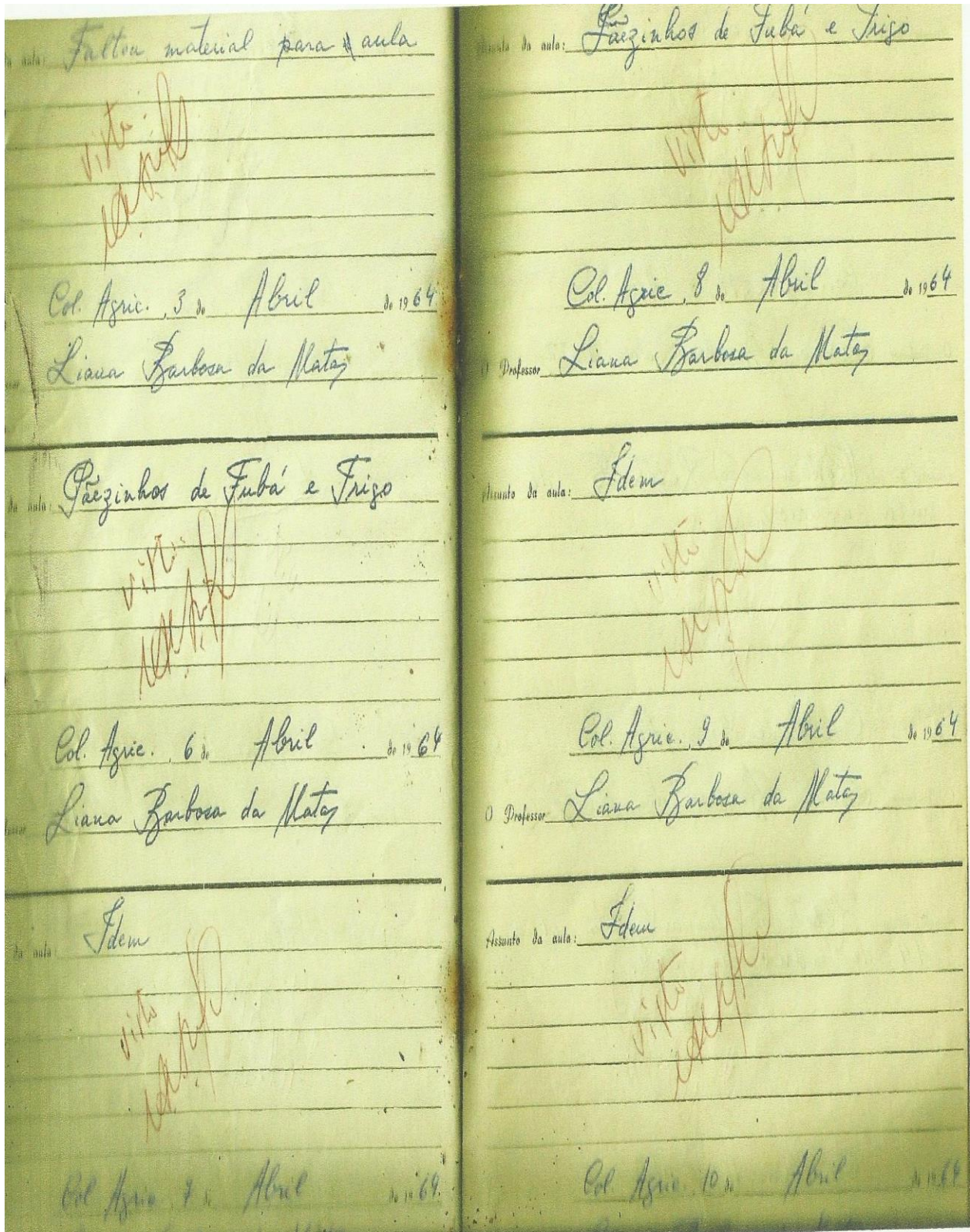


Figura 34: Registros do Diário de Classe da educadora Liana Barbosa da Mata  
 Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

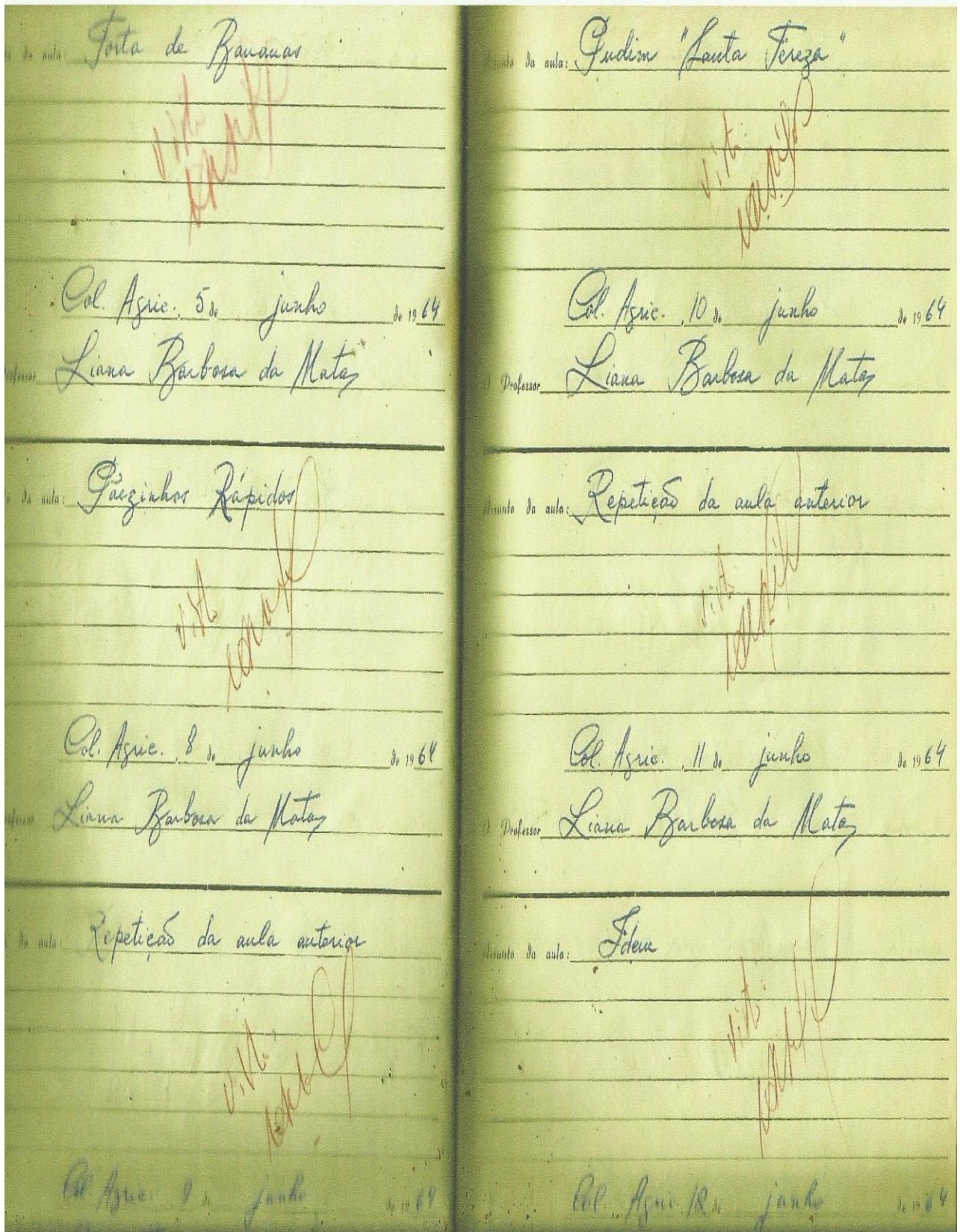


Figura 35: Registros do Diário de Classe da educadora Liana Barbosa da Mata  
 Fonte: Acervo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

As receitas registradas no diário de classe eram as mais simples possível: macarronada, bolo de cenoura, bolo de fubá, empadinhas, bifés enrolados, pudim de leite, entre outras. O diário está registrado do início do mês de março ao final do mês de novembro, a princípio encontra-se com o que está previsto no Plano, quanto à distribuição do material, organização do trabalho, preparação e execução das receitas culinárias. Mas quanto aos outros aspectos do Plano de Trabalho há uma discordância, não estão postos no registro do diário.

Outro fator que chamou atenção, é a respeito do conteúdo, por vezes dado continuidade no dia posterior, fato comum nas aulas registradas pela educadora Liana. O que me fez indagar não só pelos fragmentos aqui ora apresentados, mas pelo registro do diário na íntegra, o qual eu tive acesso, se essas aulas repetidas, a exemplo da aula que tem como conteúdo “doce de cenoura e pãezinhos de trigo” (o primeiro executado em dois dias, o segundo em cinco dias), não eram registradas apenas por formalidade?

Dessa forma, as orientações contidas no Plano de Trabalho, para que fossem discutidas as propostas do livro de Economia Doméstica, não aparecem nos registros, o que me leva a cogitar o não cumprimento de parte do referido Plano. Outro fator que observei, foi a não realização de aulas por falta de material para execução das receitas. Por vezes faltavam gás e produtos alimentícios, o que impossibilitava a realização das aulas. Havia também a alegação de doenças como um dos motivos para não haver aulas, o que me fez refletir a falta de saúde de Liana desde tempos remotos. Esses fatores podiam ser uns dos motivos que explicam todas aquelas repetições de aulas.

Dessa forma, observei que Liana pouco seguia os pressupostos do livro, tal qual estava exposto nele. Mas tentava nas rotinas de suas aulas discutir a organização do material, o lugar onde ficavam guardados os mantimentos, a arrumação da cozinha ao término das aulas, e as receitas eram estudadas antes de serem preparadas.

Mas uma vez enfatizo aqui, que a educadora não fez o magistério, por esse motivo não tinha uma formação docente de como proceder metodologicamente em uma sala de aula, justificando assim, sua falta de planejamento sistematizado.

A entrevistada não só ministrou aulas na Disciplina Arte Culinária, mas também na Disciplina de Técnicas em Couro, na qual ensinava como produzir

bolsas, cintos e, ainda relata que foi a disciplina que mais se identificou para ministrar, como podemos confirmar no depoimento a seguir:

Eu gostei mais de dar aula no Curso de Couro, porque eu me dei bem com a técnica, eu gostei de fazer bolsas, cintos. Eu vendia tudo ao pessoal de fora mesmo, que ia lá e compravam, aí o dinheiro eu fazia assim: 50% eu fazia compras de mais material e os outros 50% pagava as alunas que me ajudassem (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

Essa afirmação até então não me havia sido revelada, a educadora me surpreendeu ao dizer que gostava mais de ministrar aulas na Disciplina Técnicas em Couro, do que na Disciplina Arte Culinária.

Outro fator que me chamou atenção, ao evocar a memória da educadora em documentos pessoais da entrevistada, foram outras funções exercidas por ela. Assim como Inês Matias, a educadora também foi professora de Ensino Pré-Primário e Primário, Agente Social e professora de Ensino de 1º e 2º Graus.

Porém, constatei através da fala da educadora e documentos jurídicos, que as funções nunca foram exercidas, mas que também, foi uma forma de enquadramento funcional, para uma melhor condição de aposentadoria, vindo Liana a aposentar-se como Professora de Ensino de 1º e 2º Graus (Anexo C). A seguir uma cópia do documento que comprova o enquadramento da educadora em outras funções:

Seção de Classificação de Cargos

CADASTRO DE PROVIMENTO

NOME DO SERVIDOR LIANA BARBOSA DA MATA LOTAÇÃO C.A.V. Negreiros

CARGO ATUAL: Agente Social nv. 10-A FORMA DE ADMISSÃO: Enquadramento

DATA E ATO: Decreto de 16/12/69 EXERCÍCIO 30/12/69

ESTÁVEL? sim POR QUAL LEI? 4.069/62

CARGOS ANTERIORES: (Histórico) Admissão: Em 1/3/62, como Auxiliar de Ensino. En-  
quadrada em caráter provisório como Professor de Ensino Pré-Primário e Primário  
nível 11, a partir de 15/6/62 e definitivamente pela mesma Lei 4.069/62, como /  
Agente Social nv. 10-A, publicação no D.O. de 30/12/69

ATO DE ENQUADRAMENTO: Decreto 65.878 de 16/12/69 PUBLICAÇÃO D.O. de 30/12/69

POR QUAL LEI? 4.069/62

ATO DE READAPTAÇÃO - PUBLICAÇÃO -

OBS. -

Figura 36: Cópia do documento que enquadra Liana Barbosa da Mata em outra função para fins de aposentadoria, 1969

Fonte: Arquivo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Se para aposentar-se, a educadora teve que ser enquadrada em outra função, então nesse caso, não havia de fato a função de professora da disciplina Arte Culinária, nem da disciplina Técnicas em Couro, ao menos oficialmente.

No entanto, Liana exerceu sim outra função além de professora de Arte Culinária. Ocupou o lugar da Orientadora Educacional Clementina Augusta durante um ano. Ao que parece, sempre que a Orientadora Clementina precisava ausentar-se para treinamentos ou outros motivos superiores, algumas das educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica a substituíam, como foi o caso da educadora Inês, mencionado antes, e agora da educadora Liana. Elas não se empolgavam muito com a ideia dessa substituição, já que o conceito que tinham de Direção era algo autoritário e de mandonismo.

O curso foi perdendo seu espaço decorrente de vários fatores. A Disciplina Arte Culinária, por exemplo, foi sendo extinta aos poucos por falta de material para as aulas práticas. Nesse sentido:

Depois o negocio foi ficando difícil, passando por dificuldades, a gente já não tinha mais material pra dar aula, ai foi mudando as técnicas, colocava outras, Arte Culinária não deu mais pra continuar. Teve uma época mesmo que eu pra poder dar aula fazia bolo, pastéis, fazia qualquer coisa pra vender as próprias alunas, pra comprar material e dar aula. Isso quando ficou difícil, quando não vinha mais verba pra isso, por que no começo tinha de tudo (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

Com a falta de verbas, a aposentadoria da maioria das educadoras, e principalmente a falta de interesse da instituição em dar continuidade ao Curso, ele foi sendo extinto aos poucos. O que restou foram umas alunas que trabalharam na Técnica de Couro com Liana e que deram certa continuidade ao Curso, mas não dentro da instituição, e sim em um anexo cedido pela Prefeitura de Bananeiras na cidade. Deste modo:

Ficaram umas alunas que trabalhou comigo na Técnica de Couro, ai ficaram ensinando, mas era uma coisa bem diferente do tempo da gente não sabe, as outras que ficaram substituindo a gente terminaram aqui num prédio da prefeitura (LIANA BARBOSA DA MATA, 10/04/2013).

Hoje, a única educadora que resta é a Rejane Lopes, desviada da função de professora do Curso de Economia Rural Doméstica. Ela fica em uma sala cedida pelo CAVN, onde faz trabalhos manuais para o seu próprio comércio, esperando apenas o dia em que conclui os seus anos de trabalho, para dar entrada na sua aposentadoria. E, o prédio onde funcionava o Curso de Economia Rural Doméstica (Anexo D), atualmente é o local onde residem os professores do CAVN, vindos de outras regiões.

Portanto, Liana deu entrada na aposentadoria em 1981, com deferimento em 1983, conforme consta em anexo (Anexo C). Após isso, não exerceu mais

nenhuma função trabalhista, ficando reservada em sua residência. Ela, assim como Inês, é conhecida apenas pelas gerações que a acompanharam, as pessoas mais jovens da cidade não a conhecem e muito menos sabem a importância que ela teve na educação local daquele município.

O texto que se segue, descreve fragmentos da vida da educadora Maria do Livramento Cirne Ramalho, professora da Disciplina Corte e Costura.

### **3.3 Entre linhas e agulhas: memória e história da educadora Maria Cirne do Livramento Ramalho**

Não pretendo aqui construir um texto sobre a vida da educadora Maria do Livramento Cirne Ramalho, tal qual o fiz acima com as educadoras: Inês Matias de Carvalho e Liana Barbosa da Mata. A educadora aqui apresentada, por motivos de doença, não pode contribuir de maneira aprofundada para a presente pesquisa, principalmente no recorte temporal requisitado, que foi a época em que trabalhou como educadora do Curso de Economia Doméstica no CAVN. Outro fator importante também, para o não registro detalhado de suas práticas docentes, foi à ausência de documentos oficiais suficientes, tanto nos arquivos do Colégio Agrícola, quanto nos arquivos da própria educadora.

Porém, pelo esforço que a mesma sempre fez em dar seus depoimentos quando saía à entrevista-la, e por respeito a ela que me acolheu tão bem em sua casa, descrevo em algumas linhas fragmentos da vida de Maria do Livramento Cirne Ramalho. E, a partir de alguns documentos oficiais encontrados (embora sejam poucos), tentarei registrar a sua contribuição como Educadora do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN. Dessa forma:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa

de um velho é sempre uma experiência profunda [...] (BOSI, 1994, p. 82).

Nesse sentido, passo a registrar a memória de Maria Cirne do Livramento Ramalho, nascida no dia 23 de outubro de 1924, no Sítio Baixa do Mel, localizado na cidade de Bananeiras. Filha de José da Rocha Cirne e Maria Petronila Coutinho Cirne, Livramento cresceu em uma família detentora de posses. A esse respeito, relata que: “[...] Era propriedade do meu pai, aí nasceu todo mundo lá, o parto era feito por parteira, mamãe era muito ligeira para descansar” (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 09/11/2012). Abaixo apresento uma fotografia atual da educadora:



Figura 37: Foto atual de educadora Maria do Livramento Cirne Ramalho.  
Fonte: Acervo particular da pesquisadora.



Seu pai era proprietário de terras com criação de gados e plantações de subsistência. Sua mãe era costureira. A família era composta de nove filhos, quatro homens e cinco mulheres. Eles moravam em uma casa muito grande, com aproximadamente cinco quartos, alpendre muito grande, seu pai tinha muitos trabalhadores, e sua mãe tinha a ajuda de uma empregada nos afazeres domésticos. Nesse contexto, me recordo das palavras de Bosi, quando afirma que “Há sempre uma casa privilegiada que podemos descrever bem, em geral a casa da infância, [...], alguns detalhes chamam a atenção [...]” (1994, p. 436).

Pelo depoimento da educadora, percebe-se que seus pais viviam em boas condições financeiras. Sua mãe, foi sua primeira professora na arte dos trabalhos manuais. Assim:

Meu pai era agricultor, mas não fazia nada, era só dando ordens sabe, ele adorava uma redezinha (olhar saudosos). A minha mãe costurava muito, ela costurava para pessoas aqui da cidade. Eu era louca por trabalhos manuais. Naquela época tinha uma máquina que fechava todinha, e, tinha uma tampa em cima que fechava sabe. Ela pegava a máquina que vinha com a outra parte que cobria, aí a parte que ficava aberta, eu ficava embaixo dela, e, ficava apanhando todos os retalhos e dizendo: mamãe a senhora num quer não? Porque era pra eu fazer vestidinho pra minha boneca. Eu prestava muita atenção olhando ela costurar. Eu aprendi a costurar com mamãe (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 09/11/2012).

Sendo sua mãe costureira, essa influência mais tarde contribuiria para que Livramento Ramalho se tornasse costureira também, e posteriormente professora de trabalhos manuais na prática de corte e costura.

A infância da educadora não foi vivida com a convivência de outras crianças, o máximo que lhe era permitido era brincar com as filhas da vizinha mais próxima, e só aos domingos. As brincadeiras eram semelhantes as das educadoras Inês e Liana, brincava de bonecas e de cozinhar, brincadeiras estas que simbolizavam o único caminho que a mulher deveria seguir: o de ser mãe e dona de casa. Assim, na sua infância:

Os pais tinham muito cuidado, ai quase não deixava a gente ir brincar em casa de coleguinha. A gente lá em casa não teve praticamente uma infância, porque a gente só brincava no domingo. Brincava os filhos de mamãe e os filhos de um vizinho, era assim: homem brincava com homem e mulher brincava com mulher, era muito cuidado. Naquele tempo eu ia pra freira e comprava aquela bonequinha de pano, fazia festinha pra boneca. A gente cozinhava feijão em panelinha de barro. A gente brincava mesmo era de guisado, a gente mesmo fazia a comida (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 09/11/2012).

Na fala da educadora ficam claras as questões de gênero, comuns da época: “homem brinca com homem e mulher brinca com mulher”. Além disso, a diferença de classes sociais também é evidenciada, uma vez que Livramento tinha acesso a brinquedos que para a educadora Inês, por exemplo, era uma questão precária.

A família de Livramento era muito religiosa, como evidencia a educadora: “Minha família era muito religiosa, eram católicos, não perdia uma missa. Toda semana a gente ia à missa e dias santos também.” (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 09/11/2012). A religião católica é tão forte na vida da entrevistada, que em sua casa tem um local reservado apenas para orações, bastante aconchegante, e que ela construiu com a intenção de se sentir mais à vontade para fazer suas petições.

Livramento enfrenta problemas de saúde, e o esquecimento é um deles. Devido a isso, não consegue lembrar muita coisa do seu passado recente, como suas práticas docentes no CAVN. Dessa forma:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade (BOSI, 1994, p. 63).

Essa função de lembrar o que outrora aconteceu, fez a educadora trazer a tona como muita clareza, o seu passado anterior. Sua primeira professora, a escola onde estudou, e dia em que começou a namorar, com aquele que posteriormente

viria a ser seu esposo e pai de seus filhos. Acontecimentos que são narrados com muita clareza e saudades.

Assim, a educadora iniciou seu processo de alfabetização com uma professora particular, que ensinava em uma casa. Essa professora era vizinha dos pais de Livramento e se chamava Estela Pedrosa. Depois ela foi estudar no Colégio Sagrado Coração de Jesus. Ao contrário de Liana Barbosa, que entrou no colégio das “freiras” como bolsista, Livramento e suas irmãs estudaram por meios particulares, devido à boa condição financeira de seus pais. Ela lembra como era a rotina do colégio e relata:

Tinha o colégio das freiras, a gente estudava no colégio, era tudo separado, homem lá não entrava não. A gente no colégio das freiras e os homens no colégio agrícola. A gente tinha aula o dia todo. Passava o dia todo no colégio, sete horas a gente já estava na fila. Só tinha meia hora de brincadeira de manhã pra arejar a mente. Eu adorava a escola, era muito rígido, mas eu adorava o colégio. Tinha uma freira muito boa, uma criatura maravilhosa, a gente obedecia cegamente a ela, e, elas eram boas demais (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 20/02/2013).

Percebe-se pelas palavras da entrevistada o quanto ela tinha respeito pelas freiras, isso se deve pela formação religiosa que recebera de seus pais, que atribuíam aos religiosos aqui da terra características de anjos e santos sem pecado, o próprio nome da educadora é em homenagem a Padroeira da cidade de Bananeiras. Livramento se recorda da estrutura do colégio, do fardamento, da segregação entre meninos e meninas, da professora que mais admirava e dos castigos que eram aplicados para quem desobedecessem as ordens da instituição. Nesse sentido:

O piso era todo de madeira. A farda era saia, meia, tudo composto, ela queria que a gente respeitasse a farda que vestia, era um pouco severo, mas eu gostava muito de estudar lá. Menina brincava com menina. As professoras eram ótimas, tinha a Sor Guedes, eu admirava muito, ela parecia uma santa. Todo mundo tinha que ficar comportado se não ia de castigo, ficava sentado em uma sala sozinha, não podia se levantar não. Eu era mais ou menos

comportada, porque eu tinha muito medo de mamãe. Mas eu tinha uma colega que era impossível. Às vezes a gente não queria estudar, só queria brincar, e, ela dizia: meninas não façam isso não pra não estragar o dinheiro de papai. E a gente caía na risada (risos) (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 20/02/2013).

Durante esse momento da entrevista, em que ela tentava se recordar da sua época de infância escolar, por diversas vezes a educadora silenciava, e buscava naquele silêncio lembrar-se do seu passado, ficando angustiada quando as lembranças não vinham à tona em sua mente. Presenciei esse momento várias vezes, e embora interrompesse a entrevista e conversasse informalmente com ela tentando ajudá-la a lembrar dos fatos, não conseguia. Por este motivo sua infância em nosso trabalho ficou com poucas recordações, mas com uma grande importância para deixar registrada a vida dessa mulher bananeirense.

Das educadoras entrevistadas, Livramento foi à única que vivenciou o matrimônio. Ela casou-se e teve quatro filhos, dos quais um é adotivo. A entrevistada casou-se com Luiz Leite Ramalho, ambos já se conheciam, pois a irmã dele era casada com o irmão de Livramento. Um casamento que a princípio foi rejeitado pela mãe da educadora, pois segundo ela relatou, seu futuro esposo já havia noivado nove vezes, e quando estava prestes a casar-se terminava o compromisso. Mesmo assim, eles começaram a namorar e logo se casaram, como podemos comprovar no seu depoimento:

[...] A gente casou rápido, foi na festa de Reis daqui de Bananeiras. Ele foi conversar com meu pai, eu corri lá pra o quintal. Eu morria de vergonha de papai. Mamãe não queria meu casamento [...] Mas comigo ele se apressou pra se casar. Eu casei e em seguida engravidei. Ele quis casar logo comigo (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 20/02/2013).

Casados, eles passaram a morar em um sítio, propriedade herdada do pai de Luiz, no qual já morava um irmão dele também. Seu esposo era agricultor, e vivia dos plantios que fazia em seu sítio, os quais eram comercializados ali mesmo em sua propriedade. Mesmo assim, a educadora relata que não viveu com dificuldades depois que casou, porque sua mãe a ajudava muito e seu avô deixara propriedades

tanto na cidade quanto no sítio para sua mãe, um homem de muitas posses na cidade de Bananeiras, considerado um dos mais ricos da época. Dessa forma:

Meu marido vivia da agricultura. Luiz vendia tudo lá no sítio, milho, macaxeira, ele vendia tudo por lá. A gente não viveu com dificuldades porque mamãe ajudava muito. Meu avô só tinha mamãe, então ele deu propriedades a ela na cidade e no sítio. O pai de mamãe era um dos homens mais ricos da cidade, ela era filha única (mulher), e tinha dois irmãos. Um estudou e se formou no Colégio Agrícola, e, o outro não quis saber de estudo, deixou a casa e nunca mais deu notícias, a mãe só faltou endoidecer, mas nunca mais tiveram notícias. Nós tínhamos gados, muitos gados. O leite era vendido, todo dia vendia 100 litros de leite. Meu pai tinha muito gado, vivia muito bem (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 20/02/2013).

Livramento ainda morou dois anos no sítio depois de casada, em seguida vieram morar na cidade pela facilidade de estarem mais próximos de hospitais, farmácias, colégios e de tudo que a vida urbana proporcionava. Assim:

Com dois anos de casada eu vim morar aqui na cidade, ele comprou uma casa e todo dia ia pra o sítio, eu às vezes acompanhava ele, mas depois eu deixei. Eu tinha empregada. A minha casa era grande, bem dividida, vários quartos, porque quando chegasse uma pessoa pra se alojar tinha quarto (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 20/02/2013).

Nos depoimentos cedidos pela educadora, observa-se que ela não tinha necessidade de trabalhar, por possuir condições financeiras que assegurava seu padrão de vida. Porém, como ela mesma relata, gostava muito de costurar, e se na cidade havia um Curso destinado a formar profissionais do gênero feminino nas artes manuais, por que não ser uma das professoras desse Curso? E foi justamente o que ocorreu.

A entrevistada não cursou também o magistério, seus estudos acadêmicos se encerram com o Ensino primário, pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, e como ela era casada e tinha filhos, não quis ir estudar fora da cidade. Desde a mais tenra idade já era envolvida pela arte da Costura de tecidos, como vimos acima em seus depoimentos, pois teve uma mãe costureira que a privilegiou com a aprendizagem de corte e costura dentro de sua própria casa. Assim:

Eu comecei a trabalhar cedo, eu via como mamãe cortava os tecidos e fui aprendendo. O que ela fazia eu ia fazendo também. Depois eu pedi pra uma costureira me ensinar, aí eu aprendi mesmo. E fiquei costurando até hoje, eu adoro costurar. Até hoje eu ainda costuro. Toda vida fui louca pra costurar, até que mamãe deixou. Eu dizia: eu quero costurar, eu quero costurar, e mamãe dizia que não era tempo. E eu dizia: eu já sei costurar. Ai eu pedi pra mamãe pra ir pra o Curso de Economia Doméstica pra aprender a costurar, aí mamãe deixou. Lembro também de uma vizinha nossa que em troca de um litro de leite me ensinou a costurar, ai depois que eu fui para o Curso (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 05/03/2013).

A educadora relatou que em todos os lugares que tinha aula de trabalhos manuais, e que fosse próximo da cidade, ela ia se matricular. E antes de ministrar aulas no Curso de Economia Rural Doméstica, Livramento também foi uma das alunas que frequentou o Curso. Mas como ela conseguiu adentrar as portas do CAVN como educadora do Curso de Economia Rural Doméstica? Como ocorreu com Liana e Inês, Livramento também entrou para lecionar no Curso por indicação, não fazendo meio de qualquer Processo Seletivo ou Concurso Público. Dessa forma:

Fui trabalhar lá através do meu cunhado. Na época ele era Diretor do Colégio Agrícola. Ai minha irmã disse: Livramento agora é a ocasião de você trabalhar lá. Ai meu cunhado Inácio Batista Dantas me colocou lá, precisava de uma professora, aí ele disse que tinha uma cunhada que era muito habilidosa, aí me contrataram. Depois eu fui contratada definitivamente, porque a produção aumentou muito (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 05/03/2013).

Quando Livramento entrou para o Curso de Economia Rural Doméstica, Inês e Liana já trabalhavam lá. A educadora tinha sua disciplina específica de Corte e Costura, mas também atuava como uma espécie de professora substituta, a qual, sempre que precisava, substituía uma colega de trabalho, assumindo as turmas de outras disciplinas. Por isso, em documentos encontrados no CAVN, vimos que ao descrever a função a qual ela assumia, várias atribuições eram apontadas, como: confecciona aventais, cortinas, capas de móveis, roupas de cama e mesa, gorros sem pala, insígnias e distintivos; confecciona sacolas, bolsas e outros artefatos de



Esse documento, mais uma vez comprova que, Livramento Cirne, Liana Barbosa e Inês Matias, não tinham uma portaria fixa de professora de trabalhos manuais. Eram muitas atribuições dadas a cada período as educadoras, isso evidencia porque posteriormente tiveram dificuldades para especificar o cargo de aposentadoria.

Dessa forma, a entrevistada relata que:

Eu assumia as turmas das meninas também, mas continuava com a minha. Eu assumia a professora quando ela estava de férias, eu fazia bolsas de couros, macramê com linhas. Quando uma professora saía pra fazer compras eu assumia a turma dela. Eu ensinava tudo, tudo, como arrumar uma casa, elas gostavam. Inês bordava, Liana era na culinária, cada uma tinha uma profissão (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 05/03/2013).

Pelo documento antes apresentado, e a corroboração acima da fala da educadora, percebe-se que ela atuava como espécie de professora substituta. A respeito da relação que tinha com as colegas de trabalho, a todo o momento das entrevistas ela fazia questão de destacar o carinho que tinha por cada uma delas.

Indagada como era sua rotina de trabalho, ela revela que não trabalhava só no Colégio Agrícola, ela tinha outro vínculo empregatício pelo governo do Estado, também como professora de Corte e Costura; embora no documento encontrado sua profissão esteja como professora Primária (Anexo E). Nesse sentido, afirma à educadora: “Eu dava aula todos os dias, pela manhã e a tarde e a noite eu dava aula em frente a um prédio aqui perto da igreja, era pelo Estado, mas era de corte e costura” (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 10/04/2013). Dessa forma, percebe-se que não só havia práticas de trabalhos manuais no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, mas na cidade tinha outro Curso destinado para tais fins.

A curiosidade ficou no ar, ao saber que Livramento trabalhava os três turnos consecutivos. Que ela tinha empregada isso já havia sido revelado por ela, mas e o seu esposo? Como ele reagia a essas horas de trabalho da sua esposa, dedicadas a um “trabalho doméstico”, mas que não era o de sua própria casa? Livramento responde: “meu marido não gostava, mas eu ia, porque eu gostava muito de dar aula e porque as meninas queriam muito aprender também” (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 10/04/2013).



A respeito da sua rotina no Curso de Economia Rural Doméstica, ela recorda que tinha muitas alunas, e que ela ensinava como fazer o corte das roupas, das bolsas e de outros trabalhos manuais que precisasse fazer e depois ficava na sala verificando cada trabalho para ver se estavam sendo feitos corretamente. A educadora gostava muito de arrumar a Capela do Colégio Agrícola em dias de festa, sempre ia com algumas colegas de trabalho deixar tudo organizado para as solenidades.

Assim como Inês e Liana, Livramento também não tinha um conceito do que era planejar, embora ensinasse cada detalhe de como cortar o tecido e prepará-lo para costura. Mas sem uma intenção metodológica, como instruía o Livro do Curso de Economia Doméstica, e provavelmente o Plano de Trabalho da sua disciplina, elaborado pela Orientadora Clementina Coutinho, Plano este que infelizmente não tive acesso. E, embora Clementina Augusta em seus planos de Trabalho prescrevesse todos os conteúdos para serem colocadas em pauta nas aulas das educadoras, elas não o faziam como a Orientadora pretendia.

E, mais uma vez, destaco aqui, Clementina fez o Curso Normal, tinha o magistério, fazia Cursos no Exterior, foi preparada de alguma forma para ser professora, embora no Curso de Economia Rural Doméstica assumisse a função de Orientadora. Mas as educadoras da presente pesquisa não, elas só tinham o Ensino Primário e no máximo o Sexto Ano Ginásial. Isso, justifica a ausência de planejamento teórico, metodológico e sistematizado, nas aulas ministradas por elas.

Quando perguntei se ela lembrava das suas alunas, se eram moças ricas ou pobres que frequentavam o curso, como elas se vestiam, de onde vinham, se as meninas tinham contato com as meninos do Colégio Agrícola, fui surpreendida por suas respostas, que apesar de estar com problemas de esquecimento, começou a lembrar, mesmo que pausadamente, de cada detalhe.

A testa franzida ao falar, o sorriso estampado no rosto trazia lembranças de um passado que para ela foi muito bom de viver. Aquela educadora que estava ali na minha frente, sentia alegria ao ver que tinha alguém que se interessava por momentos que ela viveu. Cada entrevista era uma emoção diferente, e digo isto porque ela fazia um esforço tremendo para relembrar do seu passado.

Nesse sentido, assim como Liana e Inês, Livramento lembrava que:

As alunas iam muito de vestido, bem penteadas, arrumadinhas. As minhas alunas eram como se fossem pessoas da família. Minha sala era cheia de alunas, logo eu ensinava várias coisas, vinha gente de Solânea, daqui de Bananeiras. Era muito difícil aparecer uma aluna de classe rica, agora de classe pobre tinham muitas, elas aprendiam essas coisas para trabalhar. As alunas eram muito habilidosas. Na escola só tinha meninas, os meninos não podiam chegar perto porque Mocinha (Clementina Augusta) não deixava, não podiam chegar perto de jeito nenhum (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 10/04/2013).

E era em instantes como este que as memórias das educadoras se entrelaçavam, se tornavam coletivas, os depoimentos eram semelhantes, havia acontecimentos comuns nas palavras delas. Suas memórias individuais eram construídas a partir de lembranças do grupo, ocasionando assim: “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, p.55).

A educadora tinha muito apreço por suas alunas, sua intenção era ensiná-lhes corte e costura (ANEXO F) e outras artes manuais, para que elas tivessem uma profissão. Ela mesma afirma que muitas alunas procuravam o Curso com o propósito de se profissionalizar para obter algum tipo de renda. Dessa forma, Livramento relata:

Teve uma que foi morar no Rio de Janeiro, me ligou e disse: Livramento, olhe eu tenho vendido tanta coisa aqui, e eu só agradeço a senhora. Eu fiquei muito feliz quando essa que foi para o Rio de Janeiro estava vendendo muita coisa, aí eu coloquei na cabeça das meninas que elas não sabiam o dia de amanhã e podia ser que elas viajassem também, ou se mudassem, aí já tinham uma profissão (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, 10/04/2013).

A entrevistada recorda que os trabalhos feitos por ela, suas colegas de trabalho e as alunas, eram transportados para João Pessoa, e depois comercializados no Rio de Janeiro. Essa fala da educadora foi muito importante, pois um dos objetivos da pesquisa era saber se o Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN era reconhecido localmente, regionalmente e nacionalmente. Percebemos que, embora o Curso não fosse reconhecido nacionalmente, os trabalhos feitos por elas circulavam como mercadorias por outras cidades do País, e

sendo assim, de alguma maneira o “Curso” não ficava apenas nos arredores de Bananeiras.

Livramento Ramalho se capacitava em Cursos de Formação Continuada, frequentou o Curso de Tapeçaria na UFPB, o Curso de Artes Industriais em João Pessoa, e o Curso de Psicologia Aplicada as Relações Humanas na Fundação Padre Ibiapina na cidade de Arara. As cópias dos documentos a seguir descrevem os Cursos que ela frequentou:

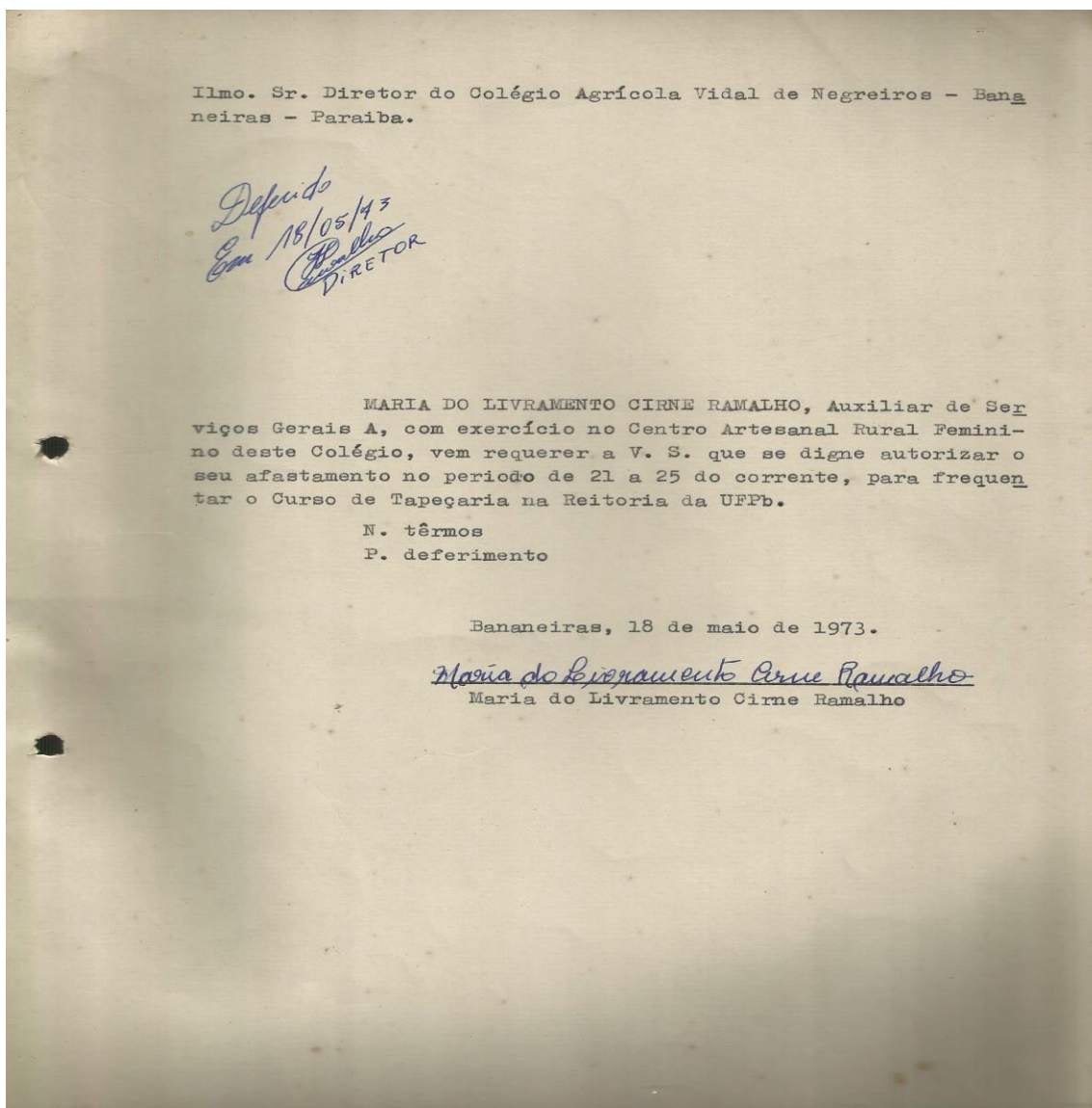


Figura 39: Cópia do pedido de afastamento para frequentar o Curso de Tapeçaria concedido à Maria do Livramento Cirne Ramalho, 1973

Fonte: Arquivo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

MARIA DO LIVRAMENTO CIRNE RAMALHO

José da Rocha Cirne  
 Maria Petronila Coutinho Cirne  
 1/3/1966 7 às 11  
 Auxiliar de Ensino CR\$ 82,00  
 23/10/1924 Bananeiras

Paraíba Casada  
 Praça Epitacio Pessoa, 74 - Bananeiras - Pb.  
 Luiz Leite Ramalho  
 4  
 3.770 - 14ª zona - Bananeiras - Pb.  
 120.752 - João Pessoa - Pb.

-  
 Matrícula na UFPb. 1.962-Pt CPF 025465234

irmã: Praça Epitacio Pessoa, 72 - Bananeiras - Pb.  
 irmã: Colégio Agrícola Vidal de Negreiros - Bananeiras - Pb.

Nenhum

Professora de Artes Industriais - Oficina de Artes Industriais  
 Bananeiras - Pb.

Curso de Artes Industriais - João Pessoa - Pb.  
 Curso de Psicologia Aplicada as Relações Humanas - Fundação Pe. Ibiapina

Bananeiras Club - Bananeiras - Pb.

x

Primário

Auxiliar de Ensino - C. Artesanal Pm. CR\$ 1.8,00

Figura 40: Cópia da ficha cadastral de Maria do Livramento Cirne Ramalho.  
 Fonte: Arquivo particular do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

Livramento não possuiu outra profissão além de professora de trabalhos manuais. Ela começou a trabalhar pelo governo do Estado em uma Escola denominada Palmeira (inexistente hoje), depois se afastou para abrir um comércio na cidade. E por fim, deu continuidade a sua profissão com trabalhos manuais no Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN, onde permaneceu até sua aposentadoria. A educadora para se aposentar, juntou os anos em que trabalhou no Colégio do governo do Estado, com os anos dedicados ao Colégio Agrícola Vidal de

Negreiros, comprovado em cópia de documento que está em anexo (Anexo E) deste trabalho. Livramento foi uma das educadoras que contribuiu com a educação da cidade de Bananeiras, e sua história de alguma forma foi registrada para que esta e outras gerações tomem conhecimento da importância dessa mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer o encerramento desse trabalho, o qual buscou analisar através das memórias e histórias, as práticas docentes de educadoras do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN em Bananeiras/PB (1960-1970), estou apenas “finalizando” o registro de um período muito importante da história da educação do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, período este que era oculto ao conhecimento das novas gerações de alunos e profissionais que ali se encontram.

Ao longo do texto, evidencio que só foi possível analisar as práticas docentes das educadoras, através da abordagem da Nova História Cultural, a qual me permitiu através da memória, evidenciada tanto na oralidade, quanto nos documentos escritos, registrar a história de vida das educadoras: Inês Matias de Carvalho, Liana Barbosa da Mata e Maria do Livramento Cirne Ramalho; dando ênfase ao período em que elas ministraram aulas no Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras.

Os objetivos que orientaram a pesquisa foram se elucidando no decorrer de cada entrevista e documentos acessados. Assim, fui conhecendo e aprendendo detalhes sobre o funcionamento do Curso, tais como: as educadoras não ingressaram no CAVN por meio de concurso público, mas por indicação dos diretores vigentes; o currículo não era cumprido tal qual estava lá; o curso de alguma forma tinha um reconhecimento em outros estados, quando estes recebiam os produtos advindos do Curso de Economia Rural Doméstica para comercialização; as educadoras não tinham conceitos do ato de planejar, o que era justificável, uma vez que, as mesmas não cursaram o magistério, eram professoras leigas; as dificuldades encontradas pelas educadoras na profissão, não foram colocadas de maneira esclarecida, mas a falta de verbas para investir no curso foi uma delas. Essas “descobertas” possibilitaram-me conhecer e ressignificar a história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, a partir do recorte temporal utilizado no presente trabalho.

Quando propus trabalhar essa temática, não tinha ideia dos obstáculos que iria enfrentar. A começar pela precariedade de fontes escritas, acerca das

educadoras sujeitos deste estudo. Dos documentos encontrados, poucos podiam ser visualizados, o que justifica a escassa documentação inserida no trabalho. O Estado da Arte também foi insuficiente, uma vez que não encontrei um número satisfatório de trabalhos produzidos acerca da Disciplina e do Curso de Economia Doméstica aqui no Brasil. Isso demonstra que a temática tem sido pouco explorada na história da educação brasileira, tornando-se um campo aberto, carente de teorização e análise.

Além do mais, escrever a história das mulheres é algo árduo, visto que por muito tempo os relatos historiográficos abordavam apenas a história dos homens. A Nova História Cultural abriu possibilidades com novas abordagens de estudos, os quais incluíam as mulheres na história. Dessa forma, estudos sobre a mulher foram surgindo em diferentes âmbitos, a exemplo da educação das mulheres evidenciada nesse trabalho, sob a luz de estudiosas como Perrot (2012), Louro (2008), Almeida (2009), dentre outras.

Essas mulheres “comuns”, como é o caso das educadoras do CAVN, não guardaram consigo cartas, diários, cadernos, etc. Fragmentos de suas vidas que por elas mesmas foram silenciados, e que só agora através dos seus relatos vieram a público. Assim, a partir da memória do tempo presente, suas histórias foram rememoradas, ressignificadas.

Seus depoimentos retomaram o tempo da infância marcada por brincadeiras e pelo período escolar vivenciado. A fase da adolescência foi pouca discutida, visto que duas das educadoras passaram por desilusões amorosas que não queriam trazer à memória, e a outra educadora pouco se lembrava dos fatos que ocorreram. A fase adulta é marcada pelo lado profissional, por suas trajetórias de vida dedicadas às práticas docentes do Curso de Economia Rural Doméstica do CAVN.

O roteiro de entrevistas me permitiu obter muitas respostas, porém muitas perguntas ficaram com lacunas ou não atingiram as respostas que eu desejava. Confirmando mais uma vez que, a memória é seletiva, como afirma Halbwachs (2004). Sendo esta uma lembrança atual do passado, as recordações evocadas são apenas aquelas que o indivíduo deseja trazer à tona. Isso explica o porquê das educadoras Inês Matias e Liana Barbosa não quererem enunciar muita coisa a

respeito da sua vida pessoal na época das suas juventudes, e quando estas vieram a falar, pediram que o gravador não fosse usado.

Em contrapartida, a educadora Livramento Ramalho não evocou muitas lembranças devido a problemas de saúde, não conseguindo lembrar nitidamente dos fatos, o que nas palavras de Ricoeur, “[...] O esquecimento é deplorado da mesma forma que o envelhecimento ou a morte: é uma das faces do inelutável, do irremediável” (2007, 435). Porém a cada entrevista, uma emoção diferente era vivenciada. Fui testemunha de um passado que estava oculto até para as próprias educadoras, uma vez que havia assuntos que elas há muito tempo não rememoravam. Assim, “[...] O velho busca a confirmação do que se passou com seu coetâneos, [...]. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda” (BOSI, 1994, p. 20-22).

O procedimento teórico-metodológico possibilitou-me, através da história oral, acionar as memórias das educadoras e assim construir sua história de vida, enfatizando suas práticas docentes no Curso de Economia Doméstica do CAVN. Nesse sentido, analisar suas práticas me fez compreender uma parte da história da educação da cidade de Bananeiras. Os colégios existentes, as práticas escolares, com características de uma cultura escolar da época impregnada pelas questões de gênero que definiam espaços e atitudes “adequadas” a homens e mulheres daquele contexto.

As minhas expectativas quanto à pesquisa foram em parte supridas. Esperava encontrar em suas práticas características de mestres das primeiras letras, o que foi inviável, pois as educadoras não eram professoras primárias e sim de artes manuais. Tal constatação me fez ver os vários espaços de formação educacional. Aquela que é voltada para o ensino da instrução do ato de ler e escrever, e a outra para a técnica do fazer, que é o caso das aulas do Curso de Economia Rural Doméstica, totalmente preparatório.

As educadoras não me responderam: se frequentavam outros lugares na cidade de Bananeiras, além das missas; quais os bons costumes adotados na época pelas “moças de família”; quais as lembranças mais marcantes de suas trajetórias de educadoras e o que era a educação para elas ontem e hoje.



Porém, em suas falas enunciaram a educação que receberam (quando em seus depoimentos ressaltaram que tinham gosto pelas aulas de trabalhos manuais), e que posteriormente, enquanto professoras do referido curso reproduziram essas práticas, afirmando que a mulher deveria dedicar-se ao lar, ao marido e aos filhos. Atrelando assim, vida doméstica com trabalho remunerado.

Destarte, não pretendo fechar aqui a discussão, mas abrir novos questionamentos acerca das práticas docentes dessas educadoras. Ora, se a maioria do público que estudava no CAVN era da cidade de Bananeiras e região circunvizinhas, por que não construir a história de ex-alunas do Curso de Economia Rural e obter mais informações acerca das educadoras? Assim poder-se-á compreender mais amplamente a história da educação do município de Bananeiras.

Outras indagações foram surgindo ao final da pesquisa, novos documentos foram sendo apresentados, dando margem para a continuação ou início de uma nova pesquisa. O arquivo passivo do CAVN encontra-se em transição de organização, e nesse trajeto, muitos documentos se perderam, como já foi evidenciado no texto. Mas outros documentos foram sendo apresentados no final da pesquisa, a exemplo, de uma vasta documentação acerca da Orientadora Educacional Clementina Augusta de Medeiros Coutinho, que de início seria o sujeito deste estudo.

Outra margem para uma nova pesquisa seria a Creche “O Grãozinho”, localizada dentro da instituição agrícola, desativada, atualmente abrigando uma brinquedoteca, mas que na década de 1980 era uma instituição de primeiras letras, na qual os filhos dos funcionários do CAVN e outras crianças estudavam lá. As professoras ainda se encontram vivas, e suas memórias podem ser também registradas, utilizando-se como fonte primária a história oral.

É nesse sentido, que apresento essas inquietações e outras que venham a surgir, como propostas futuras de novas pesquisas acerca da educação da mulher, e especificamente, na Paraíba.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane soares. **A voz das mulheres faz o mundo girar**: memórias de professoras, histórias vividas. In. FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; FISCHER, Beatriz T. Dudt; Et.al (org.). **Memórias Docentes**: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livros, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível - São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BANDEIRA, Astolfo Ribeiro Pinto. **Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste**. Fortaleza, 1989.

BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes. **Higienismo e Educação na Paraíba**. In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (Orgs). **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

BASTOS, Maria Helena Câmara; GARCIA, Tania Elisa Morales. **Leituras de Formação**: noções de Vida Doméstica. História da Educação, Pelotas, v. 3, n.5, p. 77- 92, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. **Coisas Velhas**: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: UNESP, 2000.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; BIASOLI, Carmen Lúcia Abadie. **Reconstruindo trajetórias docentes**: percursos pessoais e profissionais refletidos na maneira de

ser professor. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; FISCHER, Beatriz T. Dudt; Et.al (org.). **Memórias Docentes**: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livros, 2009.

FREITAS, Sonia Maria de. **História oral: Possibilidades e procedimentos**. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Para que(m) contar a História das mulheres professoras, literatas paraibanas?** In: MACHADO, Charliton José dos Santos e NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs). Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 7-14.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História Oral e processos de participação nas culturas do escrito**. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar;. (Orgs.). **História da Educação no Brasil**: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória: EDUFES, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

LACERDA, Lilian Maria de. **Lendo vidas**: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Orgs.). **Refúgios do eu**: educação história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. 240p.

LAITEM, Helen H. & MILLER, Frances S. **Curso de Economia Doméstica**. Ed: Globo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, 1953.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Beltrão [et al] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. Tradução Bernardo Beltrão [et al] 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

LOURO, G. L. **Mulheres na Sala de Aula**. In: História das mulheres no Brasil / Mary Del Priore (Org.) São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mulheres na Sala de Aula**. In História das mulheres no Brasil / Mary Del Priore (Org.) São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero**. In: Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, 1992.

LOURO, Guacira Lopes; MEYER, Dagmar. A escolarização do doméstico: A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). Cad. Pesq., São Paulo, n. 87, p. 45-57, nov. 1993.

MACHADO, Charliton José dos Santos; SILVA, Fabiana Sena da; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Maria José Mamede Galvão**: tessituras de memórias. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história Oral**. Editora Loyola: São Paulo, 2005.

NUNES, Clarice. **Memória e História da Educação**: entre práticas e representações. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. (Org.). **Formação de Educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **As novas abordagens no campo da história da Educação Brasileira**. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar;. (Orgs.). **História da Educação no Brasil**: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. Vitória: EDUFES, 2011.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de Economia Doméstica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

SILVA, Manoel Luiz. **CAVN**: Sua História em poemas. Editora: Sal da Terra, Bananeiras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reminiscências de patronato a colégio agrícola**: 80 anos de história. Editora: Universitária UFPB, Bananeiras, 2004.

\_\_\_\_\_. **CAVN uma história para a posteridade: fatos em fotos**. Editora: Universitária UFPB, Bananeiras, 2012.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A 3ª GERAÇÃO DOS ANNALES**: Cultura Histórica e Memória. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JUNIOR, Raimundo Barroso (Orgs.). **Cultura Histórica e Historiografia**: legados e contribuições do século XX. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

Scott, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. Recife: 1989.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VOLDMAN, Danièle. **A invenção do depoimento oral**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

WEIDUSCHADT, Patrícia; FISCHER, Beatriz T. Daudt. **História Oral & Memória: aportes teórico-metodológicos na investigação de trajetórias docentes**. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; FISCHER, Beatriz T. Daudt; Et.al (org.). **Memórias Docentes: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livros, 2009.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; ESQUISANI, Rosimar Serena. **Cursos de formação de professores de primeiras letras e formação do habitus**. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; FISCHER, Beatriz T. Daudt; Et.al (org.). **Memórias Docentes: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livros, 2009.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: autores associados, 2004.

### Fontes orais

**Inês Matias de Carvalho**. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 09 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 20 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 05 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 10 de abril de 2013.

**Liana Barbosa da Mata.** Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 09 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 20 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 05 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 10 de abril de 2013.

**Maria do Livramento Cirne Ramalho.** Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 09 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 20 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 05 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 10 de abril de 2013.

Liana Barbosa da Mata. Entrevista concedida a Wanderléia Farias Santos. Bananeiras - PB, 09 de novembro de 2012.

## **Documentos Oficiais**

BRASIL. Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. **Instalação dos Patronatos no Brasil.** Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

BRASIL. Decreto de nº 13.706, de 25 de julho de 1919. **Regulamento dos Patronatos Agrícolas.** Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.banrepcultural.org>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

BRASIL. Decreto de nº 4.244, de 09 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário.** Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 02 de janeiro de 2014.

BRASIL. Decreto de nº 9613, de 20 de agosto de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 02 de janeiro de 2014.

BRASIL. Decreto de nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. **Reforma Couto Ferraz**. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 15 de abril de 2013.



## **ANEXOS**

**Anexo A: Alunas em aula de Bordado**

**Anexo B:** Cópia do documento de entrada na aposentadoria de Inês Matias de Carvalho como professora de 1º e 2º Graus

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
DEPARTAMENTO DE PESSOAL Em, 24 de janeiro de 1980.  
Campus Universitário

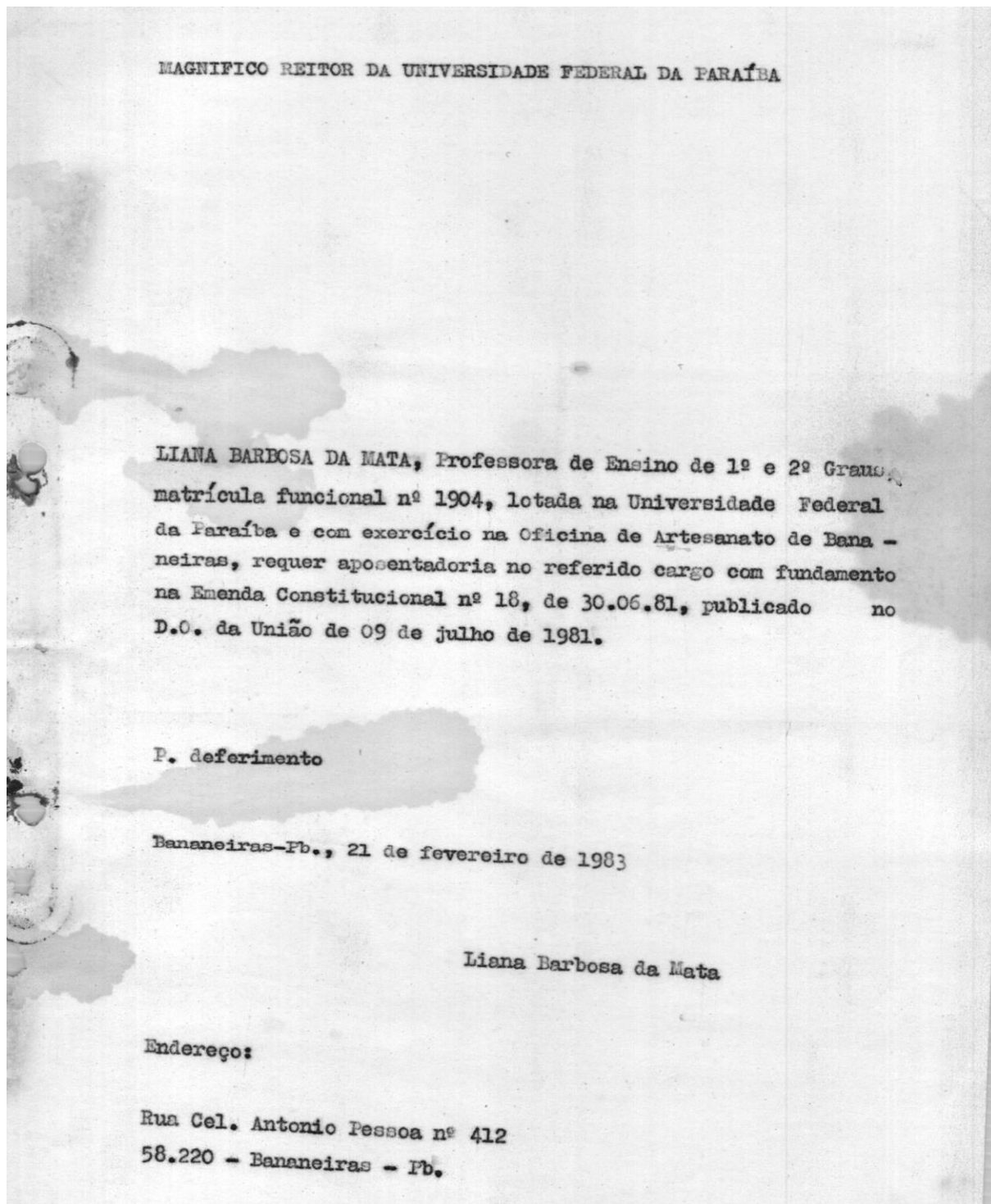
Referência para resposta
MEM/SDD/Nº 097

Ao  
Sr. Diretor do Centro de Formação de Tecnólogos  
BANANEIRAS - PB.

Estamos encaminhando em anexo cópia da portaria nº 809, do Magnífico Reitor, que aposentou a servidora INÊS MATIAS DE CARVALHO, mat. 1.089.829, no cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, código M-402.3, classe C do Quadro de Pessoal desta Universidade. ( Proc. 021679/79 )

Atenciosamente  
*Bartolomeu Paiva de Sousa*  
Bartolomeu Paiva de Sousa  
CHEFE/SDD

**Anexo C:** Cópia do documento de entrada na aposentadoria de Liana Barbosa da Mata como professora de 1º e 2º Graus



**Anexo D:** Prédio onde funcionava o Curso de Economia Doméstica nos arredores do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros



**Anexo E:** Cópia do documento de entrada na aposentadoria de Maria do Livramento Cirne Ramalho, o qual evidencia que ela era professora de Ensino Primário com vínculo pelo Governo do Estado.

ANTÔNIO CARLOS RAMALHO  
ADVOGADO  
Insc. O.A.B. - 1.555  
Res. Mini Conjunto Cidade Universitária, 404 - C. Branco III  
JOÃO PESSOA - PARAIBA

Exmo. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Bananeiras., Pb.

*D.R.A. a v. conclusa*  
*Em, 08-03-18*

*[Assinatura]*  
*Juiz de Direito Substituto*

MARIA DO LIVRAMENTO CIRNE RAMALHO, brasileira,  
casada, Funcionaria Publica Federal, prestando serviços no Colégio Agrícola-  
Vidal de Negreiros, nesta cidade, residente à rua Professor Francisco Falcão  
E/n., nesta cidade, vem muito respeitosamente por seu Advogado, Insc. 1.555,  
98- Seção da Paraíba, residente no Mini Conjunto Cidade Universitária 404,  
Castelo Branco 111, em João Pessoa, Pb., devidamente constituído por Instu-  
mento Procuratório em anexo, propor a presente Ação de Justificação Judici-  
al, dentro do art. 861 e seguintes do Código de Processo Civil, onde abaixo  
expõe e requer.,

1 - A justificante é Funcionaria Publica Fede-  
ral, desde o ano de 1964, lotada no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, nes-  
sa cidade.

2 - Que, anteriormente, no período, início de  
1946 a 1954, a Justificante, era professora primária, lotada pelo Estado, on-  
de lecionava em uma Escola no lugar denominado PALMEIRAS, neste Município de  
Bananeiras, mas, que no entanto deixando de lecionar desde 1954, não teve a  
cauidado em guardar suas portarias ou outros documentos comprobatórios, mas,  
que atualmente por fôrça da Lei 6.226 de 14-7-75, todo esse tempo acima men-  
cionado, pode ser anexado a sua ficha individual, dai porque, procurou tanto  
na Secretaria de Educação do Estado como na Secretaria da Administração, cer-  
tidão competente, mas, não lhe foi dado, tendo-se em vista alegarem que os  
referidos documentos, fichas, etc., não foram encontradas, dai, porque não  
lhe foi fornecido certidão comprobatória.

13 - Que em 1954, deixou de lecionar para inste-  
lar, nesta cidade de Bananeiras, a firma L. RAMALHO, especializada no ramo -

**Anexo F: Alunas em aula de Corte e Costura**

## Apêndice



## **Roteiro das entrevistas**

### **Cenário familiar**

- 1- Onde e quando nasceu?
- 2- Qual é a história de origem de sua família?
- 3- Quantos irmãos formavam a sua família?
- 4- Quais irmãos mais influenciaram em sua trajetória?
- 5- Como eram as brincadeiras de infância da época?
- 6- Qual era a profissão dos seus pais?
- 7- Sua família era religiosa?
- 8- Como era sua casa? Grande, pequena?
- 9- Quais lembranças de infância e adolescência foram mais marcantes em sua trajetória?
- 10- Em quais cidades vivenciou sua experiência de infância e adolescência?
- 11- Fale um pouco da sua experiência em família, destacando as origens e influências dos familiares na sua vida anterior e atual.

### **Cenário Educacional**

- 1- Como foi o seu primeiro contato de alfabetização?
- 2- Como e com quem aprendeu a dominar as primeiras letras?
- 3- Em qual escola iniciou sua alfabetização?
- 4- Fale um pouco das lembranças da escola de sua infância?
- 5- Como era o espaço físico da escola?
- 6- Como era a atuação das professoras da época?
- 7- Como era vivido o cotidiano escolar?
- 8- Os seus irmãos e irmãs cursaram o primário na mesma escola?
- 9- Que influência teve a formação primária na sua vida intelectual?
- 10-Quais os principais ensinamentos do magistério foram mais marcantes em sua trajetória de formação?

### **Cenário social**

- 1- Quais os lugares que a senhora frequentava na cidade de Bananeiras?
- 2- Na sua juventude o que era ser mulher? Quais eram os bons costumes adotados na época pela então denominadas “moças de família”?
- 3- É casada? Se sim, quando foi que se casou?
- 4- Tem filhos? Quantos?
- 5- Como era conciliar a condição de esposa, mãe e educadora na época?

### **Cenário profissional**

- 1- Cursou o magistério na Escola normal?
- 2- Em que ano iniciou a tua atuação como educadora?
- 3- O que a fez escolher essa profissão?
- 4- Quais disciplinas ministravam? Qual o horário? Quantas vezes por semana? Qual material utilizava?
- 5- Qual público atendia? Quantos alunos?
- 6- Quem eram as moças que frequentavam o Curso de Economia Doméstica?
- 7- Elas depois atuavam como professoras? Elas eram habilidosas? Por que elas faziam esse curso?
- 8- Havia alguma regra estabelecendo espaço de convivência entre meninos e meninas dentro do colégio?

- 9- Caso um aluno/a fugisse das regras da escola, ou, o seu comportamento não fosse bom em sala de aula, qual seria a punição recebida?
- 10-Por quanto tempo lecionou no Curso de Economia Doméstica?
- 11-Como era a sua metodologia de ensino?
- 12-Como era as relações entre os professores e demais funcionários do Colégio?
- 13-Como o curso era visto dentro da comunidade escolar? E pela sociedade?
- 14-Exerceu atividade administrativa na comunidade escolar?
- 15-Em que ano aposentou-se como docente?
- 16-Quais são as lembranças mais marcantes da tua trajetória de educadora?
- 17-Como avalia a educação de ontem e de hoje?
- 18-Qual a tua presença atual na produção intelectual da cidade de Bananeiras?
- 19-Ainda continua exercendo atividades formais após a aposentadoria como educadora?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**(PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO)**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ para participar da Pesquisa: *Entre linhas, bordados e sabores: memórias e histórias de educadoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB (1960-1970)*, sob a responsabilidade da pesquisadora: *Wanderléia Farias Santos*, a qual pretende: *construir as Memórias e Histórias de educadoras do Curso de Economia Doméstica do CAVN em Bananeiras/PB (1960-1970)*.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de *uso das gravações e entrevistas concedidas*. Solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da Educação e publicar em revista científica. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos.

Se depois de consentir sua participação o(a) Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço Rua Jerônimo da Costa, pelo telefone (83) (9311-8326), ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I - Bloco Arnaldo Tavares, sala 812 – Fone: (83) 3216-7791.

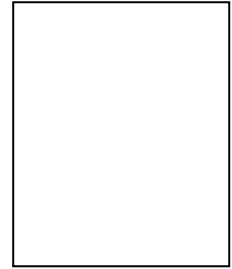
Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informada sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento

é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do participante



Assinatura do Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_